

# VII Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

EXPERIÊNCIAS EM PSICOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

## **Eixos Temáticos:**

- Vivência da Psicologia nas Políticas Públicas
- Diversidade dos Campos de Atuação da Psicologia

**Caderno de trabalhos 2014**

**Experiências em Psicologia  
e Políticas Públicas**



# **Experiências em Psicologia e Políticas Públicas**

Caderno do VI Prêmio Margarete  
de Paiva Simões Ferreira



Conselho Regional de Psicologia  
do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro,  
2014

Conselho Regional de Psicologia 5ª Região, Rio de Janeiro

**Organização do Prêmio** Agnes Cristina da Silva Pala, Juliana Silva Drummond,  
Zarlete da Silva Faria e Érika Cruz Jorge de Sousa.

**Projeto Gráfico e Capa** Julia Lugon

**Editora Presidente** Agnes Cristina da Silva Pala

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Experiências em Psicologia e políticas públicas / Conselho Regional de Psicologia do  
Rio de Janeiro - (2014). Rio de Janeiro, CRP 05, 2014.

Caderno Anual, nº 6, ano 2014

ISSN 2175-1072

1. Psicologia 2. Políticas públicas I. Conselho Regional de Psicologia do Rio de  
Janeiro

CDD 150

# SUMÁRIO

**EDITORIAL ..... 7**

## **Eixo 1 - Vivência da Psicologia nas Políticas Públicas**

1º LUGAR - CATEGORIA PROFISSIONAL

**Promoção de saúde da mulher idosa: laços e rocas em colchas de palavras e versos ..... 11**

*Gabriela Sulaiman de Castro*

2º LUGAR - CATEGORIA PROFISSIONAL

**Psicologia e homofobia: uma cartografia de encontros, embates e políticas ..... 29**

*Luan Carpes Barros Cassal*

1º LUGAR - CATEGORIA ESTUDANTE

**Por que é tão difícil compreender a experiência trans? Considerações sobre identidades de gênero que são incógnitas em nossa sociedade..... 43**

*Clarissa Rosa Brachtvogel*

2º LUGAR - CATEGORIA ESTUDANTE

**A UPP é o Outro (?) ..... 59**

*Lina Pinheiro Petraglia*

## **Eixo 2 - Diversidade dos campos de atuação da Psicologia**

1º LUGAR - CATEGORIA PROFISSIONAL

**A memória vacilante: uma pesquisa em Psicologia Social sobre a homossexualidade masculina ..... 69**

*Marcelo Santana Ferreira*

2º LUGAR - CATEGORIA PROFISSIONAL

**Cidade e produção de sentidos: Ressonâncias urbanas e clínica contemporânea ..... 83**

*Victor Tinoco Delgado*

1º LUGAR - CATEGORIA ESTUDANTE

**Um encontro e várias problematizações: escrita dos desassossegos acerca da questão da “deficiência” ..... 97**

*Adrielly Selvatici Santos*

2º LUGAR - CATEGORIA ESTUDANTE

**As múltiplas marés na Maré: processos de desterritorialização e singularização a partir da Análise do Vocacional ..... 115**

*Lara Soutto Mayor Vieira e Thiago Colmenero Cunha*

**PARECERISTAS ..... 129**

**XIII PLENÁRIO DO CRP-RJ ..... 131**

# Editorial

Escrever o editorial do VI Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira é uma honra, não só pelo que ele representa para os psicólogos do Rio de Janeiro, mas, sobretudo, porque é sempre uma maneira de atualizar nossa homenagem a esta psicóloga que durante toda sua vida defendeu a saúde, os sujeitos e suas diferenças. Homenagear Margarete é também homenagear a todos os psicólogos que defendem uma prática alinhada à garantia dos direitos, à diversidade e às singularidades.

Temos afirmado, em diferentes contextos e em diferentes espaços, a importância da inserção da Psicologia nas políticas públicas, não só configurando-se como ampliação de espaços de trabalho, mas por afirmar/confirmar as apostas realizadas pela categoria no que pese à defesa dos Direitos Humanos e do compromisso social da Psicologia, balizados formalmente por todas as legislações da nossa profissão.

Com este Prêmio, também procuramos chamar a atenção dos psicólogos e dos estudantes de Psicologia para que nem tudo o que é desenvolvido pelo Estado deve ser considerado como uma política pública, pois nem todas as políticas executadas pelo poder estatal servem para atender às demandas da população. Com esta observância, conseguimos diferenciar política pública de política estatal, para tentar garantir praxis que se apoiam em apostas éticas.

Práticas alinhadas às demandas com essa coletividade é o norte ético que todos os artigos enviados procuraram compartilhar com os psicólogos neste VI Prêmio Margarete. Sabemos que a tarefa de escrever não é tarefa fácil para a maioria dos trabalhadores psicólogos, por isso, parabenizo todos os participantes do Prêmio que, de forma generosa, buscaram compartilhar suas práticas. Parabenizo também os vencedores do Prêmio e desejo que as palavras aqui impressas possam contribuir, reverberar e potencializar as reflexões e as intervenções dos leitores do Prêmio.

Nesta edição, separamos o edital de convocação em dois eixos: Vivências da Psicologia nas Políticas Públicas e Diversidade dos Campos de Atuação da Psicologia, ambos para as categorias de psicólogos e de estudantes de Psicologia. Assim, contaremos neste livro com oito textos, primeiros e segundos lugares de cada eixo e de cada categoria.

Na categoria “Profissional”, eixo Vivências da Psicologia nas Políticas Públicas, os selecionados foram: “Promoção de saúde da mulher idosa: laços e trocas em colchas de palavras e versos”, escrito por Gabriela Sulaiman de Castro; e “Psicologia e homofobia: uma cartografia de encontros, embates e políticas”, escrito por Luan Carpes Barros Cassal.

Gabriela Castro, em seu artigo, apresenta a potência do aspecto lúdico/literário para a promoção de saúde de pessoas idosas. A pesquisa qualitativa apresentada mostra a percepção das usuárias da oficina terapêutica que vincula a leitura da poesia à promoção de saúde, apostando nos campos de produção do conhecimento e na realização de práticas coletivas para viabilizar o exercício permanente da autonomia dos usuários em uma espécie de cogestão, estimulando-os para que tragam sugestões, assuntos, novidades, aprendizados e ensinamentos. É nessa troca que foram potencializados encontros e fortalecendo laços de sociabilidade, autoestima e cuidado, de si e com os outros.

Luan Cassal, em seu artigo, cartografou/investigou os “posicionamentos da Psicologia sobre a homofobia em diferentes espaços”. Usando como principais teóricos Foucault, Deleuze e Gatarri, o autor analisou as tecituras sobre as discussões quanto à sexualidade, dividindo seu artigo em três posicionamentos distintos, “Práticas psicológicas homofóbicas”, “Psicologia da homofobia” e “Psicologia de enfrentamento à homofobia”. Coloca em perspectiva a discussão, materializada pela pergunta de Foucault, “O que está em jogo?”. Seu artigo contribui bastante para a reflexão, desnaturalização e combate à estigmas e discriminações.

Na categoria “Estudante” desse mesmo eixo, apresentamos os artigos “Por que é tão difícil compreender a experiência trans? Considerações sobre identidades de gênero que são incógnitas em nossa sociedade”, de Clarissa Rosa Brachtvogel e “A UPP é o outro (?) Reflexões sobre os impactos da política de pacificação nas favelas e processos de subjetivação dos que a habitam”, de Lina Pinheiro Petraglia.

Clarissa Brachtvogel aproveitou seu estágio no Centro de Referência da Promoção e cidadania LGBT de Niterói para questionar por que a experiência trans é tão incompreendida socialmente, contribuindo para uma discussão sobre a singularidade dos sujeitos que acabam por retratar, de forma explícita, a diversidade do desejo, desfocando-se do que é hegemônico e mostrando o quão pobre e preconceituoso é o discurso normativo.

Lina Petraglia experimenta um diálogo entre a Psicologia Social e a perspectiva lacaniana para discutir o lugar do “Outro” a partir da realidade vivida por moradores de favelas pacificadas. Tais reflexões surgem de sua experiência de estágio na comunidade do Cantagalo. Seu artigo procura percorrer a reflexão acerca da territorialidade e dos significados (material e simbólico) de ser o proprietário do local que se habita. “Será que a UPP, de fato, ocupa o lugar de autoridade antes (antes?) ocupado pela figura do “dono do morro”?”; e “Como as políticas públicas, aqui em específico a pacificação, são capazes de promover, de fato melhorias nas vidas daqueles que as experimentam?”: são essas as perguntas que permeiam o seu trabalho, trazendo aos leitores importantes reflexões.

Para o eixo “Diversidade dos Campos de Atuação da Psicologia”, os artigos selecionados foram “A memória vacilante: uma pesquisa em Psicologia Social sobre a homossexualidade masculina”, do psicólogo Marcelo Santana Ferreira; e “Cidade e produção de sentidos: ressonâncias urbanas e clínica contemporânea”, do psicólogo Victor Tinoco Delgado.

Marcelo Ferreira, com seu artigo, utiliza-se da autobiografia de Pierre Seel para problematizar o tema da memória e do esquecimento e relata diferentes formas de violência vivenciadas por jovens homossexuais dos municípios de Niterói e de São Gonçalo, confrontando os regimes de verdades instituídos sobre a diversidade sexual. Usa da narrativa Benjaminiana para multiplicar as visões minoritárias de histórias importantes para o entendimento da homossexualidade masculina em sua heterogeneidade.

Victor Delgado desenvolve, a partir da perspectiva de James Hilman que afirma “que o mundo tem vida e alma”, uma discussão sobre a cidade e a produção de subjetividade. Sustenta sua discussão da clínica frente à experiência de habitação do homem, utilizando-se de Martin Heidegger para abordar não só as perspectivas clínicas, bem como suas contribuições para pensarmos a inseparabilidade entre homem e mundo. Seu artigo problematiza “conexões como as noções de tempo, ser, mundo, técnica, dentre outras que, associados entre si, possibilitam a abertura de um horizonte de sentidos de modo geral ainda muito pouco problematizado pela psicologia”.

Na categoria “Estudante” desse mesmo eixo, apresentamos os artigos “As múltiplas marés na Maré: processos de desterritorialização e singularização a partir da Análise do Vocacional”, de Lara Soutto Mayor Vieira e Thiago Colmenero Cunha; e “Um encontro e várias problematizações: escrita dos desassossegos acerca da questão da “deficiência”, de Adrielly Selvatici Santos.

Os estudantes Lara Vieira e Thiago Cunha reafirmam a palavra de ordem: desconstruir! Abordam suas experiências de estágio no Complexo da Maré a partir da realização de grupos de análise vocacional. Com este artigo, problematizam a noção de território, dos múltiplos agenciamentos que atravessam o território e buscam respaldar seu trabalho na desconstrução de um discurso que naturaliza caminhos únicos para um tipo cristalizado de morador de favela.

No mesmo caminho, temos a oportunidade de acessar o artigo escrito pela estudante Adrielly Selvatici, que utilizou seu estágio na Unidade de Educação Infantil da UFF para discutir/refletir e desconstruir o discurso sobre a questão da deficiência, pautada comumente a partir de um modelo de normatização da vida e de patologização do comportamento.

Finalizando, gostaria de registrar que os trabalhos aqui publicados apoiam-se em intervenções psis críticas, reflexivas e potentes à sociedade que se apoiam na liberdade dos sujeitos e em suas singularidades. É com esse espírito que desejo que a Psicologia possa continuar trilhando seus caminhos e se afirmando.

*Vivian de Almeida Fraga, presidente do CRP-RJ (2012-2013)*

# **EIXO 1**

## **1º lugar - Categoria Profissional**

# Promoção de saúde da mulher idosa: laços e trocas em colchas de palavras e versos

*Gabriela Sulaiman de Castro*

## Resumo

O presente trabalho relata alguns desdobramentos de uma pesquisa desenvolvida em um hospital público do município do Rio de Janeiro, a partir da experiência em um grupo de poesia feito com usuárias do serviço de atenção integral à pessoa idosa da instituição. Trata-se de uma vivência que integra o saber psicológico em equipe multiprofissional ao processo de implementação de políticas públicas dirigidas à mulher idosa, visando a promoção de sua saúde. Através da análise de depoimentos dos membros da atividade, bem como das impressões advindas da observação participante, buscou-se dar enfoque qualitativo à discussão proposta, além de contribuir para a produção e articulação do conhecimento nos campos da promoção da saúde, da saúde do idoso e da mulher, ao favorecer o debate acerca da formulação e efetivação de políticas públicas para esse segmento, ampliando o nível de extensão e possibilidades das práticas psicológicas no que tange à saúde.

**Palavras-chave:** Promoção de saúde. Saúde da mulher. Saúde do idoso. Oficina terapêutica.

## Introdução

Este estudo propõe investigar a percepção das usuárias de uma oficina de poesia acerca de sua saúde, tendo como perspectiva teórica a promoção da saúde e a saúde da mulher idosa em grupos e oficinas. A partir das contribuições da Psicologia e da Saúde Pública como campos de produção do conhecimento e reflexão de práticas, suscitou-se questionamentos através da discussão dos resultados de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada em um serviço de saúde da atenção primária destinado ao acompanhamento de pessoas idosas.

De início, para fundamentá-lo conceitualmente, tratou-se de abordar a questão do envelhecimento e suas relações com a saúde e a sociedade. Em seguida, discutiu-se as principais políticas direcionadas a esse segmento populacional e que visam à promoção de sua saúde. E, finalmente, procurou-se articular referenciais teóricos pertinentes à reflexão acerca do cuidado em saúde, operado pelo serviço, a partir da exposição e discussão dos propósitos da oficina e da avaliação do acompanhamento feita pelas usuárias do grupo de poesia, priorizando a realização de entrevistas semiestruturadas e o método da observação participante como instrumento de coleta de dados.

Após revisão bibliográfica, não foram encontradas muitas pesquisas e trabalhos referentes especificamente a questões de saúde da mulher idosa. Por isso, é fundamental que se caminhe na direção de buscar mais conhecimento nessa área a partir de questionamentos que digam respeito ao modo de produzir saúde para essa parcela tão importante da população. A realização deste estudo se faz necessária na medida em que aborda um dos temas prioritários na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

O grupo de poesia, na ocasião da pesquisa, era coordenado por uma assistente social e foi implementado a partir de uma demanda feita pelos próprios usuários. O processo de investigação se deu durante o período de um ano, ao longo dos encontros semanais do grupo cuja duração era de aproximadamente duas horas. O diferencial viabilizado neste grupo é o exercício permanente da autonomia dos usuários em uma espécie de cogestão, ao se estimular que tragam sugestões, assuntos, novidades, aprendizados e ensinamentos, estabelecendo trocas ricas que potencializam encontros e fortalecem os laços de sociabilidade, autoestima e cuidado de si e com os outros.

Esta atividade, por ser direcionada ao público da terceira idade, busca o resgate da ressocialização dos idosos. As intervenções, que visam a promoção e a educação em saúde, devem estar afinadas com o seu modo de pensar ao construir ações de forma coletiva e integrada, reinventando rumos e trilhas a partir do que eles apontam e favorecendo o empoderamento individual e coletivo dos sujeitos envolvidos, ao possibilitar que eles intervenham criativamente no processo saúde-doença que lhes concerne.

Foi através da visão das mulheres desse grupo acerca de sua saúde que procuramos trazer elementos para debater possibilidades de promoção de saúde a partir de um viés autogestionário e autoanalítico<sup>1</sup> sem protocolos prévios e incluindo e trabalhando primordialmente a partir da direção de tratamento indicada pelo sujeito e não somente pelas prescrições dos manuais e políticas.

## **Breve contextualização conjuntural: caminhos e diretrizes para operar políticas públicas**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de idosos no país cresceu cerca de 3% na última década. As pesquisas mostram que este percentual vem mantendo um ritmo de ascensão acelerado a cada ano, alcançando maior grau em relação ao índice de nascimentos e tendo no gênero feminino o maior quantitativo (58%), considerando o percentual total de idosos (42%). Isso significa que a média de anos de vida da população está aumentando e atingiu a expectativa de 77 anos para mulheres e 69,4 para homens em 2009. Em 2010, o número de mulheres ultrapassou em 4 milhões ao de homens e estima-se que em 2050 essa diferença chegue a 7 milhões. Ainda que nasçam mais pessoas do sexo masculino, a taxa de sobrevivência feminina é maior, devido a diferenças biológicas (constituição genética, ação hormonal e atividade do sistema imunológico) e comportamentais (os homens em geral se expõem mais a fatores de risco – hábitos não saudáveis de vida – bem como a situações de violência – causas externas de mortalidade).

O que se pode inferir dessas estatísticas é que o envelhecimento populacional progressivo acarreta mudanças importantes não só a nível demográfico, mas também socioeconômico, epidemiológico e político no cenário brasileiro e mundial. Esta realidade traz implicações de ordens diversas para esse segmento, necessitando de atenção e cuidados especiais, uma vez que estão sujeitos a uma série de transformações biopsicossociais e cognitivas no decorrer do seu processo maturacional e que, ainda assim, podem ter uma maneira ativa e saudável de viver.

---

<sup>1</sup>De acordo com a conceituação proposta por Gregório Barenblitt em *Compêndio de análise institucional e outras correntes – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996. 3ª ed.

Cabe aos profissionais de saúde a conscientização e a tomada para si dessa tarefa, atuando na promoção, educação, manutenção e recuperação da saúde da pessoa idosa ao respeitar sua autonomia e primar pela sua participação no processo de cuidado. Para que essa atenção possa ser dada de forma integral, é fundamental o devido entendimento de suas necessidades e das adaptações e mudanças que ocorrem ao longo da vida em diversas etapas e dimensões: fisiológica, psicológica, social e cultural, pois “o bem estar da idade avançada depende, em grande parte, das experiências anteriores, ou seja, das possibilidades que se teve de levar um estilo de vida sadio, da promoção da saúde e educação contínua” (MARTINS et al, 2007, p. 445).

Nesse sentido, se faz necessária uma sintonia positiva com os profissionais de saúde, tomando como imperativo ético, nas práticas dirigidas ao autocuidado, o respeito à autonomia e dignidade dos usuários nas ações de educação referentes ao processo saúde-doença. De acordo com Paulo Freire (1985),

não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos (FREIRE, 1985, p.33)

A proposta da Educação Popular em Saúde favorece e subsidia mecanismos de transformação social no qual o diálogo constitui peça fundamental. A interação contínua entre teoria e prática nos capacita a interferir e modificar a realidade, possibilitando aos sujeitos se responsabilizarem por si e buscarem soluções para seus problemas a partir daquilo que os afeta em termos de bem estar, qualidade de vida e poder decisório.

No entanto, as concepções sobre envelhecimento variam de acordo com cada pessoa ou grupo, época e cultura, por isto não podem estar descoladas do contexto histórico a que pertencem. Portanto, o processo de envelhecimento será diferenciado de acordo com o nível de desenvolvimento das sociedades, em termos de cultura, condições sociais, gênero e etnia, dentre outros fatores que influenciam no modo como se lida com essa questão.

O que se observa na atualidade é que o estereótipo que identificava as pessoas idosas como frágeis, dependentes, indefesas e até mesmo doentes vem sendo continuamente desconstruído e substituído por outros, associados a uma certa jovialidade e produtividade ao referirem-se a idosos proativos que assumem comportamentos ditos saudáveis e frequentam grupos e atividades culturais e de lazer, perpetuando sua inserção e firmando sua participação na sociedade.

A participação popular como estratégia para interferência sobre determinantes da saúde que escapam ao comportamento individual tem centralidade no discurso da promoção da saúde, sendo apontada como caminho na construção de políticas públicas e espaços favoráveis à saúde. A inserção de idosos em atividades sociais tem sido reconhecida como valiosa para a qualidade de vida deste segmento com repercussões positivas na saúde. As ações educativas em saúde, orientadas pela Educação Popular, contribuem para uma visão integradora da promoção da saúde ao trazerem para debate a relação do Estado e das políticas públicas com as questões que envolvem a prevenção e o controle de doenças no contexto da vida cotidiana (ASSIS, 2005).

Porém é preciso que as ações em saúde superem a concepção de promoção de saúde tal qual difundida pelo Informe Lalonde (1974), em que se valorizava a responsabilização individual com conseqüente culpabilização dos sujeitos e isenção do governo, já que em suas

formulações de políticas, a culpa acabava por recair sempre sobre o usuário, desarticulando e desconsiderando os determinantes que constituem o processo saúde-doença. A partir da Carta de Ottawa, fruto da 1ª Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde (1986) e inspirada pelos princípios da Declaração de Alma Ata (1978), é que se propôs uma “nova promoção de saúde” direcionada aos fatores gerais, estruturantes das condições de saúde e apontando a necessidade de atuar sobre suas determinações sócio-políticas e econômicas no sentido de promovê-la (SÍCOLI et al., 2003).

Desse modo, consideramos que a promoção vai além da prevenção, constituindo-se como processo contínuo de reflexão do modo como cada idoso e, no caso da presente pesquisa, cada idosa vivencia seu processo de envelhecimento para, a partir disso, pensarmos possibilidades e caminhos para promover saúde e operar mudanças em suas vidas, considerando o contexto em que estão inseridas e do qual são parte.

A Política Nacional do Idoso (1994/96) foi tida como a regulamentação pioneira, voltada especificamente aos idosos. A Lei nº 8842/94 tinha como objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Além disso, criou o Conselho Nacional do Idoso, que visa o controle social e apresenta o idoso como protagonista da política, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar os direitos de cidadania em prol do combate a qualquer forma de discriminação, com ações integradas de valorização do envelhecimento e de atenção à pessoa idosa nos diversos âmbitos e esferas de sua vida: saúde, justiça, educação, cultura, esporte, lazer, habitação, trabalho e assistência social.

Em 2006, a Portaria GM/399 instaurou o Pacto pela Vida, tendo a Saúde do Idoso como uma de suas prioridades. Das seis prioridades apontadas pelo Pacto em Defesa da Vida, três envolvem questões da saúde da população com 60 anos ou mais de idade: a saúde do idoso, a promoção da saúde e o fortalecimento da atenção básica. Nesse contexto, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), instituída pela Portaria GM/2.528, ainda em 2006, vem reafirmar a atenção primária como o meio de inserção inicial do idoso nos serviços de saúde do SUS, além de contar com a referência da rede de serviços especializados de saúde, envolvendo a média e alta complexidade.

Como diretrizes presentes, tanto na PNSPI quanto no eixo Saúde do Idoso do Pacto pela Vida, elencamos como fundamentais para refletirmos as questões deste estudo: a promoção do envelhecimento ativo e saudável, a atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa e o estímulo às ações intersetoriais visando à integralidade da atenção. Segundo a Organização Mundial de Saúde “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (OMS, 2005).

A Política Nacional de Humanização (PNH), como política transversal às ações de saúde nos diversos âmbitos, traz a dimensão do acolhimento como dispositivo fundamental para a concretização dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a qualifica como “uma postura capaz de acolher, escutar e pactuar respostas mais adequadas junto aos usuários” (BRASIL, 2003). A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) informa, sobretudo, que as ações deverão ser desenvolvidas por meio do trabalho em equipe, através de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas. Já a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) dispõe de estratégias de implementação que deverão nortear as ações planejadas pelos profissionais

da atenção básica, com o intuito de melhor assistir a população idosa. Com isso, busca-se a reorientação dos serviços e das políticas e o alcance da saúde em uma perspectiva ampliada, prevendo ações em um contexto de pensar hábitos e estilos de vida mais saudáveis.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) trouxe nova frente de possibilidades para assistir e cuidar da mulher idosa, ampliando o enfoque materno-infantil que, por longo tempo, se perpetuou como viés único de atenção às mulheres. Nesta nova perspectiva integral, a mulher é vista como sujeito ativo do processo de cuidado e não apenas como objeto reprodutivo. Com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) em 2007, incorporam-se perspectivas ainda mais ampliadas na atenção à saúde da mulher garantindo, em seu contexto de vida, o cuidado integral à sua saúde a partir da valorização de sua singularidade e poder decisório em todas as etapas de sua vida, da infância até a velhice.

Com esse breve apanhado das diretrizes políticas e diante da importante modificação no perfil populacional brasileiro, com o crescente aumento do número de idosos, expressa-se a necessidade de aperfeiçoar as políticas públicas existentes afim de ampliar sua capacidade de assisti-los, cada vez mais, com qualidade, equidade e integralidade.

Desse modo, ao verificarmos o desenvolvimento e as mudanças nas políticas públicas para amparar de forma adequada o idoso, evidencia-se a necessidade de uma reorientação dos serviços de saúde, especialmente no investimento na atenção básica com novas discussões de estratégias preventivas e de promoção à saúde para essa população.

## **Tecendo a colcha de poesias: encontros, desencontros e devires**

Para explicitar o trabalho desenvolvido pelo grupo de poesia, remetemos à definição do Ministério da Saúde que apresenta os objetivos das oficinas terapêuticas como “atividades grupais de socialização, expressão e inserção social”, através da Portaria nº 189, de 19 de Novembro de 1991. De modo geral, esse tipo de atividade visa a promoção de saúde, o convívio social e cultural dos seus participantes e, nesse sentido, busca estratégias de inclusão destes na sociedade e na família.

Só havia um pré-requisito para participar do grupo: querer “fazer poesia”. Não importava a forma, a estrutura, a métrica, o conteúdo, a ortografia ou se era escrita, falada ou desenhada; importavam os sentimentos que impeliavam os sujeitos que as produziam, bem como as trocas que se perfaziam entre eles a partir das vivências poéticas. Para estimular a participação ativa no grupo, a funcionária-técnica do serviço que conduzia a atividade desde o seu surgimento forneceu cadernos e pastas personalizadas com etiquetas identificando o propósito do material – “Grupo de Poesia” – e, com isso, incentivando que cada membro pudesse se expressar durante e após os encontros, em outros espaços, em suas casas, não só escrevendo, como também desenhando, colorindo, cobrindo desenhos, rabiscando, apenas falando, ouvindo ou refletindo. Enfim, o que fosse possível para cada sujeito que se dispusesse a vivenciar a poesia de alguma forma, compartilhando sua experiência com os demais, sempre levando em consideração o que suas capacidades e limitações lhe permitissem.

Além disso, também havia um mural no espaço do centro de convivência onde as produções eram expostas e periodicamente reorganizadas, de acordo com as escolhas dos participantes, por preferência e/ou temática das poesias feitas. Foram produzidos inúmeros acró-

ticos, poesias rimadas e livres, em forma de conto, relatos e prosa, enfeitados com decalques, detalhes e desenhos.

A média de escolaridade da maioria das participantes era o Ensino Fundamental incompleto (até o quinto ano em média), o que explica o porquê de boa parte dos membros do grupo relatar grande dificuldade na prática de criação poética escrita. Ainda que sem o instrumental teórico necessário, elas buscavam outros meios e alternativas, não permitindo que isso as impedisse de participar, criar e se expressar dentro das possibilidades que lhes cabiam.

Quando não tinham algum parente ou amigo que lhes auxiliasse, muitas vezes recorriam à profissional que estava à frente da atividade fora do horário do grupo para mostrar, solicitar ajuda, opiniões, sugestões e esclarecer dúvidas. O fenômeno de feminização da velhice observado na atual conjuntura, reflete, em termos sociais, um passado em que a maioria dessas mulheres não tiveram acesso a trabalho remunerado e níveis mais avançados de escolarização, isso quando tiveram oportunidade de estudar (MOURA et al., 2010).

Dessa forma, o grupo de poesia atuou como um instrumento facilitador para o apoio e inclusão social, incentivando o empoderamento dessas mulheres ao inseri-las e estimulá-las nas atividades propostas no espaço de convivência e na ampliação desses laços e trocas para além do ambiente institucional. O conceito de empoderamento “está relacionado às formas alternativas de se trabalhar o respeito mútuo, as realidades sociais, a autogestão e os movimentos sociais autônomos” (VASCONCELOS, 2001 apud DOMINGOS et al., 2008, p. 63).

E, mais do que trabalhar as questões socioemocionais através da interação e da expressão de sentimentos, sensações e percepções, o grupo de poesia, bem como outras atividades realizadas no serviço, conseqüentemente acaba por desenvolver também as funções cognitivas do sujeito através do exercício permanente da memória, atenção e criatividade, promovendo, então, a saúde integral da mulher idosa em sua abrangência biopsicossocial.

Assim, essa atividade adotou como critério clínico uma aposta na ligação, nas relações entre os seus participantes e a rede<sup>2</sup>. Sua direção é sempre móvel, privilegiando os encontros. Este é um dispositivo coletivo onde se analisam os movimentos e, por esse motivo, deve estar sempre sendo revisto e repensado. Seu funcionamento não depende da quantidade de participantes, importando as relações que se produzem na clínica de cada encontro, no cotidiano da atividade, mesmo com a presença de poucas pessoas.

Dessa forma, Rizoma, na concepção de Deleuze e Guattari (1995), refere-se a “sistemas abertos de conexão que transitam no meio social através de agenciamentos diversos” (FRANCO, 2006). Logo, a vida se produz a partir de múltiplas conexões e fluxos construídos em processos, sem que haja um eixo estruturado sobre o qual ela se organiza. A clínica é, portanto, um processo e um espaço de relações e intervenções que se dá de modo partilhado e no qual há um jogo entre necessidades e modos tecnológicos de agir. “Não há produção de espaços de trocas de falas e escutas, de cumplicidades e responsabilizações, de vínculos e aceitações, se não houver um trabalho clinicamente implicado” (MEHRY, 1998)

---

<sup>2</sup> Para entender rede utiliza-se como base o conceito de Rizoma de Deleuze e Guattari (1995:32): “... diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza... não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares de dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência...”. Com isso, pode-se considerar o movimento de constituição de redes como o Rizoma, onde não se tem começo nem fim e se geram ramificações sem previsibilidade.

A clínica opera claramente nas relações que se (re)fazem no grupo de poesia, pois o que é produzido neste espaço não se limita ao produto material, mas se expande para o plano do convívio, das trocas, da interação com a atividade e entre os seus participantes. A forma como a subjetividade é manejada produz a clínica.

O que é produzido advém de um sujeito que é, ao mesmo tempo, estruturado por sua produção. Ele se identifica e se reconstrói com o que resulta do seu trabalho e, a partir daí, permite que o seu desejo<sup>3</sup> possa emergir. A produção tem efeitos terapêuticos neste sujeito que, ao realizar uma atividade, pode exercitar sua possibilidade de escolha e expressão. Além disso, são muitas as possibilidades que resultam dessa produção: a valorização da fala, a discussão e reflexão da vida cotidiana, a tentativa de reinserção nos contextos familiar e social, a reconstrução da cidadania e a construção de um espaço coletivo e compartilhado, visando romper com o estigma de isolamento e exclusão desses sujeitos.

Aqui pra mim foi aonde eu vim renascer novamente, porque antes de eu entrar aqui eu me achava velha. Velha que parece que eu não podia mais fazer nada. Depois que eu comecei a participar desses grupos aqui, pra mim, a vida renovou.

Depois que meu marido ficou doente ficou mais difícil ainda porque eu estava, assim, muito prisioneira de casa, sem poder sair, porque eu ficava com ele. Minha preocupação era ele, ele, tudo ele, né? Então, depois que eu vim [...] eu comecei a entender que a gente também tem que ter cuidados com cada um, cuidado individual. Se eu não tivesse cuidado comigo, eu já poderia até ter morrido, porque se eu ficar vivendo só a vida dele, ia chegar a um ponto que eu não ia conseguir. Então, pra mim, foi um resgate, assim, de vida.

Estes trechos buscam ilustrar, a partir das falas das entrevistadas, a importância da existência de serviços de saúde que primam pelo acolhimento e cuidado da população idosa, de forma a reintegrá-la não só no convívio com os demais, mas também (re)introduzindo a experiência do cuidado de si e a dimensão do autoconhecimento, experiências estimuladas pelo grupo de poesia.

O cuidado de si depende, em alguma medida, da autovalorização de cada pessoa como ser singular e como cidadão. Aqui, igualmente, em se tratando de população idosa sobre a qual recaem estigmas e preconceitos socioculturais bem enraizados, o reforço da autoestima configura-se como estratégia essencial do trabalho, potencialmente capaz de reagir a estes mesmos preconceitos e contribuir para alterar progressivamente o imaginário social de velhice (ASSIS, 2005, p. 9).

O autocuidado é uma estratégia fundamental da promoção da saúde e deve ser visto como uma das formas de expressão da autonomia. Foucault (2004) introduz a ética do “cuidado de si mesmo” como prática de liberdade, que opera na ordem dos ensaios, das experiências, dos inventos, tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, inventarão seus próprios destinos. “Eis o que tentei reconstituir: a formação e o desenvolvimento de uma

---

<sup>3</sup> Entende-se desejo como cita Guattari e Rolnik (1986: 216): “O desejo em qualquer dimensão que se o considere, nunca é energia indiferenciada, nunca é uma função de desordem. Não há universais, não há uma essência bestial do desejo. O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo”.

prática de si que tem como objetivo constituir a si mesmo como o artesão da beleza de sua própria vida” (FOUCAULT, 2004, p. 244).

Desse modo, acreditamos que, por meio da implementação de atividades como o grupo de poesia, o sujeito pode ser (re)colocado no lugar de agente ativo de seu próprio tratamento e da construção do seu território existencial, (re)inventando a própria vida e (re)conquistando o empoderamento do cotidiano em que estava paralisado e aprisionado.

Os fragmentos abaixo refletem o modo peculiar das participantes do grupo vivenciarem a poesia a partir das próprias experiências de vida. Elas contam como a poesia se insere na rede de relações tecidas em suas existências e como viabiliza sua expansão, considerando os impasses e limitações constituintes do modo como se colocam no mundo e a importância das interações promovidas a partir da experiência poética.

Se a gente é poeta ou se faz poeta, a gente pensa muito mais na vida.

Te dá a oportunidade de você pensar, é, e eu acho uma coisa muito interessante porque você começa a ver tudo, tudo que tá relacionado, que tem a ver com a sua vida, em todas as áreas da sua vida, você já começa a ver com olhos de poeta.

Normalmente quando eu faço alguma coisa é sempre baseado na minha vida.

Logo, para que uma oficina e/ou grupo sejam terapêuticos, é importante que não estejam voltados para uma atividade em si, mas para produção coletiva que envolve outros elementos, como relações pautadas na manutenção do vínculo e das trocas entre seus integrantes, suas falas e, no caso do grupo de poesia, as escritas e imagens também.

O objetivo primordial desse grupo é proporcionar o estabelecimento de trocas e laços de sociabilidade ao estimular a criatividade e memória da pessoa idosa no contato com a poesia. As produções são lidas, debatidas, comentadas e articuladas com a história de vida, em forma de poesias, poemas e acrósticos de própria autoria, além de textos de outros escritores. A palavra é aberta e dada a quem dela quiser fazer uso, respeitando-se, é claro, o espaço, o tema abordado na ocasião e as convicções de cada sujeito. Todos podem expressar e compartilhar seus anseios e expectativas, fazer sugestões e tecer comentários e críticas.

Busca-se observar como cada participante se insere na produção, relaciona-se com os demais e, ainda, o que produz em cada encontro. O movimento do desejo está em constante associação e transformação dos campos aos quais se conecta, não se fechando em uma verdade ou dogma. Trata-se de um espaço de criação onde se valoriza toda e qualquer produção, sem nenhuma exigência prévia de padrão ou modelo. O que se afirma é construído na ligação, no encontro.

O grupo de poesia se caracteriza como um espaço que se pretende coletivo, não hierarquizado e que dá igual oportunidade aos diferentes, sem rotulá-los, incentivando a promoção de autonomia e cidadania dos seus usuários. Desse modo, faz-se operar a clínica na oficina terapêutica, ao apostar na construção da subjetividade como processo diretamente relacionado ao desejo enquanto produção, uma vez que desejo e produção são imanentes um ao outro (BAREMBLITT, 1996).

A proposta clínica deste dispositivo possibilita que a relação entre os seus participantes ultrapasse os limites de suas diferenças. Como já mencionado, a circulação no espaço é livre, não existe critério para participar do grupo, trata-se de um grupo aberto onde todos são bem rece-

bidos. Nesse sentido, o direcionamento e a condução dessa atividade denotam a importância de valorizar a convivência e a constituição de laços sociais, buscando desconstruir o estigma negativo em torno da ideia de envelhecer – estigma que acompanha muitas pessoas idosas, em boa parte das relações que estabelecem com o meio, nesse momento de suas vidas.

Um ponto fundamental a ser comentado: ênfase à construção da rede (coletivo) e do laço social dentro e fora do espaço do grupo. As relações – estabelecidas com o espaço, as atividades, as produções, as pessoas e as interfaces com os demais setores da instituição – são de suma importância para o desenvolvimento do vínculo e fortalecimento da autonomia das usuárias a partir dos efeitos da valorização de suas falas e através de uma escuta diferenciada e sensível às peculiaridades de cada um e do grupo como um todo.

A escolha dos temas era feita pelos participantes ou sugerida pela profissional do serviço e, a partir de ideias gerais ou frases incompletas, a poesia emergia de várias formas. A diversidade de cada sujeito e suas experiências de vida possibilitavam que se trouxesse diferentes enfoques de um mesmo assunto, enriquecendo a discussão no coletivo. À parte o combinado, os usuários exerciam sua “liberdade poética” produzindo outros materiais de tema livre, seguindo os caminhos de sua inspiração e vontade. E, ao expô-los, muitas vezes estimulavam os demais a refletir e criar outros devires poéticos que iam desde o plano abstrato – abordar, por exemplo, a beleza de algum sentimento como amor, amizade ou solidariedade – à concretude das relações sociais, ao versar sobre assuntos da atualidade, como política e sustentabilidade. Vale pontuar que, em geral, as mulheres pendiam mais para a criação poética sentimental e o único representante masculino do grupo seguia uma tendência mais crítica, abordando a poesia por um viés social e politizado.

O papel da coordenadora consistia em mediar as interações, auxiliando no processo de reflexão e incitando ao debate produtivo advindo das trocas e relações que se estabeleciam entre os membros da atividade. Além da poesia produzida e compartilhada pelos usuários, também era lida e debatida a produção de poetas consagrados como Carlos Drummond de Andrade e Fernando Pessoa, assim como artigos de jornais e revistas que abordavam assuntos de interesse coletivo.

De modo geral, as produções do grupo pareciam estar sintonizadas de alguma forma, pois independente do assunto, as impressões trazidas pelos participantes continham elementos de correlação, o que facilitava o levantamento de conexões entre eles, enriquecendo e aprofundando os diálogos e as trocas. Ao longo dos encontros semanais, entre poesias e conversas na roda, o vínculo se fortalecia e, às vezes, surgiam assuntos pessoais trazidos pelos integrantes que, tocados pela estética poética, compartilhavam sentimentos e sensações íntimas relativas aos fatos de suas vidas.

A mais intensa das vivências partilhadas, que mobilizou a todos, foi o desabafo de uma das usuárias, acolhido pelo coletivo grupal, que, a partir da reflexão e criação acerca do tema “A vida está só começando”, pode reviver e ressignificar sua relação com a mãe na reconstrução dos laços com a filha. A usuária revelou que na infância sofrera um trauma que a marcou por toda a vida. No Dia das Mães, presenteou sua progenitora com um descanso de panela feito por ela e cantou em forma de homenagem, sua canção preferida. Contudo, após tal gesto de afeto e amor, teria sido por ela repelida e desvalorizada. Desde então, não conseguiu mais cantar essa música e, ao longo de sua vida, manteve relacionamento péssimo com a mãe devido ao seu difícil temperamento, repetindo a má comunicação posteriormente na relação construída com a filha.

Ao rememorar esses sentimentos a partir do grupo de poesia, manifestou o desejo de fechar este ciclo, cantando e presenteando a filha, objetivando um desfecho menos sofrido e a renovação dos laços. Assim, na semana seguinte, trouxe a referida canção digitada e enfeitada, o descanso de panela que produziu com azulejo e decorado com decalques de borboletas. Cantou em coro, acompanhada pelos demais participantes e, com isso, finalmente conseguiu se libertar. Depois nos contou sobre a transformação da relação com a filha após o encerramento desse ciclo e as emoções suscitadas a partir da revivência dessa experiência de maneira satisfatória.

Essa situação desencadeou um processo auto reflexivo no grupo onde vários integrantes passaram a querer trazer e aprofundar suas vivências e sentimentos em diversos âmbitos e experiências de suas vidas, tal qual uma terapia de grupo. Entretanto, ainda que terapêutico e importante para a reconfiguração dos laços existenciais dessas pessoas, o enfoque nesse tipo de direcionamento clínico extrapolava a proposta central do grupo, que era o contato e a produção de poesias.

Dessa maneira, foi necessário operar sutilmente um corte no desenvolvimento de tal tendência terapêutica, em que a exacerbação de relatos de cunho pessoal por parte de algumas usuárias acabava por, de certa forma, “psicologizar” o grupo. Essas questões deveriam ser direcionadas a outro espaço para ser amplamente trabalhadas. Surgiu, então, a ideia de criar um grupo de reflexão, a “Terapia da Palavra”, um espaço que pudesse dar conta dos encaminhamentos subjetivos que emergiam do grupo de poesia. Porém, a implementação formal dessa atividade foi inviabilizada pela falta de horário disponível na grade do setor que conciliasse com a supervisão da psicóloga. De modo informal, reflexões nesse sentido ocorreram quando sinalizadas e solicitadas pelos usuários, estendendo o grupo de poesia ou propondo rodas de conversa em horários que estivessem livres ou, ainda, em atendimentos individuais com a residente psicóloga.

Essa reestruturação do grupo de poesia, delimitando-o prioritariamente como espaço para leitura e criação ao não expandir a abordagem de questões de ordem psicológica e emocional, levou a outra proposta de remodelação. A coordenadora da atividade, acompanhando o movimento de autonomia nas escolhas e produções do coletivo, viu-se impedida metodologicamente de prosseguir no provimento de aportes conceituais do campo literário, visto que sua formação profissional não a capacitava para avançar em tais estudos e nem era essa a intenção da atividade. O conteúdo abordado era básico e condizente com o “amadorismo” do grupo. A diferenciação de conceitos como poesia, poema, acróstico e os tipos de gênero da literatura eram pesquisados e trazidos por ela afim de situar minimamente os usuários dentro da área do conhecimento em que se aproximavam ao trabalhar com a poesia – o que nada tinha a ver com o que era produzido, cuja expressão sempre foi livre e sem metas ou propósitos qualitativos ou padronizados.

O surgimento de outras demandas por um participante em especial, ao se empolgar com o refinamento do material produzido e ambicionar degraus poéticos mais altos, fez com que o grupo repensasse a maneira como vinha sendo conduzido, reposicionando, assim, suas premissas fundamentais. Trata-se do integrante masculino, o que nos possibilita levantar, nesse momento, alguns questionamentos referentes às questões de gênero, comparando-o às mulheres, objeto deste estudo. Conforme demonstra a história da nossa cultura, o universo feminino, até bem pouco tempo, esteve marcado por uma série de omissões e esquecimentos, restrito aos cuidados do lar e da família e alheio a campos socialmente reconhecidos como o trabalho e a escolarização formal, o que durante todo esse tempo esteve disponível e acessível prioritariamente aos homens. Nesta pesquisa, a realidade não foi diferente e a

postura apresentada a seguir para reflexão marca a distinção de gênero e as expectativas de vida produzidas por essa diferenciação.

Para a maioria das mulheres do grupo foi após a velhice que surgiu a possibilidade de acesso a novas possibilidades existenciais ao desencadear novos projetos não vivenciados antes, na juventude ou maturidade, por conta das obrigações no âmbito doméstico. Por isso a oportunidade de participar de grupos como o de poesia e ter inserção e reconhecimento social nesse meio já é considerado algo grandioso e valoroso.

Foi na parte masculina do grupo que surgiu a ideia de profissionalizar a atividade, possivelmente devido a uma necessidade subjetiva de retomada de um papel social desempenhado em tempos remotos. Assim, foi necessário esclarecer e reposicionar o paradigma orientador das práticas no grupo de poesia de modo a concebê-lo e tomá-lo como uma das estratégias de cuidado e reflexão em saúde, no qual os usuários do espaço podem e devem se beneficiar, aprimorando, com isso, sua experiência singular na direção de um envelhecer ativo e saudável.

Contudo, a discussão que se colocava no grupo naquele momento ia além da falha no entendimento de seus propósitos – conflito rapidamente dirimido entre participantes e coordenação. A última consideração diz respeito a um imperativo de virada paradigmática que se fez necessário por uma questão de impedimento da coordenadora em dar continuidade à sua inserção no grupo, inicialmente ocupando este lugar e posteriormente, com a sua saída do setor, sequer como colaboradora poderia participar. Era preciso operar uma mudança no próprio modelo de funcionamento do grupo para que ele continuasse a existir. Os movimentos coletivos, que se instauravam com o desenvolvimento crescente da autonomia dos membros, apontavam para a proporção alcançada do caráter autogestionário e autoanalítico da atividade e, com isso, iniciou-se uma discussão sobre a possibilidade de os próprios usuários tomarem as rédeas da condução do grupo de poesia e prosseguirem no processo de livre expressão, produção e trocas – traço fundamental e objetivo primeiro da atividade.

Neste ponto, retomamos o questionamento levantado no início deste trabalho: até onde é possível promover saúde a partir de um viés autogestionário e autoanalítico, primando pela direção dada pelos usuários e não somente pelo que determinam as diretrizes das políticas? O processo de trabalho em saúde, na sua micropolítica é concebido como um processo de relações, “trabalho vivo em ato” (MEHRY, 1998). É autogovernável e sua capacidade rizomática leva a abertura de linhas de fuga, possibilitando, assim, o encontro com novos territórios de significação na produção do trabalho em saúde. O cuidado se produz sempre em rede, a ideia de integralidade nos serviços de saúde pressupõe processos de rede para sua efetivação (FRANCO, 2006).

O conceito de autogestão está associado a um outro, de autoanálise, que significa o “processo de produção e reapropriação, por parte dos coletivos autogestionários, de um saber acerca de si mesmos, suas necessidades, desejos, demandas, problemas, soluções e limites (BAREMBLITT, 1996, p. 156)

Desse modo, o caráter autoanalítico e autogestionário presente na rede que opera na micropolítica dos processos de trabalho dependerá dos sujeitos que operam a rede e suas singularidades. Tais capacidades nos grupos e coletivos conferem potência para mudar a realidade (FRANCO, 2006). Considerando o caráter heterogêneo e singular do envelhecimento, ou seja, a história e as características biopsicossociais dos seus atores, a reação dos membros do grupo

de poesia frente ao impasse de extinção ou reconstrução da atividade, dividiu opiniões. Uma parte das entrevistadas apontava o desejo de dar continuidade ao desenvolvimento do grupo, ainda que sem a responsabilização de uma pessoa da equipe no direcionamento no papel de coordenadora da atividade; bastava que estivesse presente, participando no mesmo patamar que os demais membros como colaboradora. Por outro lado, havia outra parte que apostava na necessidade de haver suporte profissional para a sustentação e sobrevivência do trabalho no grupo de poesia, no sentido de mediar as relações que nele se produzem, dando um direcionamento efetivo à atividade tal como acontecia até o momento em que o coletivo teve de se haver com o fato de que a autogestão plena era inevitável para o prosseguimento dos trabalhos.

A gestão das redes que constituem a produção da saúde é feita pelos seus próprios protagonistas, o que lhe dá um caráter autogestionário. A autogestão é possível no caso da saúde, justamente porque aqui o trabalho vivo em ato tem forte presença nos processos produtivos, operando sobre altos graus de liberdade. (FRANCO, 2006 apud MEHRY, 2002)

O trabalho em saúde ocorre através de encontros entre técnicos e usuários, são fluxos permanentes entre sujeitos, de ordem operativa, política, comunicacional, simbólica e subjetiva. “A imanência das redes nesse processo traz a ideia de pertença” (FRANCO, 2006).

Rauter (2000) concebe as oficinas como meios de acionar vetores de existencialização que reconstróem mundos, introduzindo o conceito de “sentido de produção de si” como algo que

diz respeito a um processo de criação de si que se realiza com componentes heterogêneos, matérias distintas ou vetores de existencialização diversos. Estamos aqui falando, portanto, não só de relações familiares, de acontecimentos da infância ou de componentes biológicos, mas também de relações com a cidade, com os meios de comunicação, com as novas tecnologias, com a política de Estado e a violência institucionalizada (RAUTER, 2000, p.268)

O processo de subjetivação ocorre no cotidiano do vivido, na relação com as várias esferas que compõem o social. Um modelo centrado em tecnologias mais relacionais tem como “desafio instituinte ver e agir para além das normas, instituindo novas formas de cuidar”. (CAVALCANTE FILHO et al., 2009, p.322). Os dispositivos de cuidado em saúde relacionais, isto é, fundamentados e operados a partir das redes de relações, são conceituados por Mehry como tecnologias leves. “O território das tecnologias leves não é campo específico de nenhum profissional, mas base para a atuação de todos” (MEHRY, 1998).

De modo geral, a autogestão foi entendida pela maior parte do grupo como algo em que não se pode prescindir o apoio técnico e institucional na condução efetiva das atividades. O suporte dos membros da equipe multiprofissional do cuidado e o trabalho interdisciplinar, nesse sentido, são fundamentais para que os processos autogestionários e autoanalítico dentro dos grupos e oficinas possam emergir e fazer operar a lógica de uma nova modalidade de atenção, com base no dispositivo de rede ampliada, promovendo, assim, saúde e qualidade de vida para essas pessoas. Ao mesmo tempo em que as ações estão dentro do que prescrevem as políticas, seguindo suas diretrizes, a proposta de direcionamento do cuidado permite que se vá mais além. Imprimindo, deste modo, a marca da especificidade dos coletivos e realidades que constroem e integram o fazer cotidiano nos espaços e instituições em que se desenrolam.

Acreditamos que o trabalho, proposto por atividades grupais, se configure como viabilizadora de construção de laços afetivos e de redes de trocas sociais. A equipe multiprofissional do cuidado deve, sem dúvida, apropriar-se dos dispositivos grupais para trabalhar a favor da reintegração dos seus usuários. A função dos grupos e oficinas deve estar voltada para as suas necessidades, por isso é importante que esses espaços sejam potencializados para que se movimentem em prol dos usuários. A partir delas é possível absorver a história dos sujeitos, além de reinseri-los no contexto extra hospitalar, possibilitando o estabelecimento de conexões com a rede fora da instituição.

Muito além de habilitadora de construções e identidades poéticas, o grupo de poesia configura a possibilidade de produzir subjetividades, além de contribuir para estruturar o cotidiano dos seus integrantes, viabilizando a construção de uma rede de trocas sociais. Através da invenção de espaços reais de trabalho, que implicam na ativação de recursos e no agenciamento das relações possíveis para cada sujeito, as oficinas promovem aos seus usuários a descoberta de novas habilidades e a lembrança daquelas por eles já esquecidas. As novas ferramentas e situações proporcionadas nesses espaços permitem que ele se reconheça como portador de capacidades, vontades e objetivos.

## **Arrematando pontos e desatando nós: conquistas e desafios para se promover saúde**

Partindo da experiência com o grupo de poesia foi possível verificar que, para os participantes, esta atividade constituiu-se como fonte de bem estar e espaço de novos aprendizados e socialização. A construção de uma relação positiva entre os integrantes possibilitou-lhes a releitura da própria vida, permitindo que opinassem em todo o processo de feitura da oficina, desde o planejamento até a execução das atividades, exercitando suas capacidades autogestionárias e autoanalíticas de forma simultânea e articulada, produzindo um saber coletivo acerca das questões que permeiam o envelhecimento e a maneira de lidar com os problemas e encarar esta etapa da vida.

A poesia atuou como facilitadora da expressão de emoções, de encontros que proporcionam prazer e do estabelecimento de novos propósitos e metas. Atividades como essa aumentam a autoestima e potencializam o processo criativo, além de aproximar e estreitar os laços de sociabilidade. Como estratégia de promoção de saúde, este grupo procurou desenvolver o empoderamento e a valorização que permitem sair de uma posição “assujeitada” para ocupar um outro lugar, de sujeito desejante, o qual possibilita o exercício do poder enquanto força impositiva das vontades e opiniões e da liberdade de expressão, na maioria das vezes desconsiderados nas relações que a pessoa idosa estabelece com o meio em que vive.

Ao refletir sobre um tema em pauta através do diálogo e da troca, busca-se compartilhar os saberes de formas diversas, sob diferentes pontos de vista, ampliando a possibilidade de interpretação da realidade pela problematização. Esta é a metodologia operada no grupo com base nos princípios da Educação Popular em Saúde de Paulo Freire.

A dinâmica que se concretiza neste espaço acaba por favorecer a participação social, o que representa um modo de manutenção dessas pessoas no envelhecimento ativo. Em conformidade com Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), faz-se necessário o investimento em ambientes sociais e culturais mais favoráveis para a população idosa, visando o

envelhecimento ativo, princípio preconizado pela OMS. E nas atividades desenvolvidas pelo serviço em questão é possível verificar o esforço da equipe e direção de trabalho nesse sentido, o que se reflete, claramente, na avaliação que os usuários fazem do espaço.

Integralidade para o SUS é um princípio fundamental e parte da compreensão de que o usuário deve ser tratado como um todo, considerando todas as suas necessidades de saúde. De acordo com essa diretriz, o acompanhamento integral e de qualidade é prerrogativa que marca o modelo de cuidado operado e o direcionamento formativo dos profissionais que desenvolvem suas práticas nesse espaço, viabilizando aos usuários a possibilidade do exercício contínuo e ampliado de cidadania. De acordo com Oliveira (1999),

no fundo, a cidadania, a meu modo de ver, pode ser definida em forma sintética como o estado pleno de autonomia, quer dizer, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas. E isto no Estado moderno, na sociedade moderna, significa dizer um cidadão pleno, consciente e ativo dos seus direitos, dos direitos individuais e dos direitos coletivos (OLIVEIRA, 1999).

Tomando por exemplo o objeto deste estudo, o acesso ao exercício da cidadania plena constituiu-se como meio de empoderamento para as mulheres idosas ao possibilitar a reconstrução da autonomia e o fortalecimento da autoestima, aumentando, desse modo, sua participação social na busca por novos papéis na sociedade. É possível concluir que para as mulheres é mais fácil integrar esses grupos, já que o quantitativo feminino é notadamente maior quando em comparação ao masculino no serviço como um todo, não somente na atividade analisada. Porém, devemos considerar as particularidades de cada um ao vivenciar o processo de envelhecimento e, com isso, criar ações diversificadas para dar conta dessa heterogeneidade, pois “[...] é preciso reconhecer que as maneiras de viver/envelhecer dependem da combinação de gênero e classe social” (MOURA et al., p. 852).

Articulada à ideia da qualidade de vida, a perspectiva da promoção da saúde consiste em tornar mais viáveis as escolhas saudáveis. Nesse sentido, a promoção da saúde destaca a importância de implementar políticas públicas para melhoria da qualidade de vida da população. Ceccim e Ferla (2006) trazem uma concepção de saúde centrada na “inclusão de pessoas em uma rede de práticas cuidadoras em saúde e de afirmação da vida” e, não apenas na prevenção e tratamento de doenças.

Promover o envelhecimento de maneira saudável é tarefa complexa que envolve a conquista de autonomia e qualidade de vida através de um amplo acesso a serviços que possuam uma direção clínica de trabalho atenta para essas questões tão relevantes para a saúde do idoso, em especial, da mulher que vivencia essa etapa do desenvolvimento.

Esperamos que a discussão trazida por esse artigo contribua para o rompimento da visão estigmatizante acerca da pessoa idosa, tida como inválida e inativa, ainda comum entre profissionais de saúde e na sociedade em geral. Que possamos trazer para a superfície e para o centro do trabalho o potencial criativo e imaginativo desses idosos, contribuindo para um envelhecer com saúde e integralidade. Afinal, ao considerar apenas a idade cronológica, sabemos muito pouco sobre o sujeito. Levando-se em conta todos os aspectos inerentes a este ser – de cunho biológico, psicológico, social e cultural – pode-se ter acesso à ampla rede de ideias e relações que ele é capaz de estabelecer com o universo que o cerca e usar isso a seu favor na promoção de sua saúde, contribuindo também para o cuidado daqueles com quem ele se relaciona.

A partir deste estudo, esperamos contribuir no âmbito da promoção de saúde e da saúde da mulher idosa com a produção e articulação do conhecimento nessas áreas, pois, conforme nos indica Minayo et al. (2008), “o ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” (MINAYO, 2008, p.27). Dessa forma, não pretendemos dar por concluídas as questões que levantamos, mas, ao contrário, nosso intuito é revigorar o debate visando, com isso, que novas perspectivas possam emergir.

## Referências

ASSIS, M. **Envelhecimento ativo e promoção da saúde: reflexão para as ações educativas com idosos**. CRDE UnATI. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.nates.ufjf.br/novo/revista/pdf/v008n1/Envelhecimento.pdf>>.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº189 de 19 de Novembro de 1991**. Dispõe sobre a aprovação dos Grupos e Procedimentos da Tabela do SIH-SUS, na área de Saúde Mental. Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Ministério da Saúde, Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Humanização**. Ministério da Saúde, Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Caracterização da população de mulheres no Brasil: resultados do Censo Demográfico 2010. In: **Saúde Brasil 2011: uma análise da situação e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

\_\_\_\_\_. Mortalidade feminina no Brasil: evolução no período de 2000 a 2010. In: **Saúde Brasil 2011: uma análise da situação e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CAVALCANTE FILHO, J. B. et al. Acolhimento coletivo: um desafio instituinte de novas formas de produzir o cuidado. In: **Interface. Comunicação, Saúde e Educação**, v. 13, p. 315-328, 2009.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. Linha de cuidado: a imagem da mandala na gestão em rede de práticas cuidadoras para uma outra educação dos profissionais em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs.). In: **Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação em saúde**. Rio de Janeiro: IMS/Uerj: Abrasco, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1995.

- DOMINGOS, A. M.; MARTINS, M. T. S. L. Além dos espaços escolares convencionais, mulheres em um grupo de alfabetização e apoio escolar. In: **TEIAS**. Rio de Janeiro, ano 9, nº 18, pp. 60-67, julho/dezembro 2008.
- FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004
- FRANCO, T.B. As redes na micropolítica do processo de trabalho em saúde. PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs.). In: **Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação em saúde**. Rio de Janeiro: IMS/Uerj: Abrasco, 2006.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf)>.
- MARTINS, J.J. et al. **Educação em saúde como suporte para a qualidade de vida de grupos da terceira idade**. In: Revista Eletrônica de Enfermagem, 2007. v. 09, n. 02, p. 443 – 456. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/v9n2a12.htm>>.
- MEHRY, E. E. A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. In: CAMPOS, C. R. et al. **Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público**. Belo Horizonte: Xamã/VM, 1998.
- MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOURA, M. A. V.; DOMINGOS, A. M.; RASSY, M. E. C. A qualidade na atenção à saúde da mulher idosa: um relato de experiência. In: **Escola Anna Nery**, 2010. v. 14. n. 4. p. 848-855. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n4/v14n4a27.pdf>>.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O que é formação para cidadania?** Entrevista realizada por Silvio Caccia Bava (diretor da ABONG). Dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>>.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento Ativo: Uma política de saúde. Traduzida para o português**, 2005.
- RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P.(Org.). In: **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- SÍCOLI, J. L.; NASCIMENTO, P. R. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. In: **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 2003, v. 7. n. 12. p.101-122.

# **EIXO 1**

## **2º lugar - Categoria Profissional**

# Psicologia e homofobia: uma cartografia de encontros, embates e políticas

*Luan Carpes Barros Cassal*

## Resumo

Este trabalho discute posicionamentos da psicologia em relação à homofobia. A cartografia, método descrito por Deleuze e Guattari e que acompanha processos produtivos foi escolhida para compreender estes acontecimentos. O psicólogo-pesquisador investigou posicionamentos da psicologia sobre homofobia em diferentes espaços. Analisamos as experiências a partir dos estudos de Foucault sobre sexualidade e agrupamos em três linhas de discussão. Primeiramente, a prática psicológica que chamaremos de homofóbica, pois profissionais propõem “reorientar” homossexuais para se tornarem heterossexuais – desqualificando modos de existência e legitimando a eliminação destes sujeitos. Segundo, a psicologia da homofobia na qual pesquisadores explicam, de forma individualizante e naturalizante, as causas da homofobia, alimentando o medo difuso. Por fim, a psicologia de enfrentamento à homofobia, com práticas para desnaturalização e despatologização de prazeres e experiências humanas. Estas diferentes perspectivas estão em disputa, atendendo a diversos interesses, e faz-se necessário o posicionamento ético da psicologia para o combate aos estigmas e discriminações.

**Palavras-chave:** Psicologia. Homofobia. Homossexualidade. Cartografia.

## Introdução

Em 14 de novembro de 2010 um jovem homossexual foi agredido na Avenida Paulista, em São Paulo, com lâmpadas fluorescentes. Alguns profissionais de segurança privada, próximos ao local, intervieram. O ato foi registrado por câmeras de vigilância e deduziu-se que aconteceu pela orientação (homo)sexual dos agredidos. No mesmo dia, um rapaz gay foi baleado próximo a um quartel por militares em serviço após o encerramento da Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)<sup>1</sup> do Rio de Janeiro. Seus agressores justificavam o ato por ele ser homossexual.

Durante alguns dias, a mídia nacional bombardeou noticiários com discussões sobre os casos, acompanhando “agressores” e “vítimas”, seus advogados, suas famílias e seus históricos pessoais. Peritos judiciais e psicossociais apresentam suas interpretações. A “homofobia” ganhou espaço de destaque nos noticiários e, desde então, retorna eventualmente às pautas de diferentes maneiras. Tivemos vários casos de violências, inclusive assassinatos, de homossexuais. E também as declarações de um Deputado Federal eleito pelo estado do Rio de Janeiro que afirma ser

---

<sup>1</sup> Ramos e Carrara (2006) apontam que o Movimento Homossexual Brasileiro, como era chamado desde seu surgimento, se intitulava nos últimos anos como movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), para dar conta das especificidades de múltiplas experimentações da sexualidade e do gênero que não tem direitos reconhecidos.

possível “prevenir” a homossexualidade na infância, contanto que o pai se faça presente e, caso necessário, utilize a força física. Através do tiro, da lâmpada e da fala pública, o debate sobre homofobia ganha força e torna-se mais “natural” nas notícias. Mas o que isso significa?

A homofobia pode ser definida como hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico (BORRILLO, 2010, p.34).

Atravessada por significados muito sutis, a homofobia pode ser usada como um nome – referindo-se ao sentimento de hostilidade – mas também trata da qualidade de comportamentos, práticas, instituições e leis que restringem a garantia dos direitos humanos de homossexuais – discriminação, exclusão, violência (JUNQUEIRA, 2007). Borrillo (2010) lista alguns processos considerados homofóbicos como as intervenções terapêuticas para uma suposta reversão da homossexualidade (patológica) para a heterossexualidade (saudável); estudos que investigam as causas da homossexualidade, tomando a heterossexualidade como dado natural; garantias jurídicas da homossexualidade apenas no registro do segredo e do espaço privado do lar; garantia de acesso a direitos de consumo para aqueles com poder de compra.

Este poderia ser um texto em que a psicologia explica a homofobia, valendo-se de perguntas tais como “qual a causa” ou “como preveni-la”. Tomar como óbvio a existência da homofobia e, por isso, a necessidade de eliminá-la. Seria uma pesquisa concentrada nas mortes e nos cadáveres. Porém, inspirado por Foucault (1988), fazemos uso do título de um item de História da Sexualidade I: A vontade de saber: O que está em jogo?. O autor aponta “É preciso fazer a história dessa vontade de verdade, dessa petição de saber que há tantos séculos faz brilhar o sexo. [...] O que é que pedimos ao sexo?” (FOUCAULT, 1988, p.90-91). O que se pede para a psicologia em relação a homofobia? Quais os interesses atendidos pelas respostas produzidas?

Por que a psicologia? Esta é a ciência que responde, por excelência, sobre a subjetividade humana ou, como afirma Canguilhem (1973), “a psicologia não é mais somente a ciência da intimidade, mas a ciência das profundezas da alma” (CANGUILHEM, 1973, p.13). Se a sexualidade ocupa um lugar central nas reflexões sobre a subjetividade e a individualidade, a psicologia se estabelece como saber que dita a verdade sobre o sexo e os sujeitos. No Brasil, até hoje, a psicologia se orienta pelo modelo das ciências naturais (FERREIRA NETO, 2010), ao mesmo tempo, a sexualidade é compreendida sob uma ótica essencialista e biologizante (JUNQUEIRA, 2007). A psicologia tem legitimidade para falar do sexo, mas precisa ser interrogada sobre o que fala e como fala.

Como ciência e profissão, a ciência psicológica diversas vezes se posicionou de forma que “abrisse mão de sua potência de colocar problemas e ficasse limitada a fornecer soluções a problemas postos pela sociedade e pela ciência” (KASTRUP, 2007, p.63). Sobre a homossexualidade, a psicologia construiu aparatos técnicos e teóricos visando o retorno dos sujeitos às normas sexuais. Foucault (1988) aponta que tais práticas apenas enraízam as estratégias de dominação e poder das normatizações sobre a sexualidade. Baptista (1999) acrescenta que especialistas (inclusive psicólogos e psicanalistas) constroem teorias, ideias e conceitos sobre determinadas categorias de sujeitos, que servem para justificar a eliminação de populações a partir de seus modos de existência. Estar na psicologia é valer-se deste espaço de reconhecimento para criticar o que este saber tem instituído.

Para compreender algumas das muitas perguntas feitas à psicologia sobre homofobia, precisamos de um método de pesquisa. Um caminho de pesquisa que compreenda perguntas e respostas como processo múltiplo e complexo, onde conhecer e transformar a realidade são efeitos indissociáveis. O ato de pesquisar atravessa a área de conhecimento, a questão formulada, o campo investigado e o próprio pesquisador, produzindo mudanças e novas conexões. Não por acaso, Kastrup (2009) coloca que “não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados de pesquisa. A formulação paradoxal de uma ‘produção de dados’ visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual” (KASTRUP, 2009, p.33). Isso significa que toda pesquisa é também intervenção.

Neste sentido, não nos basta uma técnica investigativa que representa objetos estáticos, como se estes fossem fotografias. Para registrar a multiplicidade dos movimentos, Deleuze e Guattari (1995) dizem que a opção metodológica consiste em fazer um mapa, que não tem um ponto central, mas acompanha movimentos, se transforma. Uma topografia dos processos de produção de subjetividade, de realidade. Construir mapas e, não decalques. Kastrup (2009) discorre que “a cartografia é um método [...] que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar processos de produção” (KASTRUP, 2009, p.32).

A cartografia aqui apresentada foi desenvolvida entre os anos de 2009 e 2012 e tem como objetivo colocar em análise os encontros entre psicologia e homofobia neste período. A cartografia não trabalha com um trajeto estabelecido a priori; preocupada com os processos, desenha-se durante o próprio caminhar do psicólogo-cartógrafo através de um regime de atenção aberto e flutuante (KASTRUP, 2009). Durante este período o psicólogo mergulhou no campo problemático: participou de eventos políticos e acadêmicos, atuou em políticas públicas de enfrentamento à homofobia, acompanhou discussões técnico-políticas da profissão, levantou estudos e notícias de jornal sobre a temática. Em uma viagem, o psicólogo permitiu-se levar pelas linhas de força enquanto produziu registros em diário de campo para construção de sua memória que se transformaram ao longo do processo de escrita do texto (KASTRUP; BARROS, 2009). As experiências registradas pelo psicólogo no período de trabalho foram organizadas e analisadas em três diferentes linhas que se constituem nas tensões e contradições, representando modos de produzir encontros entre homofobia e psicologia, bem como os efeitos que estão em jogo.

## **A psicologia homofóbica**

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promulgou um documento para orientação da prática profissional, a Resolução nº 01/99, que afirma que a homossexualidade não consiste em patologia, desvio ou perversão e por isso nenhum psicólogo pode propor sua cura em meios públicos ou na prática profissional: “Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999). Este posicionamento pioneiro do CFP abriu caminho para o reconhecimento desta instituição na defesa dos direitos da população LGBT. Não à toa, a Resolução é apresentada pelos movimentos sociais como um importante marco legal. Naquele momento, a psicologia interveio na garantia dos direitos humanos desta população.

Dez anos depois, outra psicologia ganha as manchetes. A psicóloga Rosângela Alves Justino, do Rio de Janeiro, recorre ao CFP em função do processo ético em que foi julgada e conde-

nada por infringir a Resolução CFP nº 01/99. Justino quer ajudar homossexuais que desejam, voluntariamente, “mudar” sua orientação sexual. Entrevistada por uma revista, a psicóloga não responde se seria possível “transformar” heterossexuais em homossexuais com a mesma conversão (LINHARES; D’ALMEIDA, 2009). O debate ganhou espaço na mídia, enquanto o CFP decidiu pela manutenção da decisão anterior.

A prática de Justino não ocorre por acaso. Conforme apontam Cassal et al. (2010), a promulgação da referida resolução não impede, por si só, a demanda de homossexuais a psicoterapeutas por uma “reversão sexual”, seja por procura própria ou por encaminhamento da família e de outras instituições. Ou seja, muitos profissionais são procurados para que desenvolvam essa prática; cabe a cada um produzir uma prática ética, colocando a demanda em análise.

Passados mais dois anos, em 2011, o deputado federal João Campos criou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 234/11 que propõe suspender artigos da Resolução CFP 01/99, herdeiro de projeto anterior do ex-deputado Paes de Lira. Em sua argumentação, aponta que homossexuais estão impedidos de receber atendimento psicológico por seu sofrimento, além de entender que o CFP não tem competência para legislar sobre esta matéria.

Da mesma forma, professores da rede pública encaminham adolescentes com comportamento de gênero diferente do esperado para serviços de psicologia. Seus “trejeitos” incomodariam, atrapalhariam o bom funcionamento da escola, e certamente lhes produziriam sofrimento. Assim, educadores bem-intencionados convocam a psicologia para uma suposta proteção destas crianças (CASSAL; BICALHO, 2011). No cotidiano das escolas ou no plenário da Câmara Federal, defende-se a eliminação da homossexualidade para um pretenso retorno à heterossexualidade.

O que está se protegendo? Qual a intenção desta psicologia interessada na “cura gay”, como é vulgarmente chamada a prática defendida por Justino e outros? Por que a homossexualidade é compreendida como uma patologia e o sujeito reduzido à condição de doente?

Michel Foucault (1988, 1999) discorre sobre a sexualidade como uma complexa estratégia de poder da vida, que se estabelece hegemonicamente a partir do século XVIII. Este biopoder investe na dimensão individual dos corpos e prazeres e no corpo população de um determinado território. Neste regime, normas foram estabelecidas por ciências e técnicas em função da sua utilidade na ascensão e manutenção da burguesia como grupo dominante, produzindo até hoje uma forma de organização e produção da vida chamada por Foucault (1999) de “Dispositivo da Sexualidade”. As diferenças e divergências à normatividade seriam perigos biológicos para o desenvolvimento do corpo espécie, produzindo a eliminação desses sujeitos “desviantes”. De acordo com Baptista (1999, 2010), o processo discursivo que prega a eliminação das diferenças é o mesmo que executa sujeitos considerados indesejáveis em defesa de uma sociedade pretensamente limpa e asséptica.

O extermínio (de corpos e de modos de existência) faz parte da manutenção do biopoder. Ainda que paradoxal, encontra-se assegurado pelo que Foucault (1999) chama de racismo de Estado. O biopoder sustenta-se em embasamentos científicos essencializantes do humano. A eliminação dos considerados “diferentes” se dá pelo argumento do fortalecimento biológico da espécie; apenas os mais aptos sobrevivem aos conflitos sociais. Esse processo ocorre em relação a etnias, classes econômicas e também grupos identitários, inclusive em função da orientação sexual e manifestações de gênero.

Para Foucault, foi a emergência do biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado; o racismo como um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. [...] É o racismo que permitirá decidir quem morrer e quem vive. O que morre faz com que o bom viva mais puro e mais sadio através de uma relação biológica, de eliminação de perigos internos e externos (BATISTA, 2003, p.156-157).

Os autores de disparos e agressões a homossexuais atuam como guardiões da pureza biológica. Podemos analisar como um ato racista se entendermos como Veiga Neto (2001) o racismo enquanto “não apenas a rejeição do diferente, mas, também, a obsessão pela diferença, entendida como aquilo que contamina a pretensa pureza, a suposta ordem, a presumida perfeição do mundo” (VEIGA NETO, 2001, p.107). Um sujeito fora da ordem foi marcado pelo tiro, pela lâmpada, pela prática psicológica de “reversão sexual”; eliminado na diferença que se produzia. A homofobia é transversal, não mata simplesmente indivíduos ou grupos, mas a possibilidade de construção plural e coletiva das existências. Uma produção fascista que elimina a diferença e a possibilidade de invenções para além das normas.

Esta psicologia que defende a suposta reversão da homossexualidade toma a heterossexualidade como modo de existência sadio, gênese do desenvolvimento humano. Toma o sofrimento produzido socialmente pela discriminação e exclusão como condição de existência e, assim, alimenta ainda mais a necessidade de uma “cura gay” em favor da “saúde hétero” de todos. O adjetivo “homofóbico” parece adequado para esta perspectiva na medida em que hostiliza e rejeita um modo de existência como patológico, anormal e passível de correção. Baseada no sofrimento e maquiada de boas intenções, esta psicologia discriminatória ganha cada vez mais espaço e institucionalidade.

A eliminação de corpos e modos de existência homossexuais não se dá para extinção de toda essa população, pois o biopoder perderia um de seus pontos estratégicos de apoio. A homofobia marca os sujeitos como desviantes e, para a cada um que é eliminado, há outros tantos a serem identificados, procurados, assassinados. Foucault (1999) discorre sobre o genocídio nazista como um processo que chegou a um ponto próximo da eliminação dos transgressores: colocar toda a população em absoluto risco de vida, pois os mais fortes e aptos sobreviveriam. Assim, neste diagrama de biopoder, a eliminação total da diferença só se dará quando (e se) ocorrer o fim da vida humana na Terra. A produção de diferenças é necessária para o funcionamento desse dispositivo de regulação e controle da vida. A manutenção desta organização de poder mantém também a necessidade da homossexualidade enquanto categoria e da homofobia enquanto processo de eliminação. Uma eliminação que nunca atinge o objetivo a que aparentemente se propõe. Uma psicologia homofóbica em que o fracasso de “curar” significa o sucesso de se manter sempre necessária.

## **A psicologia da homofobia**

A ideia de homofobia surge por uma tentativa das ciências de categorização da experiência de repulsa à homossexualidade e aos homossexuais. De acordo com Borrillo (2010), a palavra “homofobia” foi inventada em 1971 por K. T. Smith nos Estados Unidos da América, em um estudo para encontrar características comuns à personalidade “homofóbica”, ou seja, que apresenta tal repulsa. Junqueira (2007), por sua vez, conta que este termo foi criado pelo psicólogo clínico George Weinberg em 1972, e “agrupou dois radicais gregos *ὁμός* (semelhante)

e φόβος (medo) – para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e às homossexualidades” (JUNQUEIRA, 2007, p.3). De acordo com Lacerda (apud RAMOS; CARRARA, 2006, p.191), o termo homofobia aparece pela primeira vez no Brasil em 1992 no jornal carioca O Globo “para designar ‘horror ao homossexual’”.

Dentre as múltiplas interpretações da homofobia, a que ganha maior destaque atualmente refere-se às agressões (inclusive assassinatos) relacionadas a uma orientação sexual não-normativa. Ao final da década de 1990, os movimentos homossexuais brasileiros passaram a construir propostas no campo da segurança pública para enfrentamento dos sistemáticos assassinatos de homossexuais. A abordagem sensacionalista da mídia<sup>3</sup>; a vitimização e discriminação contra homossexuais por parte da polícia, da justiça, da imprensa e dos próprios militantes e os assassinatos pareciam um problema impossível de ser resolvido. Um quadro curioso frente a potência criativa empregada dos movimentos homossexuais, utilizadas nas campanhas da saúde da época, especialmente, de prevenção à Aids (RAMOS; CARRARA, 2006, p.191).

A construção da ideia de homofobia delimita modos de existência. Haveria características para identificação de possíveis agressores, de acordo com estudos que “conseguiram demonstrar que alguns fatores – tais como idade, sexo, nível de estudos, meio social, além de filiação religiosa ou política – constituem variação do problema [de hostilidade com os homossexuais]” (BORRILLO, 2010, p.97-98). Assim, essas características apontariam quais grupos são mais propensos à produção de violência homofóbica. Mas o fator determinante para este acontecimento seria a personalidade individual, já que a homofobia seria “apenas a manifestação do ódio [...] da parte homossexual de si que o indivíduo teria vontade de eliminar. A homofobia seria uma disfunção psicológica, resultado de uma projeção inconsciente” (BORRILLO, 2010, p.97, grifo nosso). Junqueira (2007) aponta que é muito recorrente uma interpretação clínica e medicalizante da homofobia, associando emoções individuais negativas de contra a homossexualidade a uma psicopatologia.

Os saberes e práticas psicológicos servem na identificação e explicação da homofobia como um fenômeno individual. Em entrevista para uma revista dedicada exclusivamente à sexualidade e erotismo, um psicanalista afirma:

A homofobia responde a uma necessidade de reprimir uma parte da sexualidade, mas não significa necessariamente que essa pessoa seja homossexual. É alguém que está reagindo neuroticamente a traços de homossexualidade que estão em cada um (HAMA, 2011, p.83).

Deste modo, a ciência consegue mapear os desejos mais ocultos que movem corpos; os saberes transformam suas características em confissão pois, com o dispositivo da sexualidade, “o novo foco do interrogatório é o próprio corpo do penitente, seus gestos, sentidos, prazeres, pensamentos e desejos” (CANDIOTTO, 2010, p.82). Assim, a homofobia tornar-se-ia uma via de acesso aos conflitos inconscientes e à verdade do indivíduo.

Estas descrições sobre o autor de atos homofóbicos lembram outra, feita por uma psicanalista que explica questões sobre homossexualidade na televisão. Conforme conta Baptista,

---

<sup>3</sup> Exposição dos cadáveres e de pormenores das mortes, como ainda hoje ocorre em alguns meios de comunicação.

No programa juvenil, [...] aprendemos a compreender uma frágil e carente existência, vítima de uma trágica fatalidade narrada em uma historinha grega. O jovem de classe média poderá agora alterar seu olhar sobre esse estranho personagem, fadado a viver na falta, no passado e na tragédia grega. (BAPTISTA, 1999, p.47-48).

Entretanto, esta história se refere à homossexualidade enquanto uma parada no desenvolvimento psicosssexual. Como aponta Foucault (1984), a premissa de uma direção predelineada para a libido, com etapas e suas possíveis falhas, constrói um potencial virtual de morbidade sempre presente – o estacionamento ou não fechamento de algum ciclo de forma adequada. Um mesmo jogo, com mudanças de cenário.

Para o reconhecimento da homossexualidade enquanto modo legítimo e “normal” de existência é necessária a delimitação de um outro corpo transgressor, o homofóbico. De acordo com De La Espriella Guerrero (2007), a homofobia é uma construção social tal qual a homossexualidade, mas aquela, diferente desta, demanda uma intervenção psiquiátrica individual no seu enfrentamento. “A homofobia deve ser considerada um transtorno mental. A homofobia requer tratamento”<sup>4</sup> (GUERRERO, 2007, p.727).

A delimitação de um sujeito homofóbico, seja por uma “natureza” ou por construção social, reafirma a homossexualidade como categoria dada em nossa cultura. Um ajuste na mesma estratégia de regulação do dispositivo da sexualidade,

[...] seja para considerar a sexualidade como originariamente ‘natural’, seja para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam da referência à heterossexualidade como norma. [...] A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como diferença”<sup>5</sup> (LOURO, 2004, p.45).

Além disso, Sedgwick (2007) entende que a homofobia produz novas normatizações sobre a construção do homem heterossexual masculinizado. Quando a homofobia é indicada como uma “insegurança” do próprio sujeito, isto “complementa a ilusão implausível e necessária de que poderia existir uma versão segura da masculinidade [...] e um modo estável e inteligível de que os homens se sintam em relação a outros homens no moderno patriarcado heterossexual capitalista” (SEDGWICK, 2007, p.44).

Mott (2002) entende que a homofobia atravessa toda a história como repressão e eliminação das pessoas que mantinham práticas sexuais com outros do mesmo sexo. Entretanto, consideramos a homossexualidade como uma construção histórica datada no século XIX (FOUCAULT, 1988), que instituiu uma forma absolutamente inédita de se relacionar com tais práticas sexuais ao investi-las e incitá-las como parte de um dispositivo. Neste sentido, a homofobia só faz sentido a partir da categoria “homossexual”, sendo, portanto, seu efeito. Em outras palavras, a homofobia só foi inventada porque a homossexualidade já se estabeleceu enquanto uma “verdade” dos sujeitos. Por isso a palavra homofobia deve nomear mais que um estado psíquico de repulsa; ela diz respeito ao modo de funcionamento do dispositivo da sexualidade que, de diversas formas, produz a eliminação dos transgressores à normatividade sexual.

---

<sup>4</sup> Tradução livre: “A homofobia deve ser considerada um transtorno mental. A homofobia requer tratamento.”

<sup>5</sup> Grifo nosso.

Ora, a homossexualidade e a homofobia são construções que hoje estão instituídas e, portanto, precisam ser interrogadas e desnaturalizadas. A criação de categorias psicológicas ou psiquiátricas serve para a naturalização do sujeito dito homofóbico com efeitos estratégicos de poder.

Falar de homofobia significa falar de medo; não o medo patológico individual, a que o termo 'fobia' se refere, mas a produção social de insegurança e temor. Para Batista (2003), este processo produtivo se dá através de discursos e práticas cotidianas, justificando e legitimando políticas públicas de repressão e extermínio contra populações determinadas. O medo atravessa a construção das performances de gênero e provoca um esvaziamento de espaços públicos, pois marca os encontros, a circulação na cidade e a existência em alguns territórios como perigosos e inadequados para determinados sujeitos. Torna-se, assim, um atravessamento muito potente na produção de modos de existir e produz efeitos no mundo. A psicologia responde, com urgência, às perguntas sobre a suposta causa individual da homofobia sem analisar os perigos de sua própria posição. Com a identificação de características do possível agressor, a psicologia instaura um sistema de medo: medo do outro, medo da diferença, medo de si próprio.

Quando Foucault (1987) fala sobre as prisões, aponta que, apesar do aparente fracasso desta instituição, há um sucesso sempre presente: o sistema carcerário produz a figura do delinquente, criminoso em potencial. Sempre há mais pessoas perigosas do que presas, o que suscita um endurecimento cada vez maior do sistema de vigilância e punição: mais prisões, redução da maioridade penal, maior proteção nas ruas, restrição da circulação. Nesse sentido, a identificação do suposto sujeito homofóbico materializa um inimigo não muito claro, em parte fantasioso, que pode estar em qualquer lugar e precisa ser enfrentado.

Tanto Bauman quanto Wacquant falam das funções desempenhadas pelos crimes sexuais, em especial a pedofilia, para "dar uma realidade corpórea que poucos medos possuem: mesmo sem ser visto, ele (o pedófilo) ainda pode ser construído como um objeto sólido, que pode ser manuseado, amassado, trancado, neutralizado, até destruído" (BATISTA, 2003, p.96).

O medo induz e justifica políticas repressoras para controle social das diferenças e manutenção da ordem instituída; os "clamores advindos do pânico cobram sempre o seu preço no corpo dos oprimidos e transformam-se rapidamente em discursos que matam" (BATISTA, 2003, p.192). Em um mundo contemporâneo marcado pela insegurança difusa, elege-se um inimigo interno, próximo a nós, passível de ser localizado, enfrentado e destruído pelo Estado (COIMBRA, 2008). Um Estado que, "cada vez mais, amplia sua função policial repressiva, transformando-se em um Estado penal que, em nome da vida, encarcera e deixa morrer todas as expressões de vida consideradas improdutivas e impróprias" (MONTEIRO; COIMBRA; MENDONÇA FILHO, 2008, p.10). O medo torna-se algo individual e problema de polícia, enquanto ignora-se a complexidade das situações que se apresentam no contemporâneo. Ou seja, o medo da homofobia agencia outros genocídios. O medo funciona como uma tecnologia política, que movimenta uma economia desejada; produz um grande controle com um mínimo de esforço. O perigo que ronda os territórios é a reafirmação dos homossexuais como corpos transgressores das normas instituídas sobre sexualidade.

[...] homofobia e zonas perigosas são denominações utilizadas para designar atitudes e áreas da cidade. Na mídia, assim como nos textos acadêmicos, a psicopatologia da alma humana e a topografia urbana explicariam a origem

das mazelas da atualidade. Em determinadas áreas da urbe e da alma estariam alojadas as razões da violência. Em certos corpos, psiquismos ou cantos da cidade, impermeabilizados por suas individualidades, residiria o mal passível de cuidado ou extirpação (BAPTISTA, 2010, s/p).

A violência que se afirma originada no sujeito homofóbico precisa, tal qual o dispositivo da sexualidade, ser localizada historicamente e mergulhada em sua dimensão política, posto que são condições de possibilidade para os acontecimentos. Foucault (1984) lembra-nos que a eleição de algumas manifestações como morbidades psíquicas se dá pela construção daquela própria cultura. Além disso, a interpretação de fenômenos precisa ser feita no próprio presente, pois é sempre neste que os acontecimentos se produzem. Se há corpos que produzem violências consideradas como homofóbicas, a resposta (e a desejada solução) sobre este acontecimento não está circunscrita em um indivíduo, está em jogo o dispositivo da sexualidade, que produz a categoria homossexual, seus processos de discriminação e exclusão e a identificação dos “algozes”.

A homofobia é fundamental para a sustentação do dispositivo da sexualidade e das estratégias de biopoder. Os sujeitos agressores não atuam por simples capricho do inconsciente; se assim fosse, tais situações de violência não se repetiriam cotidianamente nos territórios descritos nas notícias de jornal e em muitos outros. A violência compõe processos de produção de subjetividade que produzem o espaço urbano e experiência humana de determinadas formas.

Nossa história nos aponta não para o fim desses atos, mas para a reedição e aperfeiçoamento dessas mórbidas estratégias. [...] as ruas de São Paulo, as praias do Rio de Janeiro, são espaços que estilhaçam os espelhos de uma burguesia que se deseja ver asséptica, segura e feliz. São espaços que estilhaçam uma ética que se diz universal, mas que necessita da ação da polícia e das grades dos condomínios fechados para o seu bom funcionamento (BAPTISTA, 1999, p.47).

Mais do que indivíduos considerados transgressores, grupos inteiros são chacinados; ora pela eliminação dos corpos pulsantes, ora pelo genocídio do silêncio e da invisibilidade. Atualmente, o critério para demarcação de anormalidade é menos o corpo transgressor e mais “o grupo social ao qual esse corpo está indissolúvelmente ligado” (VEIGA NETO, 2001, p. 107). Os corpos transgressores agredidos são vistos de forma focal e pontual, mas o mesmo não pode ser dito das populações eliminadas. O medo é estratégico na manutenção deste sistema, pois o “olhar cotidiano indiferente à miséria e às torturas e mortes violentas dos pobres [...] precisa de um discurso que explique e naturalize o macabro espetáculo global. É por isso que esses discursos do medo se difundem pelas telas, pelas bancas” (BATISTA, 2003, p.119). Um estado democrático dos direitos de alguns. Este é o papel da psicologia que explica, individualmente, a homofobia.

## **Considerações para uma psicologia de enfrentamento à homofobia**

A constituição da homossexualidade enquanto um complexo dispositivo passa pela naturalização dos corpos como entidades puramente orgânicas, individuais, dotadas de uma “verdade” (FOUCAULT, 1988). A homofobia, por sua vez, se articula em argumentos valorativos, onde as experimentações dos corpos e prazeres ligadas à homossexualidade são negativas, ruins, maléficas, prejudiciais. Constrói-se uma verdade de que estas manifestações são perigosas à sociedade, o que legitima eliminações destes corpos e/ou modos de existência (BAPTISTA, 1999).

Tendo a homossexualidade como dispositivo, a normatividade sexual se afirma enquanto natural. Abrir mão desta suposta “verdade” da qual somos constantemente lembrados, desse imaginário de “naturalidade”, é um desafio político cotidiano. A homofobia serve como dispositivo de análise para pensarmos as relações que estabelecemos com nossas práticas. Centrar o debate no “combate” e na oposição à homofobia (especialmente a seus autores) é manter a mesma lógica que produz e captura sujeitos no lugar de “vítimas” e de algozes. A psicologia não pode se prestar a esta prática, seja nos serviços de saúde, nos centros de referência à população LGBT, nos projetos de formação de profissionais da educação e da segurança pública em diversidade sexual, no desenvolvimento de pesquisa, nos cursos de graduação e pós-graduação. Precisamos romper com esta lógica dicotômica e individualizante. É fundamental trazer uma dimensão política e coletiva ao debate para apontar outras possibilidades. Os processos da homofobia atravessam e capturam a experiência de todos: a maneira como apresentam seus corpos, como entendem a experiência de si e/ou do outro, como ocupam os espaços públicos. A psicologia não deve se posicionar de tal ou qual forma... O que queremos, então, afirmar?

Um papel fundamental está na desnaturalização das experiências ligadas ao prazer e à sexualidade. Enquanto a psicologia se preocupa com a reafirmação da homossexualidade como um dado “natural”, em oposição à homofobia “patológica”, ainda manterá o mesmo dispositivo da sexualidade baseado na essencialização das experiências humanas como dados individuais. Ao reconhecer a heterossexualidade construída histórica e socialmente assim como a homossexualidade e quaisquer outras experimentações, a discussão ganha outro sentido. A psicologia deve ser radical na afirmação da homofobia como problema produzido socialmente, ligado diretamente à eliminação de um grupo de indesejáveis pela sociedade, que está para além da homossexualidade, pois também diz respeito a outros marcadores sociais.

Precisamos compreender que, enquanto uma identidade, a homossexualidade tem diversos serviços. Primeiramente, a marcação de corpos “transgressores” para normatização e, conseqüente, eliminação destes modos de existência. “A produção de subjetividades identitárias atua na construção da sexualidade como um vetor que atravessa e constitui essas vulnerabilizações” (CASSAL; GARCIA; BICALHO, 2011, p.471). A identidade homossexual cumpre ainda o papel de tirar de cena o entrecruzamento de marcadores de opressão (PRECIADO apud CARILLO, 2007), como acontece com a discussão da homofobia que ganha força enquanto problema individualizado, deixando de lado tantas outras violações. A análise torna-se fragmentada, mas enfrentar um sistema é mais complexo do que elegir culpados.

Da mesma maneira, os programas institucionais de luta contra a chamada ‘violência de gênero’ contribuem a uma naturalização da relação entre violência e masculinidade, mascarando a violência própria das estruturas conjugais e familiares (que são também reforçadas pelas demandas do casamento gay)<sup>6</sup> (PRECIADO apud CARILLO, 2007, p.377).

A psicologia precisa atuar na denúncia da homofobia, atentando em sua articulação com as relações de gênero, de território, de raça/etnia e de poder aquisitivo. A homofobia é uma, dentre muitas, formas de eliminação social. É imprescindível que o psicólogo mantenha essa questão em sua prática, desde o consultório privado à formulação de políticas públicas, passando pela gestão e prestação de serviços nos seus diferentes campos de atuação – educação, saúde, prisional, segurança pública, assistência social, dentre outros. É uma psicologia de exercício constante para não reprodução dos processos cotidianos e, por vezes, sutis de exclusão.

Quando se discute a Resolução CFP nº 01/99, o principal debate está nos artigos 3º e 4º que proíbem ações de patologização e a participação em pronunciamentos públicos que reforcem preconceitos, respectivamente. Mas nos parece que há outro ponto tão importante quanto estes no texto: “Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999). Para além de dar visibilidade ao sofrimento do sujeito homossexual ou à perversidade do ato do sujeito homofóbico, o que produzimos? Como eu, você e todos os psicólogos se (nos) posicionam(os)?

O que está em jogo não é fabricar uma norma, mas apostar em um norte ético da produção de vida através de escolhas, produzindo modos múltiplos de existência. Falar de ética é estar em um lugar limiar, tenso, produzido cotidianamente. Nesse sentido, práticas de enfrentamento à homofobia devem ser coletivas. Isso significa que precisamos estar presentes nos debates sobre a temática, seja nas formações em serviço, conferências, conselhos de políticas públicas, audiências públicas, debates de sindicato, de ONGs e do conselho profissional.

O PDL 234/11 propõe a suspensão dos artigos 3º e 4º da Resolução CFP 01/99. Esta ação vem junto de diversos movimentos conservadores, que legitimam e dão força a práticas homofóbicas institucionais e de atores públicos. Um ataque feroz a uma conquista legítima, estabelecida por um conselho profissional dentro de sua área de competência com subsídios técnicos e políticos.

Observa-se que o Sistema Conselhos de Psicologia está na luta pela garantia dos direitos humanos e defesa da resolução através de notas públicas, participação em fóruns e audiências. Não há certeza do desfecho. Pode ser que essa aberração se concretize e a psicologia homofóbica ganhe mais legitimidade para sua intervenção. Caso isso aconteça, os profissionais comprometidos com o enfrentamento da homofobia irão lamentar, chorar e sofrer. Um sofrimento que não será resolvido ou elaborado nos consultórios de psicologia, mas levado para as ruas e para o debate público. Cumprindo fielmente a prática ética, amparados pelos artigos que sobreviverem na Resolução CFP 01/99, continuaremos na luta pelo desaparecimento das discriminações, pois a psicologia precisa continuar a acreditar que nenhuma forma de violência vale a pena.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> “Del mismo modo, los programas institucionales de lucha contra la llamada “violencia de género” contribuyen a una naturalización de la relación entre violencia y masculinidad, enmascarando la violencia propia a la estructuras conyugales y familiares (que son además reforzadas por las demandas de matrimonio gay)” (Tradução nossa)

<sup>7</sup> Referência à campanha da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, lançada em 2008. Fonte: [http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/campanhas/campanhas\\_080827\\_0001.html](http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/campanhas/campanhas_080827_0001.html)

## Referências

BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: **Cidade dos Sábios**. São Paulo: Summus, 1999, p. 45-49.

\_\_\_\_\_. Cenas de um corpo sem dono. In: **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ**, ano 24, nº 74, dez/2010. Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm\\_74/artigo.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_74/artigo.html)>. Acesso em: 01 de março de 2011.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BORRILLO, D. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CANDIOTTO, C. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? In: **Tempo Brasileiro**, n. 30-31. 1973. p. 104-123.

CARRILO, J. Entrevista com Beatriz Preciado. In: **Cadernos Pagu**, n.28, jan-jun/2007, p. 375-405.

CASSAL, L. C. B.; GARCIA, A. M.; BICALHO, P. P. G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. In: **Psico (PUC-RS)**, v.42, n. 4, out-dez, 2011, p 465-473.

CASSAL, L. C. B.; BICALHO, P. P. G. “Não importa ser ou não ser, importa parecer”: Pistas sobre violência homofóbica e educação. In: BORTOLINI, A. (org). **Diversidade sexual e de gênero na escola**: Educação, Cultura, Violência e Ética. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2011, p. 78-93.

CASSAL, L. C. B. et al. Psicologia, Homofobia e Processos de Subjetivação: Impactos da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia. In: COSTA, H. et al. (org). **Retratos do Brasil Homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial de São Paulo, 2010, p. 753-762.

COIMBRA, M. C. B. **Produção do Medo e da Insegurança**. Disponível em: <<http://www.slab.uff.br>>. Acesso em: 04 de março de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999**. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2009.

GUERRERO, R. DE LA E. Homofobia y psiquiatria. In: **Rev. Colomb. Psiquiat.** Vol XXXVI, n. 4, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: 34, 1995. Vol. 1.

FERREIRA NETO, J. L. Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. In: **Memorandum**, n. 18, 2010, p. 130-142.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes. 1987.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.285-315.
- HAMA, L. Por que a homossexualidade incomoda tanto? In: **Revista TRIP**, n. 204, outubro, 2011, p.82-85.
- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. In: **Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, v. 1, 2007, p. 1-22.
- KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- \_\_\_\_\_. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: BARROS, R. B.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 32-51.
- KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: BARROS, R. B.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 76-91.
- LINHARES, J.; D'ALMEIDA, E. Entrevista: Rosângela Alves Justino. In: **Revista VEJA.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/120809/homossexuais-podem-mudar-p-015.shtml>>. Acesso em: 20 de agosto de 2009.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MONTEIRO, A.; COIMBRA, C.; MENDONÇA FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: Estatal é necessariamente público? In: **Psicologia & Sociedade**; v.18, n.2, maio-ago, 2006, p.7-12.
- MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? In: CORRÊA, M. (org.) **Gênero & Cidadania.** Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2002, p.143-156.
- RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. In: **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, n.16, v.2, 2006, p.185-205.
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. In: **Cadernos PAGU**, n.28, jan-jun, 2007, p.19-54.
- VEIGA NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 105-118.

# **EIXO 1**

## **1º lugar - Categoria Estudante**

# Por que é tão difícil compreender a experiência trans? Considerações sobre identidades de gênero que são incógnitas em nossa sociedade

*Clarissa Rosa Brachtvogel, graduanda pela UERJ*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo questionar o porquê da experiência “trans” ser tão incompreendida em nossa sociedade. Analisando os discursos hegemônicos sobre gênero e sexualidade, percebemos que há certas maneiras de se constituir como homem e como mulher que são legítimas em nossa sociedade e outras que não são. A identidade de gênero das “pessoas trans” não se enquadra nesses discursos hegemônicos, permanecendo, portanto, em um território de anormalidade e, conseqüentemente, de incompreensão. Utilizando algumas frases que ouvi durante meu estágio no Centro de Referência da Promoção da Cidadania LGBT de Niterói, pretendo mostrar que o “modo de subjetivação trans” é possível como tantos outros e que precisamos alargar a nossa concepção de feminilidade e masculinidade para compreendê-lo. Além disso, este texto ressalta a singularidade de cada “pessoa trans”, pois não há uma uniformidade de desejos, pensamentos e comportamentos nesse universo.

**Palavras-chave:** Incompreensão. Identidade de Gênero. Pessoa Trans. Singularidade .

## Introdução

A luta pela garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) vem crescendo no Brasil nos últimos 30 anos. A atuação organizada dessa população é uma resposta a condição de discriminação e marginalização a que ela vem sendo historicamente submetida na nossa sociedade. Privado de direitos civis, sociais e políticos, o segmento LGBT vem lutando para que seus direitos a cidadania sejam respeitados. Essa visibilidade do movimento LGBT permitiu algumas conquistas. A Constituição Federal de 1988 não trata da discriminação por orientação sexual, mas algumas constituições estaduais e legislações municipais vêm tratando desse tipo de discriminação.

O crescimento do debate sobre o tema vem permitindo uma avaliação com mais clareza em relação a extensão da violação de direitos desse segmento. A violência que atinge a população LGBT, muitas vezes silenciada no cotidiano, leva a uma dificuldade de investigação e de efetivação de medidas para que a questão seja resolvida. Diante desse contexto, o Governo Federal Brasileiro chamou a sociedade civil para dialogar sobre a situação da população LGBT no Brasil. O resultado foi a inclusão de uma sessão dedicada ao assunto na segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) (BRASIL, 2002). Em 2001 foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), que incluiu em suas discussões a discriminação por motivo de orientação sexual.

Em 2003, o CNCD criou uma comissão temática para receber denúncias relacionadas a discriminação e violência por motivo de orientação sexual e criou um Grupo de Trabalho destinado a elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLBT) e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Já no Plano Plurianual – PPA 2004-2007 – consta uma ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Para efetivar esse compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou o Brasil Sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

O Programa Brasil Sem Homofobia tem o objetivo de promover a cidadania do segmento LGBT e combater a discriminação e a violência homofóbica. Algumas das ações são: apoiar instituições públicas e não governamentais que atuam no combate à homofobia; capacitar profissionais que atuam na defesa de direitos humanos e disseminar informações sobre direitos. Um dos princípios fundamentais do programa é subsidiar a elaboração de implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e violência por orientação sexual (BRASIL, 2004).

O Estado do Rio de Janeiro vem seguindo essas diretrizes adotadas pelo Governo Federal. O Governador Anthony Garotinho emanou o Decreto Regulamentador nº 29.774/2001, regulamentando a Lei 3.406/2000 de autoria do Deputado Carlos Minc que estabelece penalidades aos estabelecimentos comerciais, industriais, entidades, representações, associações, sociedades civis ou prestações de serviços que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual ou adotem atos de discriminação ou violência contra LGBT.

O Governador Sérgio Cabral sancionou o Programa Rio Sem Homofobia, coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Rio sem Homofobia tem como objetivo combater a discriminação e a violência contra LGBT e promover a cidadania dessa população no Estado do Rio de Janeiro. Com a implementação do Programa Rio Sem Homofobia foi criado o Disque Cidadania LGBT – serviço telefônico (0800-023-4567) que funciona em âmbito estadual com o objetivo de acolher e orientar a população LGBT, familiares e amigos. A partir da ligação, o usuário do serviço é encaminhado para a rede de apoio social do Estado, principalmente para os Centros de Referência de Promoção da Cidadania LGBT (CR-LGBT).

Os CRs-LGBT são outro dispositivo do Programa Rio Sem Homofobia, fazendo parte da rede do Estado com a prestação de serviço de atendimento jurídico, social e psicológico para pessoas LGBT, familiares e amigos. São feitos atendimentos às vítimas de discriminação e violência por motivo homofóbico e transfóbico, difusão de informações sobre a temática e mobilização para a elaboração de políticas públicas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT. Os CRs-LGBT também visam informar a sociedade civil sobre os direitos LGBT, além de sensibilizar e capacitar gestores públicos para o tema. Os usuários podem chegar aos CRs-LGBT através do encaminhamento feito pelo Disque Cidadania LGBT, de demanda espontânea ou do encaminhamento feito pelos outros serviços da rede de apoio do Estado, incluindo educação, saúde, entre outros.

Em 2013 havia quatro CR-LGBT em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro, com a previsão de inauguração de outros Centros de Referência: CEMO-RIO, localizado no prédio da Central do Brasil, atendendo todo o Estado; CR-LGBT Nova Friburgo, atendendo a Região

Serrana; CR-LGBT Duque de Caxias, atendendo a Região da Baixada Fluminense e CR-LGBT Niterói, que atende a Região Metropolitana II do Rio de Janeiro. A equipe dos CRs-LGBT é composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados que atuam em conjunto numa perspectiva interdisciplinar, sempre visando ao atendimento de qualidade e a garantia de direitos da população LGBT do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2010).

Há também a parceria entre o Programa Rio Sem Homofobia e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criando o Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos (LIDIS) em colaboração entre cinco unidades acadêmicas da universidade: o Instituto de Psicologia, a Faculdade de Serviço Social, o Instituto de Medicina Social, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Enfermagem. Sua criação foi motivada pelo projeto Rio Sem Homofobia e, desde 2011, o LIDIS acompanha o processo seletivo e de formação de quadro de contratados do programa. Além disso, um dos principais objetivos do LIDIS é promover estudos e pesquisas relacionadas às temáticas de sexualidade, políticas públicas e direitos humanos, construindo e socializando os conhecimentos produzidos. Essa aliança faz com que a prática profissional nos CRs-LGBT e os estudos acadêmicos sobre a temática se encontrem, trocando entre si e possibilitando o aprimoramento da construção de políticas públicas que atendam às necessidades do segmento LGBT do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ, 2011).

O CR-LGBT de Niterói foi inaugurado em julho de 2012, surgindo a oportunidade para a minha atuação como estagiária de Psicologia, a partir de setembro do mesmo ano, no seio desta discussão entre Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas.

## **O encontro entre Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas**

Em oito meses de estágio no CR-LGBT Niterói, o encontro entre a Psicologia, garantia de Direitos Humanos e Políticas Públicas tem sido um acontecimento cotidiano. Os usuários que chegam ao CR são atendidos de forma interdisciplinar, pois consideramos o sujeito como um ser múltiplo e complexo. Por isso a necessidade do olhar integrado de profissionais de diferentes áreas. Para além das atividades internas, a discussão sobre a garantia de direitos e a construção de políticas públicas são recorrentes, tanto na participação em eventos que abordam a temática quanto no encontro com outros profissionais que atuam no atendimento da população LGBT.

A discriminação e violência (verbal ou física) por motivação homofóbica ainda são absurdas em todo o Brasil, incluindo o Estado do Rio de Janeiro. Ainda há uma dificuldade de contabilizá-las e estamos longe de conseguir acolher uma boa parte da população por conta do silêncio e da não denúncia por parte do setor LGBT, que muitas vezes está em situação de vulnerabilidade e, portanto, fragilizado. Mas aos poucos essa discriminação e violência estão ganhando mais visibilidade, possibilitando que medidas, tanto por parte do Estado quanto por da população civil, possam ser tomadas no sentido de garantir direitos desta população.

Há, entretanto, uma violência que atinge este segmento e é mais sutil e difícil de ser identificada, pois está presente de forma “inocente” no discurso hegemônico da nossa sociedade. Algumas falas que aparecem na mídia, nos discursos acadêmicos, nas piadas dos nossos amigos e até mesmo nas nossas próprias falas ou ausência de posicionamento. Estas falas reproduzem e reforçam, às vezes sem nem nos darmos conta, a permanência do segmento LGBT em um território de anormalidade e não compreensão. Essa violência simbólica é sutil, cotidiana e extremamente devastadora, pois nega à população LGBT a legitimidade de existência como sub-

jetividades possíveis, deslegitimando assim o seu modo de existir e de ser e estar no mundo. São as falas que colocam esta população no território do diferente, do anormal, reforçando que “alguma coisa saiu errada”. É recorrente ouvir desta população frases como “se eu pudesse escolher, eu não seria assim”. Assim como? Assim, diferente; assim, anormal. Ou seja, assim, do jeito que a sociedade rotula os modos de subjetivação LGBT, negando-os, colocando-os no território da anormalidade, fugindo da norma ou do esperado. Algumas frases nesse sentido são

Ele é gay, mas é uma boa pessoa mesmo assim.

Coitadinho, alguma coisa saiu errada, mas ele não tem culpa.

Eu respeito, mas não entendo.

Eu respeito, mas não aceito.

Eu respeito, mas não queria que meu filho fosse assim.

Eu respeito, mas não acho certo.

É uma violência silenciosa mas devastadora porque diz “o seu modo de existir está errado”. Não é uma agressão que possa ser facilmente denunciada, mas nem por isso é menos destruidora.

Os indivíduos LGBT precisam afirmar o tempo todo que seu modo de subjetivação é mais um dos possíveis, mas na maioria das vezes isso é muito difícil, pois a pessoa precisa legitimar sua existência, indo contra o discurso hegemônico de nossa sociedade. Ou seja, é uma violência simbólica presente no cotidiano desta população.

O Conselho Federal de Psicologia se posicionou sobre essa questão em 1999 com a Resolução N° 001/99, que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual” determinando que nenhum psicólogo pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”. Nessa discussão sobre a sexualidade, é fundamental que os psicólogos parem de repetir os discursos hegemônicos vigentes socialmente, propondo em seu lugar outros discursos que legitimem a existência das subjetividades LGBT. Esta é uma tarefa difícil, pois precisamos rever nossos próprios preconceitos e identificar os discursos cristalizados em nós mesmos para poderemos olhar para o tema com outros olhos. Precisamos escutar a experiência do outro, colocando-nos numa posição de não saber, a fim de conseguir compreendê-lo. Assim poderemos ser psicólogos atuando numa perspectiva de garantia de direitos da população LGBT, contribuindo para a elaboração e implementação de novas políticas públicas que atendam às necessidades dessas pessoas. É nessa perspectiva que os profissionais de Psicologia atuam nos CRs-LGBT.

## **Algumas considerações sobre a expressão “pessoa trans”**

Ao longo de meu estágio no CR-LGBT Niterói, a população “trans” vem me instigando bastante, pois esses indivíduos desafiam os discursos pobres e insuficientes sobre a sexualidade vigentes em nossa sociedade. Além disso, quanto mais me aproximo do tema, mais percebo o quão difícil é para as pessoas não-trans compreenderem a experiência “trans”. Muitas vezes não são preconceituosas nem transfóbicas, mas simplesmente não conseguem entender o que é ser uma pessoa “trans”. Isso acontece por causa dos discursos hegemônicos que circulam na nossa sociedade e que todos aprendem durante a vida. Para compreender essa experiência,

muitos desses discursos precisam ser desconstruídos e essas pessoas precisam ser olhadas de um ângulo que não é o usual na nossa sociedade. Para muitos é difícil compreender as “formas de subjetivação trans” e por isso é de enorme importância que a Psicologia aborde esse tema para que os discursos que legitimem a forma de subjetivação trans passem a ser mais difundidos na sociedade, garantindo que essas pessoas sejam compreendidas, tratadas com dignidade e tenham seus direitos respeitados.

A expressão “pessoa trans” se refere aos que nasceram com o corpo biológico de um determinado sexo e se constituíram subjetivamente pertencendo a outro – sendo esta sua identidade de gênero. Ou seja, os indivíduos que nasceram com o corpo biológico masculino e se constituíram como mulheres – sua identidade de gênero é feminina/mulher – ou os indivíduos que nasceram com o corpo biológico feminino e se constituíram como homens – sua identidade de gênero é masculina/homem. Aponto para uma questão que considero fundamental nessa discussão: indivíduos que nasceram com o corpo biológico masculino e se constituíram como mulheres são completamente diferentes de indivíduos que nasceram com o corpo biológico masculino mas se constituíram como mulheres. Essa diferença se dá no sentido de desfazer um dos pensamentos hegemônicos na nossa sociedade: a linearidade entre corpo biológico e gênero, ou seja, a expectativa de que um indivíduo que nasce com o corpo feminino se constituirá subjetivamente como mulher e que um indivíduo que nasce com o corpo masculino se constituirá subjetivamente como homem. Não há determinações que necessariamente conduzam os acontecimentos nesse sentido. O corpo biológico, com o qual a pessoa nasce, marca fortemente como esta se constitui como sujeito, mas não determina necessariamente como se constituirá subjetivamente em relação ao seu gênero.

No campo das “pessoas trans” há uma divisão bastante controversa: alguns se denominam como travestis e outros como transexuais. De modo geral, quando a pessoa nasce com um determinado corpo biológico e se constitui pertencendo ao outro gênero sente necessidade de modificar seu corpo utilizando hormônios e procedimentos cirúrgicos. A principal diferença estabelecida entre travestis e transexuais é o desejo de alteração da genitália, de pênis para vagina ou de vagina para pênis. Assim, em linhas gerais, travestis não teriam esse desejo, permanecendo com seu órgão sexual de nascença, enquanto transexuais tem esse desejo e, de fato, muitas vezes modificam seu órgão genital. Essa é uma divisão controversa porque é mais uma maneira de rotular indivíduos, enquadrando-os em categorias que na maioria das vezes diz muito pouco sobre a singularidade da pessoa. Além disso, é uma divisão que reproduz o pensamento genitalocêntrico de nossa sociedade, que dá importância aos órgãos genitais para definir quem é a pessoa e qual é o seu papel na sociedade. Por isso não utilizaremos essas denominações, mas sim a expressão “pessoa trans” ou apenas “trans” para nos referirmos, de modo geral, às pessoas que nasceram com o corpo biológico de um determinado sexo e se constituíram subjetivamente pertencendo ao outro, sendo esta sua identidade de gênero.

De modo mais específico, utilizarei a expressão “trans mulher” ou “mulher trans” para fazer referência à pessoa que nasceu com corpo biológico masculino e se constituiu subjetivamente como mulher e a expressão “trans homem” ou “homem trans” para a pessoa que nasceu com o corpo biológico feminino e se constituiu subjetivamente como homem. Tudo isso, independentemente das alterações corporais que o sujeito fez ou deixou de fazer e do desejo de modificar ou de já ter modificado o seu órgão genital. Ao longo dos meus meses de estágio, algumas frases chamaram a minha atenção. Foram pronunciadas por “pessoas trans”, lidas em textos que abordam a temática, ouvidas de estudiosos e de pessoas que fazem parte

do “universo trans”. Assim, utilizando-as como disparadoras, proponho fazer uma reflexão sobre o “universo trans” e os discursos vigentes em nossa sociedade – hegemônicos e não hegemônicos – relacionados a essa experiência.

## “É menino ou menina?”

Ao vermos uma mulher grávida, é quase automático perguntar: “já sabe se é menino ou menina?”. Essa é uma experiência corriqueira de nossa vida, uma pergunta aparentemente inofensiva. Mas, ao pensarmos sobre ela, veremos que contém um dos muitos dos pensamentos hegemônicos da nossa sociedade que dificultam a compreensão da “experiência trans”. A futura mamãe, curiosa para saber quem será seu filho, pergunta ao médico: “já dá para ver se é menino ou menina?”. Se o médico responde que sim é porque já consegue identificar pelo exame de ultrassom se a genitália do feto está adquirindo características femininas (que darão origem a uma vagina) ou características masculinas (que darão origem a um pênis). E é assim, a partir do seu órgão genital, que o bebezinho será classificado no grupo dos meninos o, das meninas.

Quando o bebê nascer, seu gênero também será registrado na certidão de nascimento, sendo este determinado pela presença de uma vagina ou de um pênis. O bebê torna-se legalmente um ser do gênero masculino ou do gênero feminino. Com esse simples exemplo, podemos perceber o quanto a nossa sociedade é genitocêntrica, isto é, o quanto a genitália é importante para se determinar quem a pessoa é e qual o seu gênero.

Diante desse contexto, quando aparece diante de nós uma pessoa já adulta com aparência feminina, que se identifica como mulher e que tem um pênis – na maioria das vezes esse pênis não é visto, apenas sabemos que está lá – ou uma pessoa com a aparência masculina, que se identifica como homem e tem uma vagina – na maioria das vezes a vagina não é vista, apenas sabemos que está lá – cria-se uma confusão mental e uma incompreensão: “como é possível uma mulher com um pênis?”; “como é possível um homem com uma vagina?”; “eu não entendo”.

Não entendemos porque somos ensinados, desde sempre, que meninos têm pênis e meninas têm vaginas. Para compreender a “experiência trans”, esse discurso precisa ser desconstruído. A psicóloga Tatiana Lionço (2012) faz considerações sobre essa questão no vídeo “Os tabus sociais na percepção de gênero e papéis sexuais” (BALTHAZAR, 2012). Segundo ela, parece muito natural que mulheres sejam mulheres e que homens sejam homens e é por isso que no dia-a-dia não são colocadas muitas questões sobre o assunto. Mas, na verdade, essa apropriação da masculinidade e da feminilidade é bastante complexa e pode ser percebida quando falamos das subjetivações trans.

Lionço (201) utiliza as ideias da filósofa Judith Butler para explicar que agimos como se houvesse um alinhamento sexo-gênero-desejo, isto é, alguém, nascido com corpo do sexo masculino, se constituiria naturalmente como uma pessoa do gênero masculino e desejaria manter relações afetivas e sexuais com mulheres, ou seja, um desejo heterossexual; assim como alguém nascido com corpo de mulher se constituiria naturalmente como uma pessoa do gênero feminino e desejaria homens. Essa heteronormatividade é uma marca fortíssima na nossa sociedade. Lionço (2012) explica que isto é uma construção humana, que vivemos num universo simbólico e nos constituímos socialmente, isto é, construímos tanto uma representação de nós mesmos quanto o nosso desejo de acordo com inúmeros fatores, dentre eles nossas experiências relacionais.

A autora assume uma perspectiva de sexualidade apoiada na teoria psicanalítica, segundo a qual há uma plasticidade. Existe uma multiplicidade de arranjos possíveis nessa apropriação que se faz da masculinidade e da feminilidade. Além disso, o desejo jamais tem um caminho pré-determinado. Em contrapartida, a psicóloga diz que nós não somos pura representação, isto é, somos também um corpo orgânico. Ter nascido com pênis ou ter nascido com vagina faz parte do nosso corpo e da nossa história, mas diz pouco sobre a subjetividade e a experiência sempre singular da sexualidade e do gênero.

Lionço (2012) enfatiza que não há garantia de que ter nascido com um sexo biológico específico determine linearmente a expressão de gênero, ou seja, o corpo não define como a pessoa se reconhece e se apresenta socialmente em termos de masculinidade e feminilidade. Além disso, o corpo também não garante nada em relação ao enlace erótico, isto é, seu desejo de manter relações afetivas e sexuais com homens ou mulheres.

Nessa forma de compreender a subjetivação humana, percebemos uma clara diferença entre sexo anatômico – a condição sexuada do corpo: ter pênis ou ter vagina – e identidade de gênero – nossa constituição, a representação de nós mesmos e nossa apresentação social. De fato, a condição sexuada do corpo vai impactar a forma de subjetivação, mas não há nada que garanta uma linearidade entre órgão sexual e identidade de gênero, pois há uma multiplicidade de arranjos possíveis. Além disso, há o fator “orientação sexual da pessoa”, isto é, o enlace erótico, o modo como ela construirá o seu desejo em relação aos homens e às mulheres, podendo ser um desejo heterossexual, homossexual ou bissexual.

## “Isso é coisa de menina”

Esta é outra frase que ouvimos em nosso cotidiano. Há algum tempo, ficou famoso no YouTube o vídeo de uma menininha numa loja de brinquedos que dizia não ser justo que todas as meninas comprassem só princesas e que todos os meninos comprassem só super-heróis. Ela argumentava que algumas meninas gostam de super-heróis e outras de princesas e que alguns meninos gostam de super-heróis e outros de princesas. A protagonista do vídeo tem toda razão. Jeffrey Weeks (2000) defende a mesma posição dizendo que a sexualidade é um fenômeno social e histórico e que “os corpos não têm nenhum sentido intrínseco e que a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um ‘construto histórico’” (WEEKS, 2000, p.38). Ou seja, não há nada além do discurso hegemônico vigente em nossa sociedade que determine que meninas gostem de princesas e meninos de super-heróis.

O autor traz à tona as ideias de Michel Foucault, que trouxe grandes contribuições para pensarmos a sexualidade na Modernidade. Weeks (2000) diz que

a história da sexualidade é, para Foucault, uma história de nossos discursos sobre a sexualidade, discursos através dos quais a sexualidade é construída como um corpo de conhecimento que modela as formas como pensamos e conhecemos o corpo (WEEKS, 2000, p. 51)

Os discursos hegemônicos dizem como deve ser nosso comportamento sexual, o que é normal, e colocam todo o resto no território do anormal, regulando nossas atividades corporais. É o caso, por exemplo, da construção dos papéis “masculino” e “feminino”. Segundo Louro (2007)

papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 2007, p.24).

Portanto, “o que é ser mulher” e “o que é ser homem” são construções históricas e sociais. Louro (2007) argumenta que “não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras” (LOURO, 2007, p.32). Há uma multiplicidade de maneiras de se constituir, tanto como mulher quanto homem, mas nossa sociedade reforça discursos para que essa diversidade de possibilidades não apareça, destacando sempre a oposição binária masculino e feminino, como se existisse “a mulher” e “o homem” padrão. Somos todos seres singulares, mulheres e homens que apresentam semelhanças e divergências. É importante lembrar que a oposição “homens e mulheres” é uma construção social e, portanto, não é inerente nem fixa, ou seja, pode ser desconstruída. Louro (2007) argumenta que

uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma idéia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se ‘enquadram’ em uma dessas formas (LOURO, 2007, p. 34).

Enquanto continuarmos sustentando esse discurso de separação binária entre “homens e mulheres” estaremos aniquilando a legitimidade da existência da “subjetividade trans” simplesmente porque ela não se enquadra nesse discurso. Não são as pessoas que estão existindo de forma errada e nem são as “pessoas trans” que são “anormais”, mas é o discurso vigente em nossa sociedade que não é flexível para contemplar esse modo de constituir-se como humano. O caminho usual da nossa sociedade é rotular as pessoas trans como sendo “anormais”, mas precisamos rever esses discursos cristalizados em nosso modo de pensar e em nossos corpos.

Todos nós vamos nos constituindo como sujeitos no contato com o mundo simbólico que nos cerca e com as relações sociais que estabelecemos. Somos atravessados por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, nos constituindo como sujeitos de um determinado gênero. Louro (2007) argumenta que

mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta estreita concepção binária (LOURO, 2007, p. 34).

Em suma, da maneira em que o discurso sobre as práticas sexuais está organizado atualmente, somente há espaço para que a transexualidade fique posicionada no território da anormalidade, podendo assim ser enquadrada como “disforia de gênero” nas classificações psiquiátricas. Mas isso é uma construção histórica, ou seja, pode ser modificada. Essa modifi-

cação só ocorrerá com a construção de discursos alternativos sobre a transexualidade, quando esses sujeitos passarem a ser vistos como pessoas possíveis e não mais como sujeitos anormais – de maneira que a forma de subjetivação trans seja vista como possível.

A nossa sociedade poderá compreender a forma de “subjetivação trans” ao alargar os limites entre masculino e feminino, construindo novas formas possíveis de feminilidade e masculinidade, e considerando a construção de si e a singularidade de cada indivíduo, do seu desejo em relação à sua vida, sua apresentação social e seu corpo.

Com a compreensão vem o respeito e a garantia de direitos das “pessoas trans”. Além disso, compreendendo que a discriminação das pessoas trans tem uma origem histórica, construída socialmente, o Estado deve se posicionar elaborando políticas públicas para que o direito de cidadania seja restituído para as pessoas trans como para qualquer outra pessoa.

Eu sei que nunca vou ser mulher de verdade.

Eu não sou trans, eu sou mulher.

No meu trabalho ninguém sabe da minha condição, nem desconfiam.

Eu não entendo porque ela se expõe na mídia, só o que eu quero é ser vista como mulher e que ninguém saiba.

Eu preciso falar que eu sou trans para poder lutar pelos direitos da classe.

Essas frases mostram um pouco da singularidade de cada indivíduo e as diferentes maneiras de se posicionar neste contexto social. São pessoas frequentemente vítimas de discriminação, de “olhares tortos”, de violência verbal, física e simbólica; obrigadas a ouvir, cotidianamente, frases como “eu respeito, mas não entendo” ou “eu respeito, mas não aceito”. Cada “pessoa trans” precisa lidar com tudo isso e dar conta de sua existência. Não é uma tarefa fácil.

Algumas mulheres trans acham que nunca serão “mulheres de verdade” porque na nossa sociedade estas são as que nasceram com vagina e que seguem uma série de normas estabelecidas para os papéis sociais das mulheres, de como devem ser e se comportar. Há “mulheres trans” que se afirmam como tais, optando por revelar isso a todos. Dentro desse grupo, há quem revele-se por uma questão política de luta pelos direitos. Outras preferem não revelar. Algumas nem se enquadram no rótulo de “mulher trans” e se afirmam como mulheres, pois é desse jeito que se sentem e desejam ser vistas.

Entre os homens acontece o mesmo: alguns se dizem “homens trans”, outros apenas “homens”; alguns optam por revelar a sua história para lutar pelos seus direitos e conscientizar as pessoas e outros optam pelo anonimato. A categoria “trans”, como todas as outras, não consegue explicar tudo sobre os sujeitos que a compõem, por isso precisamos estar sempre atentos para a singularidade de cada indivíduo e como é para cada um essa experiência de nascer em um determinado corpo biológico e se constituir subjetivamente pertencendo a outro gênero.

O segurança me impediu de entrar no banheiro feminino e solicitou que eu utilizasse o banheiro masculino.

Eu segurava para não ter que ir ao banheiro e passar pelo constrangimento.

Ele insistia em me chamar pelo nome masculino, justificando que esse era o nome que estava escrito na minha carteira de identidade.

As “mulheres trans” relatam constantemente esse tipo de ocorrência enfrentada em seu cotidiano: ir ao banheiro em lugares públicos torna-se um grande problema para as “pessoas trans” por ser uma situação de possível constrangimento. É assustador o relato de uma pessoa ter que “segurar”, porém, isso é melhor do que sofrer constrangimentos. A ida de “mulheres trans” a banheiros femininos públicos é um problema porque, às vezes, elas podem ser impedidas de entrar e serem convidadas ou obrigadas a utilizar o banheiro masculino. Além disso, há casos em restaurantes, universidades e outros estabelecimentos em que as outras mulheres reclamam, alegando que e não querem que o banheiro seja utilizado por “pessoas trans”. Esse assunto gera muita polêmica, porém uma solução bem simples, adotada em alguns estabelecimentos, é o banheiro unissex.

Outra reclamação freqüente das “mulheres trans” refere-se às consultas médicas. Muitos lugares não respeitam o “nome social”, insistindo em chamá-las pelo nome registrado em sua carteira de identidade, negligenciando assim o desejo das pessoas e suas identificações sociais.

Com relação à questão do nome, o Governo do Estado do Rio de Janeiro aprovou o Decreto nº43.065 de 8 de Julho de 2011 que “dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro” (RIO DE JANEIRO, 2011). Exemplificando: quando a pessoa for a um posto de saúde, seu nome social precisa ser respeitado. Muitas vezes não é isso que acontece na prática. Algumas “trans” levam este decreto impresso na bolsa e, quando esse tipo de situação acontece, apresentam o decreto, conscientizando as pessoas – muitos o desconhecem, e, não raro, nem sabem o que é “nome social” – e fazendo valer seus direitos.

Eu penso em me prostituir. É uma forma de eu poder ter algum tipo de relação sexual.

Prostituição é uma escolha minha, eu gosto!

Eu não quero me prostituir.

O mercado de trabalho é preconceituoso, a prostituição acaba sendo a única alternativa.

O assunto “prostituição” é um grande mito ao se falar de “mulheres trans”. Reforço que cada pessoa se constitui de uma maneira, não havendo uma uniformidade de pensamentos, sentimentos, comportamentos e desejos entre as “pessoas trans”, pois cada pessoa é única e cada modo de se constituir como “trans” é singular. Há “mulheres trans” que gostam de se prostituir e as que veem na prostituição a única possibilidade de ganhar dinheiro, pois, muitas vezes, o mercado de trabalho se fecha às pessoas trans, tanto por preconceito quanto por problemas em relação aos documentos e trâmites relativos aos nomes civil e social.

Algumas trans declaram que não querem se prostituir e procuram outras maneiras de garantir a sua sobrevivência. Outras veem a prostituição como uma forma de manter relações sexuais, já que no dia-a-dia do flerte, muitas vezes, as pessoas desistem de ficar com elas quando descobrem que são trans.

Pintar a unha é muito importante pra mim.

Pra mim é mais importante ser mulher do que ter um relacionamento.

Sou uma mulher em caráter experimental.

Ser uma “mulher trans” passa pela construção do pertencimento ao gênero feminino. Algumas dizem que atos socialmente estabelecidos como femininos (por exemplo, pintar as unhas) são de extrema importância. Outras quebram um pouco os estereótipos femininos socialmente estabelecidos e usam as unhas naturais e cabelos curtos. Entretanto, pode-se dizer que o desejo de ser vista, tratada e desejada como mulher perpassa de forma bastante intensa a construção da subjetividade trans. Algumas declaram que é mais importante sentir-se mulher e ser vista como mulher do que ter um relacionamento. Outras não colocam a questão, dizendo que se relacionam normalmente. Um outro assunto surge: algumas mulheres trans heterossexuais desejam se relacionar com homens heterossexuais que as vejam como mulheres e não como outros homens homossexuais.

A construção de ser mulher e relacionar-se afetiva e sexualmente com outras pessoas acontece de maneira singular, não há uma regra. Algumas encaram “estar no mundo na condição de trans” de um modo mais tranquilo, tem mais ou menos apoio de familiares e amigos e algumas passam por sofrimentos enormes chegando a mutilar o próprio corpo, cogitando ou até mesmo tentando o suicídio.

A revista Piauí de abril de 2013 fez um interessante perfil do cartunista Laerte, incluindo partes de entrevistas dele/dela. Ele/ela é uma figura de projeção nacional que tem trazido à tona a questão da travestilidade de maneira consciente. No perfil não há uma definição de Laerte pelo feminino ou masculino, ele/ela inclusive relata que uma vez estava em um restaurante e foi ao banheiro masculino e depois ao feminino para conhecer os dois. Essa é uma das características mais interessantes da entrevista: não há uma necessidade de rotular o gênero feminino ou masculino, como se eles fossem polos totalmente opostos – como é a ideia hegemônica vigente em nossa sociedade. Laerte declara “sou uma mulher em caráter experimental [...] em termos conceituais. A ideia de um gênero cristalizado, de uma identidade masculina ou feminina definida e definível de uma vez por todas, não passa, para ele, de ilusão, contra a qual tem se insurgido” (BARROS E SILVA, 2013, p. 22). Laerte declara ainda que tem vontade de “colocar peito” e irá fazê-lo, mas não deseja fazer a cirurgia de modificação da genitália, apontando para a singularidade do desejo de cada “pessoa trans”.

Esta reportagem menciona Judith Butler como uma das influências que ajudaram Laerte a pensar sobre si como “indivíduo trans”. A partir desse comentário, podemos perceber o quanto as idéias e discursos produzidos pelas Ciências Humanas e Sociais, incluindo a Psicologia, influenciam diretamente a população, tanto a reproduzir discursos já consolidados socialmente quanto a produzir novos discursos sobre a “forma de subjetivação trans”.

As declarações de psicólogos em revistas ou em programas de televisão têm o poder de influenciar a população. Por isso a importância de discutirmos, dentro da Psicologia, o entendimento sobre as “subjetividades trans”, porque essas afirmações podem ajudar a desconstruir discursos consolidados socialmente; produzir novas formas de compreensão das “subjetividades trans”; estimular que os direitos dessas pessoas sejam garantidos e embasar a necessidade de promoção de políticas públicas que atendam às necessidades desses indivíduos. Ou continuaremos a contribuir para que os discursos permaneçam os mesmos.

Meu pênis não é um plus, eu quero tirar.

Jamais tiraria o meu pênis, ele é o meu prazer.

Eu prefiro morrer a continuar nesse corpo.

Eu acho meio complicado acabar com o diagnóstico psiquiátrico de transexualidade, afinal é ele que garante o nosso direito de poder fazer a cirurgia de transgenitalização pelo SUS. Sem ele, como iria ser?

Ela está na fila para fazer cirurgia há 7 anos.

A cirurgia de mudança de sexo é um assunto muito recorrente no universo trans. Algumas pessoas trans têm o desejo de fazer a cirurgia, outras não. Aquelas com maior poder aquisitivo decidem fazê-la fora do Brasil, outras dependem do SUS para realizá-la. Para quem tem o desejo de fazer a cirurgia, mas não tem dinheiro, a questão torna-se um problema longo e demorado. Segundo Arán, Zaidhaft e Murta (2008),

a demanda em relação à cirurgia se constitui basicamente pelo desejo de adequação do corpo sexuado ao gênero. Porém, se inicialmente esta demanda se insere num desejo de adaptação à norma heterossexual (fortemente influenciada pelos profissionais médicos e psis), o acompanhamento cotidiano da diversidade das trajetórias sexuais e subjetivas nos permitiam perceber que não necessariamente “todas” as transexuais desejam a extirpação do pênis e a construção do canal vaginal para a realização do sexo genital “normal” (ARÁN, Z AidHAFT E MURTA, 2008, p.74).

Os autores ainda afirmam que para algumas pessoas é essencial que a cirurgia seja feita imediatamente. Outras dizem que podem esperar e outras podem até desistir. Por isso “é importante estabelecermos um tempo para o esclarecimento sobre esta demanda de realização da cirurgia e as suas consequências” (ARÁN, Z AidHAFT E MURTA, 2008, p.74), ou seja, ouvir os indivíduos com o objetivo de compreender o que esperam da cirurgia para que a própria pessoa possa ter claro para si qual é o seu desejo. Além disso, pode-se pensar com a pessoa trans outras possibilidades de vivenciar a masculinidade e a feminilidade para além da necessidade de adequação genital e ver se isso é ou não viável para ela.

Atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, o único serviço público que faz a cirurgia de mudança de sexo pelo SUS é o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), hospital universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Objetivamente, a instituição não consegue atender toda a demanda do Estado, resultando em uma imensa fila de espera para a realização da cirurgia. Além disso, o diagnóstico psiquiátrico é fundamental para a realização da cirurgia. O “transexualismo” está incorporado à categoria psiquiátrica de “disforia de gênero”, que versa sobre “enfermidades” ligadas à identidade de gênero. Há muitas controvérsias sobre esse diagnóstico, pois ele classifica a condição trans como uma doença. Este pensamento está na direção extremamente oposta das discussões mais atuais sobre a subjetivação trans que andam no sentido de construir discursos que consideram a “forma de subjetivação trans” como mais uma possibilidade, dentre muitas possíveis.

Muitas pessoas trans, obviamente, não concordam com esse diagnóstico porque não se sentem enfermas e estão em plenas condições de decidir o que desejam para seus corpos e suas vidas. Entretanto, há um medo de que a retirada do “transexualismo” da classificação psiquiátrica faça com que a cirurgia de mudança de sexo seja retirada do SUS. O posicionamento da Psicologia é fundamental nessa questão, pois precisamos criar maneiras de pensar o “modo de subjetivação trans” sem utilizar um rótulo psiquiátrico, mas de modo que o direito adquirido de realização da cirurgia de mudança de sexo pelo SUS continue garantido.

Em relação à cirurgia, é importante enfatizar a existência de muito sofrimento envolvido no processo, pois, muitas vezes, a pessoa não consegue reconhecer aquele corpo como seu. A cirurgia não resolverá todos os problemas das “pessoas trans” e muitas estão conscientes disso. Escutar esses indivíduos é fundamental nesse processo, pois a pessoa poderá falar sobre seu desejo, sobre como ela se vê e como quer ser vista, como quer se apresentar socialmente. Assim a própria pessoa poderá pensar tanto nos efeitos da cirurgia em sua própria vida quanto nas outras possibilidades de construção de feminilidade e masculinidade para além da adequação do órgão sexual aos padrões consolidados em nossa sociedade.

Quando se fala em trans, pensa-se logo nas mulheres trans, os homens trans quase nunca aparecem.

De fato, as “trans mulheres” aparecem muito mais do que os “trans homens”, tanto na mídia quanto nos trabalhos acadêmicos que tratam do assunto. É importante lembrar que os trans homens também circulam em nossa sociedade e precisam ter as suas necessidades atendidas. Cabe aos pesquisadores focarem também nessa população, compreendendo quais são suas necessidades e, a partir disto, contribuírem para a construção de políticas públicas.

## Considerações finais

Para nós psicólogos é fundamental refletir sobre os discursos hegemônicos da sociedade, pois somos seres sociais e muitas vezes cristalizamos e reproduzimos certos discursos por osmose. Compreender a historicidade e pensar sobre os discursos nos permitirá conhecer mais os nossos próprios estereótipos e preconceitos.

A discussão sobre Diversidade Sexual ainda está pouco difundida na Psicologia. São poucas as universidades que têm disciplinas que tratam do assunto. São pouquíssimos os estágios nesta temática e o resultado disso são profissionais psicólogos que, muitas vezes, afirmam que “não saberiam atender esse ‘tipo de pessoa’”, caso fossem solicitados a fazê-lo. Isso precisa mudar: os psicólogos precisam entrar em contato com a discussão sobre gênero e sexualidade de modo que possam compreender melhor a diversidade de possibilidades existentes no que tange a sexualidade humana.

Embora ainda de maneira lenta, cada vez mais “pessoas trans” estão se pronunciando publicamente, falando como é ser quem são e demandando respeito aos seus direitos. Como o modo de subjetivação trans é muito incompreendido por nossa sociedade devido aos discursos hegemônicos heteronormativos – ser heterossexual é considerado normal e as outras formas de vivenciar a sexualidade são postas no território da anormalidade – e genitalocêntrico – a genitália é determinante para dizer quem ela é –, a Psicologia tem muitas contribuições nesse sentido.

O psicólogo estará contribuindo para legitimar a forma de subjetivação trans como uma possibilidade entre outras ao posicionar-se a favor da “experiência trans” como uma forma de subjetivação possível e singular; de outras possibilidades de construção de feminilidade e masculinidade para além do foco na genitália e dos papéis definidos dos homens e das mulheres e da legitimação da autonomia dos indivíduos, independentemente de uma classificação psiquiátrica, para decidirem como se apresentar socialmente e o que desejam para seus próprios corpos. Esse posicionamento da Psicologia e dos psicólogos pode contribuir para que as

peças trans possam ser mais compreendidas e conseqüentemente mais respeitadas em nossa sociedade, de forma que seus direitos sejam garantidos.

O Programa Rio Sem Homofobia e o trabalho dos profissionais nos Centros de Referências da Promoção da Cidadania LGBT andam nessa direção. Durante meu período de estágio, ouvi muitas narrativas de “pessoas trans” e pude compreender a singularidade de cada história. Embora haja temas comuns ao “universo trans”, não há duas histórias iguais: cada pessoa lida com a sua vida, seus desejos e suas escolhas de uma maneira específica e singular. Creio que ouvindo a experiência de “pessoas trans” poderemos compreender melhor esta forma de subjetivação, construindo novos discursos psicológicos que garantam a legitimidade das pessoas existirem tal como elas são. Assim contribuiremos para que seus direitos sejam respeitados, embasando políticas públicas que garantam o atendimento das necessidades dessa população.

## Referencias

ARÁN, M.; ZAIHAF, S.; MURTA, D. **Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva**. In: *Psicologia & Sociedade* v. 20 (1), 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.229**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, instituído pelo Decreto no 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. 13 de maio de 2002 (Revogado pelo Decreto nº 7.037, de 2009), Brasília, 2002.

BALTHAZAR, J. **Os tabus na percepção de gênero e papéis sexuais**. Brasília: UniCEUB, 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=U6ApHYPe4cE>>. Acesso em: 07 de maio de 2013.

BARROS, E; SILVA, F. **Laerte em trânsito: como vive, o que pensa e com quem anda o cartunista que decidiu ser mulher em caráter experimental**. In: *Revista Piauí* nº 79, abril 2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 43.065**. Dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. 8 de Julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Rio Sem Homofobia**. Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. Rio de Janeiro: Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos (LIDIS)**. Disponível em: <[http://www.uerj.br/lendo\\_noticia.php?id=265](http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=265)>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2007.

YOUTUBE. **Menininha questionando o sexismo na indústria de brinquedos**. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Lpp4Zt4caZY>. Acesso em 09/05/2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 001/99**. Dispõe normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

WEEKS, J. **O Corpo e a Sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Autêntica, 2000

# **EIXO 1**

## **2º lugar - Categoria Estudante**

# A UPP é o Outro (?). Reflexões sobre os impactos da política de pacificação nas favelas e processos de subjetivação dos que a habitam

*Lina Pinheiro Petraglia, graduanda pelo IBMR*

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo formar um vínculo entre as Políticas Públicas e o empoderamento dos sujeitos que experimentam a pacificação das comunidades pelas UPPs. Apresento um projeto, fruto de parceria do Serviço de Psicologia Aplicada do Centro Universitário do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR), do qual faço parte como estagiária, com um empreendimento na área de hotelaria situado na comunidade do Cantagalo. Proponho um diálogo entre a Psicologia Social sociológica e a Psicanálise, mais especificamente a teoria de Lacan, para discutir o “lugar” de Outro antes ocupado pelo tráfico de drogas e corporificado pelo “dono do morro”, hoje substituído pelo Estado na figura do policial da UPP. A partir das questões levantadas, relacionando o conceito lacaniano de Outro com a realidade vivida nas comunidades pacificadas, concluo que existe uma alternância daquele que ocupa a posição de portador do poder e da lei, mas que a integração da “cidade partida” e o empoderamento do morador da favela só se dará uma vez que haja a (des) construção de modos de existência individual e coletiva. O caminho proposto é a criação de grupos de reflexão acerca da territorialidade e dos significados (material e simbólico) de ser o proprietário do local que se habita.

**Palavras chave:** Pacificação. Empoderamento. Comunidade. Outro. Territorialidade.

## Introdução

Esta reflexão advém de questões suscitadas através do meu contato com a comunidade do Cantagalo, a partir do processo de criação de um empreendimento nos moldes de negócio social<sup>1</sup> na área de hospedagem, o *Ralé Chateau Hostel*. A entrada do grupo do qual faço parte no local deveu-se à participação de um dos sócios do negócio no processo de regularização fundiária da favela, desenvolvido a partir de uma parceria entre escritórios de advocacia, o Instituto Atlântico e outros grupos da própria comunidade com a Prefeitura e o Estado do Rio de Janeiro.

Com o início da construção do albergue, que utilizou do princípio ao fim da mão de obra local – inicialmente por escolha dos sócios e posteriormente pela falta de interesse de empresas

---

<sup>1</sup> Negócios sociais é um conceito criado por Muhammad Yunus (2000), ganhador do prêmio Nobel da Paz de 2006 e autor do livro *O banqueiro dos pobres*. O autor considera negócios sociais as atividades econômicas lucrativas que tenham como objetivo o benefício social, inaugurando o que chama de novo capitalismo.

de construção e engenharia em trabalhar na favela – familiarizei-me com as dinâmicas de relações que se davam ali, me interessando pelo processo de construção da subjetividade daquele público que passou a ser tão caro para mim.

Quando entramos na favela (e, confesso, ainda hoje), minha maior dificuldade foi/é compreender como são travadas as relações dos habitantes do “Galo” com a Unidade de Polícia de Pacificação (UPP) – marco da entrada do poder público neste mundo que antes obedecia a um poder paralelo. Ao longo do processo de pacificação das favelas do Rio de Janeiro, vimos e vemos muitas discussões na mídia sobre os reflexos da entrada do Estado nas comunidades a partir de perspectivas jurídicas, econômicas e urbanísticas. Sempre faltou uma análise do conflito subjetivo vivido pelo sujeito a partir da mudança de paradigma experimentada pelos que sofreram, de uma perspectiva da passividade – mas quem sabe mesmo da dor –, a entrada de um novo modelo de vida que se aproxima, ou pelo menos quer se aproximar, daquele, regado, experimentado pela sociedade burguesa.

Como é, para quem sempre viveu esquecido e sob o domínio do tráfico, viver agora com a presença de policiais armados fazendo rondas e “mantendo a ordem”? Será que a UPP, de fato, ocupa o lugar de autoridade antes (?) ocupado pela figura do “dono do morro”? Como as Políticas Públicas, especificamente a pacificação, são capazes de promover melhorias nas vidas daqueles que as experimentam?

Meu objetivo com este trabalho é refletir, com base no conceito de “Outro” de Lacan, sobre o lugar ocupado pela polícia na favela – que, ao mesmo tempo em que antecede o sujeito, o constitui – e se esta substitui ou não o poder antes (?) detido pelo traficante. Será a UPP, traçando um paralelo com o processo psicanalítico, capaz de encarnar a figura de Outro e de sustentar o lugar de suposto saber? A UPP pode provocar nos moradores da favela a elaboração do desejo de buscar uma vida mais saudável, desconsiderando-se os parâmetros pós-modernos de saúde e levando em consideração a integralidade, proposta pelas novas políticas de saúde para si? Será o poder público, materializado na UPP, capaz de tão rapidamente transformar, quase invertendo as referências e normas construídas através dos anos?

Proponho, levando em consideração o contexto capitalista pós-moderno, que a verdadeira integração, tida como objetivo com a ocupação das favelas, só se dará quando cada um – enquanto sujeito que constitui a própria comunidade, assim como o analisando quando entra em análise – supuser neste Outro, o Estado, um saber capaz de mudar sua condição.

Está sendo desenvolvida uma parceria entre o *hostel* e o Serviço de Psicologia Aplicada do Centro Universitário IBMR, do qual participo como estagiária, tanto para promoção de grupos de reflexão sobre o assunto em paralelo ao processo de regularização fundiária (que tende a se expandir para as outras favelas além do Cantagalo), como para abertura de um espaço de prática acadêmica aos alunos da universidade. Nosso projeto atrela a entrega do registro de propriedade à participação dos moradores em grupos de discussão, inicialmente situados no Ralé *Chateau Hostel*, sobre o significado de ser o dono daquele imóvel, não apenas observando o valor material e de mercado do documento que se recebe do Estado, denominado Registro Geral de Imóveis (RGI). O caminho em vista é o empoderamento da comunidade a partir de uma reflexão sobre a territorialidade, considerando uma perspectiva simbólica e o ponto de vista cidadão.

## A entrada do poder público na favela

A entrada do poder público nas favelas do Rio de Janeiro a partir da política de pacificação propõe uma integração entre a sociedade formal – constituída sob os valores burgueses – com as favelas – constituídas a partir de processos informais de apropriação de territórios. O principal objetivo é a formação de uma real comunidade através da união dos territórios divididos nos moldes da “cidade partida”. A pacificação, segundo Pereira (2011), não tem como alvo impedir o tráfico de drogas, mas devolver a favela aos cidadãos que a habitam e constroem, assim como dar ao Estado o poder de legislar sobre estes ambientes, de modo que as leis e normas públicas passem a ser vigentes na integralidade do território.

As divisas que a política de pacificação visa, pelo menos, amenizar, não são fronteiras naturais, como tendemos a encará-las, mas as construídas a partir de uma dinâmica de exclusão e opressão da parcela da sociedade que não deve ser vista, que é redundante, do refugio humano. Para Foucault (1979), as estruturas políticas não devem ser entendidas como cristalizadas ou naturais, mas sim como uma construção que ocorre a partir das relações travadas no triângulo poder, direito, verdade.

É imanente ao processo de construção de verdades a desconstrução de outro saber que passa a ser considerado indigno de observação. Ao lado dos discursos da verdade – que naturaliza a condição do favelado como sujeito desmerecedor de um lugar nas posições de poder dentro da sociedade – estão leis que permitem que outros, cujas formas de estar no mundo amparam as normas contidas nas leis, promovam a exclusão de quem não participa na produção das mesmas.

A produção de verdades necessariamente fala do processo histórico pelo qual se passa. Na Idade Média, analisada por Foucault (1979), o pensamento jurídico tinha como tema e parâmetro de elaboração o “poder real”. As leis eram formuladas para legitimar, de alguma forma, o poder real vigente e o autor não diz o motivo pelo qual alguns dominam outros. Ao contrário, estuda a forma como se constroem as relações de poder, “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” (FOUCAULT, 1979, p.182).

Parto de uma metodologia de investigação genealógica nos moldes foucaultianos da forma como se constroem as relações de poder e tomo como ponto de partida a mudança de paradigma de uma sociedade Moderna ideológica, pautada pelo discurso da verdade científica, para uma sociedade cujas premissas se calcam nos princípios do capitalismo de volatilidade e desvalorização do antigo substituído pelas novidades do mercado. Neste contexto, é valiosa a contribuição de Bauman (2005), segundo o qual a parcela excluída o é por um processo de opressão daquilo que é redundante. O favelado, refugio humano, é deixado à margem pois não pode participar de forma competitiva do mercado de consumo.

Havia um interesse na ausência de foco nas favelas por todos estes anos que, certamente, esteve relacionado com o envolvimento dos altos escalões da política com os lucros obtidos por meio do crime organizado e dos proveitos políticos a partir da manipulação da massa de eleitores que devem permanecer ignorantes. Parece, no entanto, que este lucro vindo do sistema proveitoso de apropriação dos recursos do tráfico de drogas não é maior do que se planeja obter, ingenuidade à parte, com a especulação imobiliária, projetos sociais, licitações corruptas para a implantação de obras estruturais e até mesmo a atividade turística. Nada mais atrativo para os estrangeiros do que uma favela docilizada que permita a entrada do turista em je-

eps de safári e apresente o espetáculo estereotipado do brasileiro pobre (ou eufemisticamente simples) feliz, rebolando ao som de samba e *funk* e cozinhando uma feijoada no domingo ao mesmo tempo em que comemora o gol do Flamengo.

## E o Outro? Qual Outro?

Nos becos já não são vistos os soldados do tráfico com suas metralhadoras, pois quem zela agora pela paz da favela são os soldados do Estado – que também poderiam ser chamados de soldados do tráfico –, com suas próprias armas e uniformes. Lacan (1968-69), em sua teoria, fala de um sujeito do inconsciente estruturado como linguagem. A partir de estudos da Linguística, o signo é explicado como o encontro de um significado com seu significante, sendo um perfeitamente capaz de representar o outro. No entanto, a teoria lacaniana mostra que a linguagem é equívoca: os significados e significantes não se completam. Portanto, ao proferir algo, sempre se vai além ou aquém do que se quer comunicar.

O sujeito é um vazio, “um furo no conjunto da linguagem, deslizando nas cadeias significantes” (QUINET, 2012, p.23). Quando o sujeito fala, sempre tem como referência seu conjunto de valores, suas identificações, e é do Outro que vêm as determinações simbólicas da história do sujeito. O indivíduo já nasce respondendo ao desejo do Outro, às projeções feitas por aqueles que o recebem no mundo. Nascemos em um contexto social específico, cercados de um universo simbólico – tesouro de significantes atribuídos ao sujeito desde sua vinda ao mundo que constituirá sua subjetividade – que nos precede. Nascem médicos, jogadores de futebol, professores, burgueses, favelados... É no Outro que o sujeito coloca “a questão de sua existência, de seu sexo e de sua história” (QUINET, 2012, p.21), portanto, sua condição e sua forma de ser e estar no mundo está entrelaçada com este Outro, com esta cena inconsciente que o define.

O sujeito não pode ser descrito por um significante, pois é justamente o salto existente entre os significantes do Outro que se lhe impõe como obrigação para que o sujeito se defina. Para nós, no contexto dos processos de exclusão social, os significantes de ordem poderiam vir na cadeia: pobre - favelado - desordeiro - submisso - incapaz. O sujeito se identifica com o significante que lhe é outorgado para se definir, ocorrendo um processo de identificação denominado por Lacan de alienação. Os significantes são do Outro e o sujeito está alienado por eles.

A comunidade, que há anos tem como referência de Outro aquele que dá o limite, estabelece as regras e valores, protege e castra – no sentido literal –, o dono do morro, vê-se confusa com a nova autoridade que lhe é imposta, sem saber o que prefere – ou se existe uma opção melhor que a outra. As crianças, que viviam com armas nas mãos, fossem de metal ou apenas materializadas sob a forma de mímica, veem-se de mãos vazias e com o colo cheio de oportunidades que não sabem (ou não querem ou podem) aproveitar. A brincadeira de bang bang no estilo velho oeste é substituída pela “brincadeira de UPP Mirim” na sede da Polícia de Pacificação, onde se aprende a disciplina e a formação de fila cantando como seu novo herói, o policial. Mas serão os policiais verdadeiros heróis e a pacificação uma efetiva solução para a comunidade? Ou isso é o que querem ver as classes privilegiadas, sedentas pela oportunidade de ocupar a favela e explorar seus mananciais de cultura e capital?

A agressão à polícia ocorre diariamente sob a forma de olhares, toques acidentais, xingamentos, garrafadas ou pedradas. Um balanço realizado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), divulgado pela Subsecretaria de Comunicação Social do Rio de Janeiro em

março de 2013, demonstrou que, no período de 2007 a 2012, ocorreu uma redução significativa no número de disparos de armas de fogo nas áreas onde as comunidades já estão pacificadas. Porém alguém já ouviu falar de estatísticas sobre garrafadas, pedradas ou pauladas?

Certeau (1994), ao definir “estratégia”, remete ao poder vigente, a um plano capaz de enxergar o “sujeito de querer e poder” como algo isolado do ambiente. A estratégia, ao estabelecer sua trilha de ação, desconsidera o potencial de ação do indivíduo que se encontra no local como forma de dominação. Contrapõe-se a este conceito a “tática”, uma bricolagem dos artifícios que aparecem como possíveis ao dominado, que tira partido da suposta força do outro e das lacunas que os cálculos estratégicos do poder público deixam à sua mercê.

Para Certeau (1994), “a tática só tem por lugar o do outro” (CERTEAU, 1994, p.94). O sujeito se apropria de atividades e objetos do seu cotidiano e se infiltra nas estratégias de maneira sub-reptícia para subvertê-las a seu favor, surpreendendo aquele que se considerava forte por toda sua preparação baseada em cálculos objetivos supostamente inquestionáveis. A população faz uso das armas que lhe restam: as táticas de Certeau (1994) são usadas, de forma às vezes não tão sub-reptícias quanto sugere o autor, para subverter as estratégias da política de pacificação.

E o Outro, como fica? Quem dá o limite? Quem tem o poder? Como este poder está sendo construído? Quais forças participam da construção? O que vai? O que vem? E o mais importante: o que sempre fica?

A condição subjetiva está submetida ao contexto sócio-histórico em que se está no mundo. Dufour (2005) fala de três traços da condição subjetiva moderna: o diferendo, a crítica e a neurose. O primeiro existe pois a modernidade desenvolve modalidades de dominação das mais diversas e violentas, desconsiderando o lugar de origem do dominado, o “não europeu”. O Outro, que não pode contestar, é sempre diferente, vive um terror de exceção sob o julgamento dos diferentes discursos cristalizados na lógica moderna de dominação europeia. Ao contrário do diferendo, a crítica origina-se na Europa e é caracterizada pelo surgimento de um espaço de discussão aberto à reflexão sobre as múltiplas referências, os Outros da Modernidade, caracterizados pelas ideologias e diferentes grandes narrativas. Finalmente, a neurose pode aparecer, justamente pela consideração dos múltiplos discursos, pois não se deve assumir que o sujeito é definido apenas pelo que lhe é consciente, mas também pelo inconsciente. O autor diz que “é da impossibilidade, para todo indivíduo normalmente constituído de seguir o conjunto das máximas morais [...] que nasce o sujeito freudiano” (DUFOR, 2005, p.53).

Ao falar sobre a condição pós moderna, Dufour (2005) sugere que as definições de sujeito crítico e neurótico não são mais possíveis em nossa época. Se a Modernidade possibilitava a existência de diversos discursos referenciais, de vários Outros, o que se vive na Pós-Modernidade é precisamente o oposto disso. A Pós-Modernidade, segundo o autor, “é um regime sem Outros, repleta de semblantes de Outros, que imediatamente mostram o que são: tão cheios de presunção quanto as tripas” (DUFOR, 2005, p.59). Há uma queda do Grande Outro decorrente da volatilidade e ausência do discurso da verdade característicos da Pós-Modernidade. Surge um sujeito psicotizado, sem lei, que tudo pode e nada pode, regido pela individualidade e pela busca do gozo permanente através do consumo desenfreado.

A queda do Outro e vacância no poder nas comunidades pacificadas são uma realidade. Pais falam sobre a insubordinação, maior do que nunca, de seus filhos: não têm respeito por eles nem respeitam os traficantes e os policiais. Os planos, mesmo que fantasiosos, de um futu-

ro diferente da realidade de pobreza foram deixados de lado e substituídos pelo imediatismo do consumo, permitido pelos crediários – cada vez mais abertos e cada vez menos quitados. O que existe é o gozo em curto prazo: vive-se de processos psíquicos primários, o que se quer é apaziguar rapidamente tensões e obter satisfação de forma rápida.

O Outro que saiu (?) da favela e foi acuado foi o Dono do Morro. O Outro que entrou (?) e está acuado é a Polícia, o Estado. Difícil enxergar o lugar daquele que ficou. A sensação de ausência de referência compartilhada chega ao ponto em que quem resolve os problemas é a própria sociedade, os indivíduos associados em grupos de referência. Esta sensação de parceria é muito forte na comunidade: as famílias se ajudam, cuidam dos filhos uns dos outros, lavam as roupas em tanques e cozinham em fogões compartilhados. O morador da favela é o dono do local que habita e deve se empoderar deste posto, perceber que os representantes do poder se alternam mas a comunidade permanece e unida no local.

A eficácia do poder público, freado pelos entraves da burocracia – corrupção? interesses privados dos políticos? – vem há certo tempo perdendo lugar para as iniciativas da sociedade privada, regida pelos princípios pós-modernos do capitalismo e, talvez por isso, mais capaz de lidar com a rapidez do surgimento de demandas e oferecer soluções flexíveis.

## **A regularização fundiária e o projeto de clínica do empoderamento**

Na favela do Cantagalo, paralelamente ao processo de pacificação, existe uma iniciativa de promover a regularização fundiária. Tendo em vista o que já foi falado sobre os princípios da Era Pós-Moderna, parece claro que o registro do título de propriedade, algo de valor material, pode ser uma boa entrada para o trabalho de empoderamento da comunidade. Existe um valor além daquele que flutua no mercado de capitais e da especulação imobiliária, um valor simbólico do que representa ser dono de sua casa, de sua vida, e é este que mais nos interessa.

De alguma forma, ao dar este valor ao morador da comunidade – o favelado torna-se proprietário –, o poder público instala algo equivalente ao “ato psicanalítico”, conceito que dá existência ao inconsciente, e é a partir do ato decisório de aceitar ou não o paciente que, ao longo do processo, será direcionada a este analista uma demanda sob forma de enigma a ser solucionado. O enigma para o paciente só poderá ser desfeito pelo sujeito suposto saber, pelo Outro corporificado na figura do analista.

Entendo que o Estado, ao conceder o registro de propriedade ao morador da favela, inaugura a possibilidade de pensar ser dono de algo, ser um agente da vida em sociedade, e não apenas um sujeito submetido às Políticas Públicas Assistencialistas. A ilusão que este objeto pode dar é de este passa de sujeito passivo do desejo do Outro a sujeito capaz de desejar, ele mesmo, naquele lugar que agora o pertence legalmente. Inicialmente este desejo será voltado ao Estado, passando a ser visto como Outro, como suposto poder.

É interessante, e até irônico, como os processos se assemelham e como podemos traçar um paralelo entre o conceito lacaniano de ato psicanalítico e nossa proposta de trabalho na favela do Cantagalo. A Associação Psico-Analítica Internacional (*International Psycho-analytical Association - IPA*) apropria-se da obra de Freud, estabelecendo, a partir da leitura que mais lhe convém, regras rígidas de como conduzir um tratamento psicanalítico. Esta instituição se coloca como o “Outro do analista” e o contrato proposto aos analisantes, baseado em seus preceitos,

passa a ser a garantia de que a análise será bem sucedida. Neste contexto, “qualquer pequena modificação nesse registro é suposta como fatalmente ameaçadora para a própria experiência psicanalítica” (QUINET, 2007, p.7).

Quinet (2007), ao falar do ato psicanalítico, mostra que a partir do momento em que este é introduzido por Lacan, a psicanálise é retirada “do âmbito das regras para situá-la na esfera da ética” (QUINET, 2007, p.7). Da mesma maneira, o Estado, ao retirar as armas da comunidade “devolvendo-a ao cidadão” e, colocando-se no lugar do dono do morro, parece ter o mesmo objetivo que a IPA: estabelecer um conjunto de regras, passando a ser a referência por meio da UPP, ou seja, instituir-se como Outro da comunidade.

O objetivo do projeto desenvolvido no Serviço de Psicologia Aplicada em parceria com o Ralé *Chateau Hostel* é, justamente, retirar o processo de regularização fundiária e distribuição dos títulos de propriedade – possibilitado em maior dimensão pela entrada das UPPs nas comunidades – do âmbito das normas e deslizar-lo para a esfera da ética.

Para tal, baseamo-nos nos preceitos da Psicologia Social sociológica, linha teórica que vem se desenvolvendo mais amplamente a partir da década de 1980, principalmente na Europa e na América Latina. A Psicologia Social sociológica, ou sócio-histórica, não é pautada pelos valores positivistas, deixando de lado principalmente a noção de neutralidade do pesquisador, pois seu enfoque é ético-político, e tanto as pesquisas quanto as inserções práticas, tendem a intervir em modelos considerados desequilibrados do ponto de vista das relações entre dominados e dominantes.

A Psicologia Social crítica e defende uma interdisciplinaridade entre os diferentes campos de saber e, em nosso projeto, travamos um diálogo entre esta e a teoria psicanalítica para atingir objetivos de transformação social. Considero indispensável ressaltar que a psicanálise, para os fins do projeto, não é vista como um campo engessado nas regras que determinam o *setting* terapêutico, mas como uma teoria capaz de proporcionar ao sujeito um local de fala e escuta para a reflexão sobre seu modo de ser e estar no mundo. Pensar a questão da territorialidade, partindo do significado simbólico de ser o proprietário de sua casa, pode levar o sujeito a se colocar em outra posição, permitindo uma desalienação dos significantes alienadores do Outro e uma (des)construção de modos de existência individual e coletiva.

Queremos identificar os reflexos do processo de pacificação através da introdução de uma dinâmica de novas relações socioeconômicas e culturais. Iniciaremos nosso trabalho na comunidade do Cantagalo, onde propomos um espaço de empoderamento no qual os atores envolvidos elaboram, em seu próprio *ethos*, uma reconstrução dos conceitos naturalizados de favela e de morador.

## Considerações finais

Na busca por soluções, ainda são vistos discursos reacionários e temerosos do empoderamento das classes populares. No entanto, arrisco-me a dizer, sem medo de entoar discurso ideológico, que vivemos um importante momento de transição para uma sociedade mais integrada e justa. Já não se trata das grandes narrativas pois, como disse Lyotard (2000), estas não se sustentam e entram em crise na Pós-Modernidade. O discurso da ciência é substituído pelo da informação, a razão não é capaz de prometer uma sociedade mais justa após as atrocida-

des cometidas nos meados do século XX. Trata-se de trilhar, passo a passo, um caminho de integração dos setores da sociedade em uma rede e de entender quais informações detemos e quais técnicas devemos usar para aproveitar as Políticas Públicas da maneira mais benéfica, aceitando a impossibilidade da perfeição, o esvaziamento do discurso da verdade e a falta como lugar para acúmulo de conhecimento e crescimento.

E o Outro? Talvez a referência que permeie a comunidade não seja nem o tráfico nem a polícia. Talvez ela sempre tenha sido o desamparo e a necessidade de se apoiar uns nos outros. O sujeito tende a procurar durante seu percurso uma referência em que possa se apoiar e, quando se depara com a falta desta referência, deste Outro, o que aparece é uma profunda sensação de desamparo. É justamente a transcendência deste estado de desamparo que caracteriza o fim de análise.

No processo analítico, diz-se que existe um fim quando o sujeito se dá conta de que é ele o portador do saber sobre suas questões, quando o sujeito do suposto saber, o Outro encarnado pelo psicanalista, cai, fica esvaziado, e o sujeito tem que lidar com sua (im)potência. O sujeito, ao longo do tratamento, vai se dando conta dos significantes que o Outro lhe impõe e se desalienando do mesmo, percebendo que as “identidades” são da ordem da fantasia.

Da mesma forma em que o sujeito é barrado, também o Outro o é, pois não é capaz de indicar o significante último, que, de fato, daria sentido as questões do sujeito. Esta falta, quando vista pelo analisante, permite que haja uma desalienação do Outro, que antes nomeava o sujeito determinando sua identidade. Quem designa o sujeito é ele mesmo.

O projeto de empoderamento da comunidade proposto pela parceria entre o IBMR e o Ralé *Chateau Hostel* pretende, a partir dos grupos de reflexão, permitir ao sujeito que recebe o Registro Geral de Imóveis percorrer todos os significantes que o representam para enfim designar o que é ser o proprietário deste território. Uma vez inscrito em sua condição de dono do imóvel e ciente do que representa ser o possuidor do documento, será possível que ele mesmo, em sua nova posição, decida aonde deseja ir ou até mesmo se deseja ficar.

## Referências

- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DUFOUR, Dany-Robert: **A arte de reduzir cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- PEREIRA, M. **Ser dono do pedaço: a proposta política do Cantagalo**. In: CASTRO, P.R. de. Galo cantou!: A conquista da propriedade pelos moradores do Cantagalo. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 257 - 260.
- QUINET, A. **As 4+1 condições da análise**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A. Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. Imprensa RJ. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1505731>> Acesso em: 24 de maio. 2013.
- YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

# **EIXO 2**

## **1º lugar - Categoria Profissional**

# A memória vacilante: uma pesquisa em Psicologia Social sobre a homossexualidade masculina

*Marcelo Santana Ferreira*

## **Os dias de cão acabaram<sup>1</sup>**

(WELCH, F.; SUMMERS, I., 2010)

A felicidade a atingiu como um trem nos trilhos  
Vindo em sua direção, parada, sem volta  
Ela se escondeu pelos cantos e embaixo da cama  
Matou-o com beijos e dele ela fugiu  
Com cada bolha que ela afundou com sua bebida  
E lavou pelo ralo da pia da cozinha

Os dias de cão acabaram  
Os dias de cão passaram  
Os cavalos estão vindo  
Então é melhor você correr

Corra rápido para a sua mãe, corra rápido para o seu pai  
Corra para os seus filhos, para os seus irmãos  
Deixe todo o seu amor e seu anseio para trás  
Você não pode levá-lo junto com você se quiser sobreviver

Os dias de cão acabaram  
Os dias de cão passaram  
Você ouve os cavalos?  
Porque aí vem eles

E eu nunca quis nada de você  
Exceto tudo que você tinha  
E o que sobrou depois disso, também, oh  
A felicidade a atingiu como uma bala na cabeça  
Surpreendida de uma grande alturura  
Por alguém que deveria saber melhor

Os dias de cão acabaram  
Os dias de cão passaram  
Você ouve os cavalos?  
Porque aí vem eles

Corra rápido para a sua mãe, corra rápido para o seu pai  
Corra para os seus filhos, para os seus irmãos  
Deixe todo o seu amor, o seu amor para trás  
Você não pode levá-lo junto com você se quiser sobreviver

Os dias de cão acabaram  
Os dias de cão passaram  
Você ouviu os cavalos?  
Porque aí vem eles

Os dias de cão acabaram  
Os dias de cão passaram  
Os cavalos estão vindo  
Então é melhor você correr

## Resumo

O presente artigo é resultado de pesquisa em iniciação científica sobre a homossexualidade masculina em cidades contemporâneas. Como pretensão de parte da pesquisa, estudam-se e formulam-se fontes de narratividade sobre a homossexualidade masculina, sendo uma das fontes a autobiografia de Pierre Seel, deportado homossexual da Alsácia, preso em campo de concentração nazista durante a II Guerra Mundial. A autobiografia de Seel contribui de forma contundente para a problematização dos temas “memória” e “esquecimento” ao relatar injúrias, violências física e simbólica que homossexuais são submetidos em diferentes sociedades. O propósito do artigo é indicar a fecundidade e a atualidade dos temas da memória e do testemunho em investigações no campo da Psicologia, confrontando-se aos regimes de verdade instituídos sobre a diversidade sexual na atualidade.

**Palavras-Chave:** Memória. Testemunho. Homossexualidade masculina. Autobiografia.

## Introdução

A partir de pesquisa realizada em curso de graduação em Psicologia no Rio de Janeiro, na modalidade de iniciação científica, tem-se procurado compreender a memória de jovens homossexuais sobre a cidade em que circulam como expressão de uma história que está encarnada em gestos e passos. Para que se compreenda parte da história da homossexualidade masculina, os jovens entrevistados em Niterói e São Gonçalo (municípios do Estado do Rio de Janeiro) fornecem fragmentos de histórias pessoais e coletivas, traços de suas andanças por localidades diversas. Ao iniciar as entrevistas com os jovens pesquisados não se tem ideia da violência tanto física quanto simbólica a que é submetida uma minoria, mas também não se tem ideia das táticas de deambulação, dos lugares quentes e transitórios forjados por intermédio de suas deambulações. Com intuito de trazer mais elementos sobre a magnitude do problema das mi-

---

<sup>1</sup> Dog days are over - Happiness hit her like a train on a track / Coming towards her stuck still no turning back / She hid around corners and she hid under beds / She killed it with kisses and from it she fled / With every bubble she sank with her drink / And washed it away down the kitchen sink / The dog days are over / The dog days are done / The horses are coming So you better run / Run fast for your mother, run fast for your father / Run for your children, for your sisters and Brothers / Leave all your love and your longing behind / You cant carry it with you if you want to survive / The dog days are over / The dog days are done / Can't you hear the horses? / 'Cause here they come / And I never wanted anything from you / Except everything you had / and what was left after that too, oh / Happiness hit her like a bullet in the head / Struck from a great height / by someone who should know better than that / The dog days are over / The dog days are done / Can't you hear the horses? / 'Cause here they come / Run fast for your mother, run fast for your father / Run for your children, for your sisters and brothers / Leave all your love and your loving behind / You cant carry it with you if you want to survive / The dog days are over / The dog days are done / Can't you hear the horses? / 'Cause here they come / The dog days are over / The dog days are done / The horses are coming / So you better run. (WELCH, F.; SUMMERS, I., 2010).

norias sexuais na atualidade, parte da pesquisa se realiza através do levantamento de material teórico e empírico em que a sexualidade, a elaboração de si mesmo como sujeito e o confronto com regimes de verdade históricos assumam a centralidade de narratividades. A pesquisa se elabora, então, em frentes complementares, tendo o propósito de multiplicar, como ferramenta metodológica, narratividades sobre a homossexualidade masculina na tentativa de dissolver a enganosa perspectiva de uma história única e de uma absorção perigosa da diversidade sexual como expressão de patologia, desvio ou pecado. O presente artigo é fruto do esforço da pesquisa em compreender o estatuto de “narratividade” que uma história assume ao se reportar a um momento histórico preciso e à homossexualidade masculina.

A categoria “narratividades” é herdeira da Filosofia da História, de Walter Benjamin (2008). Considerada uma epistemologia ética, a Filosofia da História benjaminiana fornece instrumentos teóricos e éticos para a defesa de uma objetividade crítica do fluxo da história, questionando a frieza e a pureza de um suposto sujeito do conhecimento posicionado supra-historicamente em relação à própria história. A pesquisa, realizada em graduação na Psicologia, busca multiplicar visões minoritárias, encharcadas de história e de luta, para que seja instrumentalizada metodológica e eticamente para o encontro com jovens gays contemporâneos que encarnam traços de histórias importantes para o entendimento da homossexualidade masculina em sua heterogeneidade. Além disso, produzir narratividades é um modo de restituir o sentido vivo e coletivo de uma palavra compartilhada entre pesquisador e pesquisado. O conhecimento que se busca produzir sobre a homossexualidade masculina necessita de fontes amplas e plurais, a fim de romper com a suposta linearidade da história de uma minoria sexual.

Neste sentido, a investigação em Psicologia Social pode provisoriamente voltar-se ao tema da memória afim de contribuir para uma visão mais ampla e crítica em torno do fluxo dos acontecimentos históricos, incluindo as narrativas de injúria de que foram – e são – objeto os homossexuais. A partir de um diálogo com a obra do pensador alemão Walter Benjamin (2008) e com os comentários de Jeanne-Marie Gagnebin (2006) sobre a relação entre memória e elaboração do conhecimento histórico, o presente trabalho se voltará ao estudo de fragmentos da biografia de Pierre Seel (2012), preso em campo de concentração nazista na Alsácia durante a Segunda Guerra Mundial, que formulou importante autobiografia em torno de sua experiência, as dificuldades de estabelecimento de sociabilidade com amigos e conhecidos homossexuais e a terrível vivência traumática no campo de concentração, para onde fora levado por sua suposta identidade homossexual.

Dada a atualidade do tema da diversidade sexual no cenário nacional e internacional – em que enunciados do fundamentalismo religioso elegem a sexualidade como campo de decifração e de luta em prol de estruturas sociais como a família, a infância e o casamento –, debruçar-se sobre a autobiografia de Seel (2012) traz importantes elementos teóricos e éticos para a consideração da magnitude do tema da sexualidade, uma vez que os riscos de uma recodificação da diversidade sexual como expressão de patologia e de imoralidade indicam a validade de uma operação histórica em que passado e presente se confrontam e se reencontram, impondo uma espécie de paralisação do fluxo cronológico do tempo histórico, já que aquilo que foi possível uma vez, se torna plausível ainda uma outra vez. É evidente que os contextos institucionais são diferentes. O testemunho de Pierre Seel (2012) traz elementos que se repetem em narrativas sobre a homossexualidade: a designação por um outro da identidade sexual de alguém através da injúria, como bem apontado por Didier Eribon

(2008): “No começo, há a injúria. Aquela que todo gay pode ouvir num momento ou outro da vida e que é o sinal de sua vulnerabilidade psicológica e social” (ERIBON, 2008, p.27).

As lembranças de Seel (2012) estão marcadas pela palavra de um outro que o designa, o persegue, o examina e exige dele uma confissão, uma delação, uma expressão de sua verdade nociva e doentia. O livro *Eu*, Pierre Seel, deportado homossexual é fruto de uma lenta operação subjetiva que encontra espaço após a Segunda Guerra Mundial, em que são instituídos esforços em diferentes países da Europa para a recuperação dos horrores dos campos de concentração nazistas, de modo a identificar grupos que historicamente haviam sido negligenciados nas narrativas sobre a Guerra. Seel era um sobrevivente de campo de concentração. Como se poria a falar, além disso, sobre uma identidade desconhecida por seus amigos mais próximos, seus filhos e sua esposa? Como iniciar uma escritura sobre um prazer que lhe custou uma parte significativa de sua existência e que, inclusive, se confrontaria às cenas traumáticas que insistiriam em ser enunciadas, uma vez que já vinham interrompendo seu sono e se impondo aos seus sonhos por décadas? Preso no campo de concentração de Schirmerck, Seel era um homem importante para os estudos sobre os deportados homossexuais da Alsácia durante a Segunda Guerra Mundial. No início da década de 1980, foi a um debate sobre o tema e impulsivamente procurou os organizadores do evento e iniciou um processo, marcado pelo paradoxo da necessidade de falar e da ausência de palavras ou procedimentos que abriguem o escoamento das lembranças. Tratava-se de um testemunho. Nas palavras de Seel (2012):

Percebi que havia um combate a vencer. Testemunhar, era necessário que me atrevesse a testemunhar, mesmo que anonimamente. Era eu o único, nesse caso? Também queria saber, encontrar outras testemunhas, pois quem grita sozinho é rapidamente suspeito. E essa suspeita faz muito mal (SEEL, 2012, p.135).

A autobiografia é herdeira de uma posição assumida por um homem em relação às suas lembranças, indicando o caráter de testemunho em jogo nas composições tecidas no entrecruzamento entre passado e presente. Benjamin (2008) já havia fornecido, curiosamente a partir do contexto do entre guerras, importantes sugestões teóricas para o enfrentamento da suposta objetividade do passado por intermédio da inclusão da função narrativa na ciência histórica: ao se posicionar como um cronista da história, o historiador materialista se aproximaria mais da função do narrador, que outorga ao ouvinte a possibilidade de continuação de uma história, a partir de um rompimento da unidade do passado. Lembrar é, deste ponto de vista, debruçar-se criticamente sobre o esquecimento, principalmente sobre aquele cultivado pela imposição de uma versão continuísta e teleológica do tempo histórico. Como se pode compreender a partir dos seguintes excertos, Benjamin (2008) procura defender uma concepção de história que se aproxime do trabalho inacabado da íntima relação entre a lembrança e o esquecimento.

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso (BENJAMIN, 2008, p.224).

A relação entre o reconhecimento e a fixação de uma imagem do passado, como se depende dos fragmentos anteriores, é mediada pela reminiscência no momento do perigo, tanto

individual quanto coletivo. Perigo de que a história seja arquivada a partir dos procedimentos daqueles que violentaram e mataram milhares de pessoas, bem como a partir dos interesses da construção de uma ciência histórica objetiva e neutra. Ressaltando o parentesco do historiador com o narrador, não é defensável, em Benjamin (2008), esquecer a conexão estabelecida entre agora e antes, que relampeja como numa reminiscência. Seel (2012) lida com reminiscências, com palavras silenciadas, com imagens sufocadas, mas se depara com uma sociedade muito distinta daquela que lhe era comum no início do século XX: novos direitos sociais sendo conquistados por homossexuais, intensa movimentação em torno das sociabilidades sexuais minoritárias e importantes efeitos colhidos pelos movimentos sociais instituídos a partir de 1960 em diferentes partes do mundo. No entanto, as lembranças ainda buscavam um cenário de expressão, pelos riscos de que se tornassem apenas parte de um sofrimento individual, da miséria psicológica que assola um homem que não consegue esquecer, mesmo – e principalmente – quando está dormindo. Seel (2012), então, se põe a falar. Sua autobiografia traz fragmentos de vidas que se apagaram, de atrocidades cometidas contra presos dos campos de concentração nazistas e da humilhação sofrida por homossexuais que carregavam um triângulo rosa em seus uniformes de prisioneiros. Quando se debruça sobre suas memórias, lacunas se impõem, registros de dor e de prazer se tornam possíveis e um questionamento sobre sua sexualidade surge. Dedicado a resgatar partes de sua história, o autor lembra de um verão em Dieppe, quando ficara profundamente agitado ao ver corpos nus de jovens que corriam e brincavam na praia. Então, Seel (2012) se pergunta:

Quando percebi que eu era homossexual? Sem dúvida depois que ocorreram esses e outros incidentes que já esqueci. Jovem, tomei consciência de que essa diferença iria criar uma distância irremediável entre mim e meus próximos. Tinha então uns quinze anos e a questão de saber como lidar com isso, como vir a sê-lo, era áspera. Demorei muito a aceita-la e admiti-la (SEEL, 2012, p.27).

Um encontro clandestino no início da II Guerra Mundial, ainda considerada uma “guerra boba”, foi determinante para a terrível vivência de Seel. Tendo sido roubado por um jovem, se encaminhou a uma delegacia e prestou sucessivos esclarecimentos sobre o que estava fazendo em lugar tão deplorável, um espaço clandestino de sociabilidade entre homens e jovens homossexuais. O registro policial de sua queixa e da localidade em que se encontrava servirá para que a polícia nazista o registre como “homossexual”, ou seja, Schweinhund, algo como cachorro asqueroso ou veado imundo. Quando é preso no campo de concentração, sua identidade será revelada aos seus pais e irmãos. Submetido à rotina do campo de concentração, se torna um fantasma, arruinado pela passagem das horas, seguida por inumeráveis atrocidades. Nenhum prazer ou fantasia faz mais sentido, apenas a exaustão ao final do dia, que o obrigava a um sono pesado, poucas horas que se tornavam o único refúgio em contexto de mortificação de sua identidade. Um dos episódios durante sua prisão o marcará até o fim de sua existência: o assassinato de um rapaz com quem Seel havia mantido encontros eróticos antes da perseguição nazista na Alsácia. O registro foi assim articulado:

[...] os alto-falantes difundiram uma barulhenta música clássica enquanto os SS o despiam. Depois, enfiaram violentamente um balde de lata na sua cabeça. Soltaram na sua direção ferozes cães de guarda do campo, pastores-alemães que, primeiro, morderam seu abdômen e suas coxas, antes de devorá-lo diante dos nossos olhos. Seus gritos de dor foram ampliados e distorcidos pelo balde onde estava presa a sua cabeça. Firme e cambaleante,

com os olhos estarecidos diante de tanto horror, com lágrimas escorrendo no meu rosto, eu rezava ardentemente para que ele perdesse rapidamente a consciência (SEEL, 2012, p.58).

Logo após o registro da brutal situação, Seel sugere problematizações éticas sobre a lembrança e o esquecimento que podem ajudar na continuidade da discussão proposta no presente trabalho:

Desde então, ainda me acontece frequentemente de acordar à noite aos berros. Há mais de cinquenta anos essa cena passa incansavelmente diante dos meus olhos. Eu não me esquecerei jamais desse assassinato brutal do meu amor. Diante dos meus olhos, diante dos nossos olhos, pois centenas de nós fomos testemunhas. Por que todos se calam ainda hoje? Já estão todos mortos? É verdade que estávamos entre os mais jovens do campo, e que muito tempo se passou. Mas eu acredito que alguns preferem se calar para sempre, temendo despertar lembranças atrozes, como esta, entre muitas outras. E quanto a mim, depois de décadas de silêncio, decidi falar, testemunhar, acusar (SEEL, 2012, p.58).

Pierre Seel considera seu testemunho como uma espécie de acusação, mas operam-se transformações nele próprio que não se exaurem em uma designação dos algozes. Percebe-se que gradativamente as lembranças insuportáveis vão garantindo uma transição a um reposicionamento do narrador na autobiografia, uma vez que Seel começa a se referir a Jo, o jovem assassinado no campo de concentração pelos cães, como “meu amor” e se impõe uma tarefa ética em relação ao esquecimento das deportações de homossexuais na Alsácia no contexto da Segunda Guerra Mundial. Quando o autor deixa de se preocupar em registrar quadros de sua vida social burguesa e dificuldades de resistência à confissão de seus desejos homossexuais e paulatinamente descreve contextos de luta, solidariedade entre presos, táticas desesperadas de sobrevivência quando se aproxima o final da II Guerra Mundial, e circula por diversos países da Europa até retornar à sua casa, a narrativa passa a se subsidiar no estatuto político das memórias de Seel. Confrontando-se à insuportabilidade das lembranças do campo de concentração e do contexto em que teve que servir ao exército alemão, Seel posiciona-se em relação ao trauma coletivo, considerando, de outra forma, a repetição das cenas que assistiu no campo de concentração. Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, quando havia sido libertado do campo de concentração e retornado a sua casa, tratavam-se de vivências coletivas manchadas pela vergonha e pela impossibilidade de falar sobre o que havia sido vivido nas prisões. Sentado à mesa de jantar, após o cumprimento do pai, que lhe chama de filho e lhe dá as boas-vindas, Seel enxerga, envergonhado e exaurido, os olhos da mãe encharcados de tristeza e de perplexidade.

Jeanne Marie Gagnebin (2006) considera os testemunhos a respeito dos campos de concentração na Europa do século XX como narrativas que se endereçam aos que não se esquivam da dolorosa relação com o trauma vivido no passado. Encontram-se conceitos formulados em torno do problema ético colocado pelo inacabamento do passado, o que, aliás, é uma proposição de uma concepção de história materialista, tal como defendida por Benjamin (2008). Gagnebin (2006) faz menção a um sonho recorrente de Primo Levi, sobrevivente de campo de concentração nazista cujo retorno à casa era acompanhado por um desinteresse dos companheiros em escutar o que o sobrevivente tinha para falar. As pessoas se vão, indiferentes. Em Auschwitz

muitos prisioneiros relataram para Primo Levi sonhos parecidos. Não há audiência para as memórias insuportáveis. Gradativamente, Gagnebin (2006) defende uma recolocação ética da situação da audiência, uma vez que a atenção é a medida tomada para que se possa inventar o presente de modo a não ficar submetido ao passado, objeto repetidamente do mesmo sofrimento, do mesmo trauma. De acordo com Gagnebin (2006),

testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo indefinidamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2006, p.57).

Inventar o presente é uma tarefa política que remete muito diretamente a uma reflexão sobre o legado do tempo histórico. De modo a não acatar a facticidade do passado e mesmo a admitir que o passado se infiltre no presente, Benjamin (2008) sugere uma concepção de história que não se resume a considerar o fardo do passado, mas procura decifrar os sinais de uma repetição do sofrimento não reconhecido. Reconhecer o sofrimento não é se fixar a ele, mas identificar inclusive os riscos de sua repetição. Citar os mortos, enterrar os mortos, revezar a palavra dos mortos é um modo de garantir-lhes um túmulo, impedindo que continuem a ser devorados pelo apego do presente ao progresso e a problemática perspectiva de que o desenvolvimento do gênero humano se dê em continuidade com o desenvolvimento tecnológico. Os traumas vividos por Pierre Seel não foram só pessoais, mas fundamentalmente coletivos. Seu silêncio e o fechamento da audiência em relação ao que se tinha para contar se remete curiosamente ao problema da repetição em psicanálise e a definição da memória na pesquisa de Ecléa Bosi (1995). Inicialmente é feito um longo percurso teórico para defender uma compreensão política da memória de velhos em São Paulo. Ao se reportar à filosofia de Bergson, Bosi (1995) se dedica a compreender o caráter da memória, por oposição ao que se entende por percepção. Considerando que Bergson não fornece uma compreensão da memória como fenômeno social, se dirige aos estudos de Halbwachs sobre memória e procura conectar lembranças de velhos estudados por ela em sua pesquisa com uma memória que não é privada, não originária de experiências espontâneas ou pessoais. De acordo com Bosi (1995),

na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1995, p.55).

A perspectiva de Bosi, evidentemente, se sustenta na oposição de duas tendências no campo das ciências humanas, sendo uma voltada à função das instituições sociais na experiência psicológica dos indivíduos e outra formulada como uma reação ao objetivismo nos estudos sobre o homem. Sem perder de vista a necessidade de uma relativização da consideração de Bosi (1995), é interessante considerar que as lembranças de Seel, por exemplo, foram acionadas por um contexto social em que a homossexualidade ganhava certo protagonismo na França por intermédio de apropriações religiosas e médicas que insistiam em considera-la

como doença ou motivo de intensa preocupação social. Além disso, através de um esforço coletivo, reconhecido por Seel, em torno da produção de material a partir de testemunhas de deportações de homossexuais na Alsácia durante a II Guerra Mundial, elaborou-se uma audiência atenta ao que Seel tinha para falar. Elaborar politicamente o passado e ao mesmo tempo narrar o insuportável se situaram na vida de Seel como uma oportunidade de não estar submetido à repetição, mas de se apoderar mesmo que momentaneamente daquilo que havia vivido e deixar de se considerar um ser deslocado, um fantasma, o protótipo de um pai inútil, sentado silenciosamente à mesa de refeições, sem condições de compartilhar o presente com seus parentes. O testemunho traz importantes contribuições para uma nova elaboração de si mesmo. Já não existem perguntas sobre desde quando o narrador havia se deparado com sua homossexualidade, mas encaminhamentos de suas dores e suas perplexidades. A tarefa ética de Seel se confunde com a necessidade de continuar falando. O passado deixa de ser um fardo, deixa de ser apenas parte de suas noites sofridas e se torna público, fragmento do espaço público de que os homens atuais devem cuidar e cultivar. Como apontado por Ricoeur (2007) em sua reflexão sobre o testemunho, a memória e o esquecimento.

O que a confiança na palavra de outrem reforça, não é somente a interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade. O intercâmbio das confianças especifica o vínculo entre seres semelhantes [...] A reciprocidade corrige a insubstituibilidade dos atores. A troca recíproca consolida o sentimento de existir em meio a outros homens (RICOEUR, 2007, p.175).

Curiosamente, Seel se confronta mais uma vez com o risco de ser fuzilado por soldados russos, ao peso das lembranças que o atormentavam com a vergonha. Desde jovem esteve submetido ao peso da sua diferença. Na condição de sobrevivente e pai de três filhos, era corroído pela vergonha e encontrava abrigo apenas entre aqueles que começavam a fasciná-lo, os vagabundos. Entre vagabundos sujos e bêbados, a solidariedade ainda fazia algum sentido. Em 1979, ele abrigou um jovem que dormia nas ruas de Toulouse e que era coberto perigosamente pela neve. Aproximar-se de outro homem sem motivações eróticas o acalentava. Não era apenas um homossexual, mas, gradativamente, passava a se reconsiderar como um homem e sua palavra fazia todo o sentido. A palavra de Seel é espessa de confiabilidade, ele pode deixar de ser um fantasma sem corpo e sem sexualidade, com as pernas sangrando e deambulando pelas ruas chorando. A autobiografia corrige sua perspectiva de que não possui um lugar. Deixa de ser a figura do pai indigno que soluça ou dorme na mesa de refeições e passa a ser uma peça viva de um presente que reconhece, mesmo com dor, parte do passado, podendo citá-lo, narrá-lo e atravessar as noites de pesadelo.

O bispo de Estrasburgo, em 1982, havia cancelado as reservas de quarto feitas no seu lar católico para membros de um grande congresso promovido pelo ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association<sup>2</sup>). Além disso, fez considerações peremptórias sobre a homossexualidade. Seel (2012) assim lembra o que o bispo havia dito:

Eu considero a homossexualidade uma doença. Eu respeito os homossexuais da mesma forma como respeito os doentes. Mas se eles querem transformar sua doença em saúde, eu não concordo'. Houve grande repercussão na mídia em torno desse caso, e alguns militantes homossexuais fizeram denúncias.

---

<sup>2</sup> Associação Internacional de Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo.

Quando ouvi o discurso desse bispo da minha terra natal, fui para a minha cama. Assustado, aterrorizado, indignado. Os homossexuais, doentes? Eu precisava reagir. A cólera devastava-me. Era necessário acabar para sempre com tais discursos. E, para isso, testemunhar, dizer tudo, exigir reabilitação do meu passado, desse passado que é também o de muitos outros, esquecidos, ocultos nas horas negras da Europa. Testemunhar para proteger o futuro, testemunhar para acabar com a amnésia dos meus contemporâneos. Quebrar de uma vez por todas o meu anonimato: fazer uma carta aberta ao monsenhor Elchinger (SEEL, 2012, p.157)

O anonimato não faz mais sentido. Aproveitando corajosamente a oportunidade dos tempos históricos vividos na década de 1980, Pierre Seel consolida o seu novo estatuto. Falar não é mais confessar-se, nem designar o lugar do outro que sanciona o que se diz, mas também não é estabelecer uma relação terapêutica com um ouvinte privilegiado que acompanha, clinicamente, a constituição de uma nova posição subjetiva do narrador. Falar é um modo de interromper o fatalismo dos diagnósticos em torno da sexualidade, é assumir um novo assento entre os homens, é arriscar-se a deixar de ser anônimo e dizer o seu nome. Falar em primeira pessoa constitui um novo presente para Seel. E para parte do movimento homossexual.

A autobiografia de Seel é a expressão de uma enunciação que não se compraz em repetir o passado, mas submetê-lo a uma configuração intempestiva em que a própria identidade do narrador se modifica. Desejar uma restituição em relação ao passado permite uma reconsideração de sua própria biografia. Seus próprios familiares se tornam aliados do novo caminho, sendo que sua esposa não prossegue no processo de divórcio por entender a magnitude do movimento que Seel iniciava ao escrever sua autobiografia e ao tornar sua história pública. A repetição das cenas traumáticas se metamorfoseia em uma exigência de memória do que foi violentamente esquecido sobre a Segunda Guerra Mundial na Europa. A elaboração do passado garante o entrecruzamento do estatuto clínico e do estatuto político da escritura do autor. Primeiramente, de acordo com a perspectiva de Gagnebin (2006), que, após problematizar a experiência traumática e a impossibilidade do esquecimento, chama a atenção para o desejo institucional de esquecer determinados aspectos da história e do passado. Talvez Seel tenha se confrontado com a sorradeira estratégia política de apagar o passado, condenando a coletividade a repeti-lo. Novas gerações precisam entrar em contato com versões silenciadas do passado. De acordo com Gagnebin (2006), “existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (GAGNEBIN, 2006, p.101).

Contra as armadilhas de um esquecimento subsidiado na ilusão de uma história progressiva, Seel escreve e fala, comove e transita pela Europa em busca de audiências. Auxiliado por militantes homossexuais na França e pela sua própria família, se sente cansado após suas exposições. Solitário e cansado, mas com um novo propósito em relação ao tempo histórico e a si mesmo. No seu livro, abriga momentos de rara beleza, mesmo ao escavar fragmentos insuportáveis do seu passado.

Uma noite, logo que apaguei a luz e desejei-lhe boa noite, ela aproximou sua mão da minha cama e, deslizando os dedos entre os meus lençóis, apertou meu ombro dizendo: “Pierre, conta-me o que aconteceu. Quero saber quais foram os seus sofrimentos. Você sabe que eu não estarei aqui por muito tempo. Pierre, não guarde esse segredo para si, fale comigo. Conta-me o que

fizeram com você”. Eu acendi a luz em silêncio. Não sei mais o porquê, nem lembro mais quais palavras utilizei, mas acabei cedendo à confidência (SEEL, 2012, p.108).

O autor descreve a convicta postura de sua mãe em ouvi-lo. À confidência de Seel seguiram-se trinta anos até que se sentisse seguro e apto a começar a falar para outros. Sua mãe, confidente de sua dor e de seus amores, parte de sua história. Rompendo o pacto de austeridade e de silêncio, a aliança entre Seel e sua mãe inaugura a enunciação com que se entra em contato na autobiografia. Poder falar para quem se ama o que se viveu inicia a cadeia de rompimento com a repetição do passado inexprimível. Sua mãe se interessa. Seel volta a lembrar de verões, de encontros clandestinos, do sonho de chocolate que comia vorazmente na antiga loja de seus pais. A repetição ainda o impedirá de dormir e se fará presente em seus sonhos, nos anos de casamento com sua mulher e na educação de seus filhos. Curiosamente, é importante considerar as importantes conexões passíveis de serem realizadas entre a perspectiva histórico-política de Benjamin (2008) e a psicanálise, mesmo que seja possível reconhecer imprecisões no modo como o autor incorpora traços da Psicanálise em sua crítica da cultura moderna (ROUANET,1990). O teórico procura fazer uma arqueologia da subjetividade moderna ao remetê-la aos ideais modernos em curso no capitalismo em países como a França. Um dos aspectos de sua análise histórica são os sonhos burgueses, impostos à coletividade, através de festas de suposta reconciliação ou de apagamento de diferenças entre as classes sociais, como o Natal. Rouanet (1990) considera que Benjamin se reporta aos sonhos coletivos e defende uma possibilidade de “despertar dialético”, assumido pelos críticos em relação à libertação do jogo dos sonhos. Despertar da armadilha burguesa do otimismo festivo, que recalca dores e sofrimentos passados e presentes, é uma tarefa do crítico materialista, mas, para Benjamin, ainda de acordo com Rouanet (1990), os sonhos se endereçam a possibilidade de outros futuros, enquanto, em Freud, encontra-se uma perspectiva hermenêutica de uma experiência onírica que aponta irremediavelmente para o passado, o remoto, a infância. É justamente isso que se sugere no Vocabulário de Psicanálise (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998) acerca da compulsão à repetição, indicando que, desde o princípio, a Psicanálise está confrontada com fenômenos de repetição, relacionando isso com os sonhos e a transferência na relação analítica. No caso de Seel, não sucumbir ao passado – inquestionavelmente temido pelos seus contemporâneos – é dirigir-se à sua própria família e indicar as próprias lacunas em suas relações. Romper com a austeridade da mesa de jantar da família implicou em compartilhar com a mãe doente aquilo que os outros membros da família não suportariam ouvir.

Seel ainda parecerá impelido a repetir. Relações clandestinas na rua, remédios para dormir e para esquecer; bebidas alcóolicas e lágrimas persistentes. Escrever se torna um procedimento ético e clínico, uma vez que rebate em sua própria vida, garantindo o reconhecimento de seu lugar no presente. Pierre Seel se torna outro.

Não se escreve com as próprias neuroses. A neurose, a psicose não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido, impedido, colmatado. A doença não é processo, mas parada do processo, como no “caso Nietzsche”. Por isso o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo. O mundo é o conjunto dos sintomas cuja doença se confunde com o homem (DELEUZE, 1997, p.13).

Seel se debruça sobre o vivido, mas há uma passagem sobre o próprio vivível. Com os olhos manchados de sangue, ele ainda lembra de pessoas que encontrou após a Segunda Guerra Mundial, das carícias de Jo e das estratégias no interior do campo de concentração para não sucumbir à fome e ao desespero. O testemunho o desloca de sua posição de um permanente deportado. São vívidas passagens que ainda indignam, entristecem, mas obrigam a uma posição cuidadosa no presente. A autobiografia, além disso, pode contribuir para uma compreensão do sentido da operação em curso em uma escrita de si, como defendida por Foucault (2004) em seus estudos sobre os três primeiros séculos de nossa Era, ao considerar as posições éticas assumidas em relação ao legado espiritual e político da Antiguidade Greco-Latina. Um dos procedimentos mais notáveis da cultura de si estudados pelo filósofo é justamente a escrita de si, que na Antiguidade Greco-Latina implicava em um exercício permanente de si, não simplesmente em um registro do que se fez ou pensou, mas como parte das práticas em que se reivindica o domínio de si e a participação de outro na elaboração do sujeito ético. Escrever para compartilhar com outro, para dar-se a ver, para garantir o acompanhamento dos movimentos da alma e a prática extensiva à própria existência. Evidentemente Foucault (2004) se preocupa em realizar uma genealogia da subjetividade ocidental, não incorrendo em uma análise puramente extensiva, mas problematizando a institucionalização de procedimentos de interpretação e de condução da subjetividade no contexto da modernidade. Para os propósitos da discussão atual, é possível se apoderar de parte do sentido da experiência da escrita como fragmento de um processo de subjetivação em que não se descobre uma verdade inamovível sobre si, mas em que se elabora uma posição ética em relação aos acontecimentos, salvaguardando a liberdade e requisitando a participação de outros no reconhecimento dos exercícios espirituais e cívicos em que estão envolvidos. Pierre Seel escreve não apenas para lembrar, não descreve uma matéria já estabelecida pelo vivido ou resguardando o vivível, mas seu escrito garante uma nova paisagem ética na qual não se está mais sozinho. Seel escreve para permitir o esquecimento necessário para a vida, para que ela não se finde na repetição maquínica do passado. O amor por Jo não precisa mais estar escondido. Tornamo-nos testemunhas daquela dor, mas fundamentalmente do inacabamento daquele encontro. Mas, é Seel (2012) quem escreve as seguintes palavras:

Quando termino a minha errância, volto para casa. Então, reacendo a vela que queima permanentemente na minha cozinha quando estou sozinho. Essa chama frágil é a minha lembrança de Jo (SEEL, 2012, p.148).



## Referências

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: 34, 1997.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GAGNEBIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: 34, 2006.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

ROUANET, S.P. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

SEEL, P. **Eu, Pierre Seel, deportado homossexual**. Rio de Janeiro: Cassará, 2012.

WELCH, F.; SUMMERS, I. Dog days are over. **Lungs (Deluxe)**. Estados Unidos da América: Universal Music, 2010.



# **EIXO 2**

## **2º lugar - Categoria Profissional**

# Cidade e produção de sentidos: Ressonâncias urbanas e clínica contemporânea

*Victor Tinoco Delgado*

“Por nossa saúde psíquica e bem estar de nossas cidades, continuemos a encontrar maneiras de abrir espaços para a alma”.

James Hillman

## Resumo

O presente trabalho desenvolve uma discussão sobre os aspectos e os sentidos das cidades e suas possíveis imbricações sobre a subjetividade. O fio condutor que direciona essa investigação é o conceito de *anima mundi*, tal como desenvolvido por James Hillman, onde o mundo tem vida e alma. Entretanto, essa é uma perspectiva sobre o mundo e sobre as cidades que não ocupa lugar na Psicologia de forma geral, que traz como marca a dicotomia existente entre homem e mundo. Desse modo, o que buscamos com essa pesquisa é problematizar a suposta incompatibilidade entre clínica e experiência urbana. Para situar um dos pontos principais que sustenta nossa pesquisa – a clínica frente à experiência de habitação do homem – buscaremos fôlego nas meditações de Martin Heidegger e de sua Fenomenologia-Hermenêutica para abordagem do problema da clínica, bem como suas contribuições para pensarmos a inseparabilidade entre homem e mundo, próprio à dinâmica do pensamento do autor. A problematização sobre “espaço” em Heidegger não encerra o problema em si mesmo, muito pelo contrário, se ramifica e estabelece importantes conexões com as noções de tempo, ser, mundo, técnica, dentre outras, que associados entre si possibilitam a abertura de um horizonte de sentidos, de modo geral ainda muito pouco problematizado pela Psicologia, especialmente pela clínica em sua dinâmica mais tradicional.

**Palavras-chave:** James Hillman. Martin Heidegger. Cidade. *Anima mundi*. Fenomenologia-Hermenêutica.

Por nossa saúde psíquica e bem estar de nossas cidades, continuemos a encontrar maneiras de abrir espaços para a alma (James Hillman)

## Psique e cidade

A ideia central que norteia essa pesquisa é a questão da experiência urbana no mundo contemporâneo e seus tensionamentos com a clínica psicológica. Para acompanharmos essa experiência em suas múltiplas repercussões sobre a existência dos homens em geral, nossa preocupação se dirige, a princípio, a uma análise dos respectivos modos de vida nos grandes

centros urbanos, enfatizando em especial o ponto de conexão entre esses modos de vida e o surgimento de patologias sociais. Dessa análise surgirão os pontos de partida fundamentais para um alargamento da nossa compreensão das correlações entre cidade, subjetividade e clínica. Por fim, tentaremos mostrar como o modo de se encontrar no mundo – de morar no mundo, de habitá-lo – possui uma relação direta com os fenômenos que envolvem a vida humana em geral e desempenha um papel preponderante nos transtornos e nas superações dos transtornos existenciais. Na busca de parceiros teóricos a nos auxiliar em nossa tarefa, encontramos na perspectiva da Psicologia Arquetípica de James Hillman – especialmente em duas de suas principais obras *Cem anos de psicoterapia...e o mundo está cada vez pior* (1995) e *Cidade e Alma* (1993) – a paisagem que evidencia algumas críticas epistemológicas ao modelo clínico-psicológico mais tradicional, bem como a reunião de elementos importantes que apontam diversas fraturas entre a clínica e a experiência do homem com o mundo.

Outra importante referência para esse trabalho surge dos apontamentos e dos modos de compreensão da Fenomenologia-Hermenêutica, que nos permitem elaborar uma tematização coerente frente à questão da “doença do mundo” problematizada por James Hillman e Michael Ventura (1995), especialmente a que fundamenta a constituição do ser como “ser-no-mundo”. Para Heidegger (1989), a compreensão fundamental do existir humano diz que “o homem é um ente cujo ser se dá como ser no mundo, ou seja, como uma rede de significação, uma trama de referências construída junto aos outros entes que vem ao seu encontro – dos quais se aproxima, usa, manipula – e junto aos outros homens, com os quais convive e se comunica” (HEIDEGGER, 1989). Há na Fenomenologia uma forte tendência a não discernir entre a experiência e o próprio mundo que se experimenta. O mundo não é visto como tese, como juízo, mas como próprio, como vivido.

Nesse sentido, podemos afirmar que a concepção de homem para a Fenomenologia traz a marca da experiência de mundo junto ao ser, que se opõe a concepção de um ser isolado, encapsulado em sua existência individual. A expressão “ser-no-mundo”, descrita por Heidegger (1989), traduz de forma coerente a unidade estrutural da existência, onde o homem é co-originário ao mundo. O ser não se encerra em si mesmo numa interioridade psíquica, mas está sempre em um contexto relacional com o mundo vivido. Um dos pontos chave deste pensamento é a ideia de que somos originariamente com os outros, ou seja, o homem está desde sempre destinado à comunidade no sentido de copertencimento diante de um mundo compartilhado.

As meditações de Heidegger (1989) sobre a existência, bem como as colocações de Hillman (1993, 1995) acerca das articulações entre cidade, subjetividade e clínica, nos leva a pensar a cidade como assentamento e espaço de habitação do humano, onde o homem é inseparável da vida e de suas experiências na urbe. A cidade como um grande dispositivo político de feitura da alma e de produção de sensibilidades. Hillman (1993, 1995) nos fornece importantes ferramentas para elaborar essas análises quando desenvolve, dentre outros temas, o conceito de *anima mundi*, e pontua sua visão de política e estética. Essas e outras colocações nos permitem também aproximá-lo teoricamente de autores como Georg Simmel (1987) e suas teorias sobre as determinações que a vida metropolitana exerce sobre o psíquico, bem como das ideias de Richard Sennett (2008) sobre as mudanças ocorridas através do tempo nas formas e na organização da cidade e suas influências sobre o corpo que, a nosso ver, enriquecem a discussão no que tange a imanência da relação entre homem e cidade – entre a “carne e a pedra” – como importantes contribuições que acabam se mostrando mesmo imprescindíveis para uma compreensão coerente do fenômeno da clínica e das experiências

do homem no Contemporâneo, dos acontecimentos histórico-sociais e políticos e seus mútuos atravessamentos.

Seguindo esses rastros teóricos oriundos de diferentes disciplinas, encontramos uma possível convergência entre a perspectiva da nossa pesquisa alinhada ao pensamento dos autores que nos direcionam para uma compreensão do espaço e das formas que se estabelecem do habitar no mundo contemporâneo como uma experiência objetivada e desenraizada do espaço. Destacaremos, posteriormente, os principais eixos que sustentam nossa pesquisa.

## Cidade e clínica “psi”

Diversos autores, oriundos de campos diversos e munidos com diferentes perspectivas, encaram as questões do espaço urbano e problematizam uma série de posições ligadas principalmente à sua utilização. Esse é também um dos interesses que imperam e nos orientam em nossa pesquisa. O apelo que nos inquieta e impulsiona aqui, encontra seus objetos nas correlações originárias entre homem e cidade – entre ser e mundo –, assim como em suas interferências na produção da subjetividade. Nesses meandros, apontamos para importância do esmiuçamento da experiência urbana, das formas herméticas do habitar desenraizado da cidade e suas interferências sobre o psíquico, e isso com o auxílio de parceiros teóricos comprometidos com os domínios do urbano e com as questões que se referem às conexões e composições entre cidade e subjetividade. Nesse sentido, a importância dessas problematizações se justifica tanto por sua articulação com outros trabalhos que vêm sendo realizados hoje no âmbito da relação entre cidade e subjetividade quanto pela tentativa de ir além de uma simples consideração dessa relação, reunindo esses elementos e os articulando à temática da clínica psicológica. Essas questões dão margem para uma dialética produtiva que nos inquieta sobre diversos aspectos. Quando a clínica efetivamente encontra a cidade no discurso do sujeito, o que pode acontecer? O que resulta desse tensionamento entre clínica e experiência urbana? Destaca-se que partimos de uma compreensão da clínica como ampliação da compreensão das condições de possibilidades de ser do homem. Um modo de tematização dos elementos do mundo num plano da existência. Nesse contexto, surge outra questão: que sentidos operam sobre a existência e a clínica não dá conta?

Em nossa pesquisa acadêmica anterior<sup>1</sup> não foram encontradas produções ou referências teóricas que sistematizassem efetivamente, ou mesmo de forma suficiente, as questões supracitadas. Nesse sentido, a originalidade e a relevância do tema desse trabalho tem como um de seus objetivos contribuir de forma transdisciplinar para o diálogo e a articulação entre a Psicologia, a Fenomenologia-Hermenêutica de Martin Heidegger e outras tradições de campos diversos, elaborando um campo de reflexão e tematização sobre a existência do homem, bem como das interconexões entre “ser” e “mundo” e entre “cidade” e “clínica”, partindo de uma perspectiva transdisciplinar desse processo de gênese de um campo de ações e interferências múltiplas no qual homem e mundo são forjados ininterruptamente. Afirma-se com ênfase a importância das cidades e da vida pública no processo de constituição da existência do homem e as implicações desse processo no campo da clínica. Pretende-se alcançar esses objetivos a partir do resgate dos valores intrínsecos à dimensão e à experiência no espaço, à liberdade e à sustentação de uma modalidade clínica mais coerente com essa experiência de *ser-no-mundo*.

---

<sup>1</sup> DELGADO, Victor Tinoco. Cidade e Produção de Sentidos: ressonâncias urbanas e clínica contemporânea. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

## Cidade, subjetividade e clínica

A compreensão do psíquico como *anima mundi* elaborada por Hillman (1993, 1995) nos possibilita uma outra forma de compreensão da psique. O autor apresenta a noção de *anima mundi* onde o mundo tem vida e alma, possibilitando uma compreensão do psíquico mais ampliada e, traduzindo de forma mais coerente e precisa, a experiência existencial do homem. Reconhecer a “*alma do mundo*” é também reconhecer que a história do homem é inseparável da história das cidades, da construção dos espaços onde se constitui a existência e a habitação humana. Hillman (1993, 1995) nos convida a refletir sobre as interfaces dos objetos do mundo de uma outra perspectiva, onde sua apresentação sensorial surge como evento que desvela seus sentidos, sua imagem interior.

Ao problematizar os modos de funcionamento da psicoterapia, nos alerta sobre a necessidade da Psicologia alinhar-se aos fatos e aos acontecimentos históricos e políticos da sociedade, visto que o homem está inserido no mundo em uma relação de copertinência, onde o todo está contido em cada parte. As contribuições do autor, que transcendem a clínica psicológica mais tradicional, objetivam a construção de referenciais para que a Psicologia compreenda os acontecimentos socioculturais como imanentes a própria elaboração de si. Há nessa forma tradicional da Psicologia uma forte tendência a uma perspectiva de olhar o sujeito dissociado das experiências que este traz consigo do mundo. As duas obras anteriormente destacadas marcam essa fragmentação – uma fratura entre a clínica e as experiências que o homem realiza no mundo. A crítica que expomos é da necessidade de ampliação dos horizontes e demarcações dos olhares da Psicologia sobre o indivíduo e sobre o mundo. Essa proposta nos diz da impossibilidade do tratamento da alma humana, isolando-a de seu campo existencial.

Ainda que apresentada de forma breve e resumida à questão da clínica, tentaremos expor outros dois elementos – do nosso ponto de vista imanentes – que desenham outra intenção de nossa pesquisa: a questão da cidade e o problema da construção da subjetividade. É imprescindível destacar que nossa compreensão acerca da noção de “subjetividade” compreende um horizonte de sentidos híbridos que definem um processo da elaboração de si a partir de elementos diversos. Essa perspectiva amplia as possibilidades de compreensão do ser como ente constituído para além dos limites das situações familiares e das determinações biológicas, como também por suas relações com a cidade, atravessada pela técnica, pela linguagem e suas mais variadas formas comunicação, bem como por diversos outros vetores que surgem a partir de sua própria condição existencial de “*ser-no-mundo*”.

## Espaço e experiência urbana

Hillman (1993) faz algumas observações sobre essas questões a partir da mobilidade humana no espaço do ponto de vista do caminhar e suas relações/apropriações com a cidade. Com relação à mobilidade humana nas metrópoles, um aspecto fundamental da vida urbana nas grandes cidades contemporâneas é que as pessoas pouco caminham pelas ruas. Da Antiguidade até o início do século XX, os objetos de uso humano sofreram modificações a cada período histórico, porém, em relação aos movimentos e posturas humanos básicos – deitar, sentar, correr –, somente o andar e o caminhar pelas ruas sofreram mudanças bastante significativas no decorrer da História, no desenvolvimento das cidades e com o surgimento do Urbanismo. A necessidade de caminhar, característica eminente ao modo da existência física e corpórea humana, tornou-se obsoleta, sendo substituída por novos dispositivos mecânicos – os auto-

móveis e o controle remoto. O automóvel, enquanto meio de locomoção humana, produz algo que gera efeitos que vão muito além de uma mera locomoção no espaço físico.

Em seu livro *The conscience of the eye*, Sennett (1992) nos fala sobre o medo humano de exposição ao olhar do outro e classifica a cidade contemporânea como um conjunto de “espaços que removem a ameaça do contato social: enfrenta-se um rosto na rua com o anteparo do vidro, auto-estradas que cortam bairros pobres do resto da cidade, desenvolvimento de alojamentos para descanso” (SENNETT, 1992, p.5). O autor interpreta a experiência de distanciamento do outro nas cidades grandes contemporâneas a partir de um recurso à tradição cristã e faz isso para marcar essa dicotomia histórica entre o mundo interno subjetivista – que privilegia a consciência de si – e, o espaço exterior – um espaço de mera profanação. Ao mesmo tempo, procura mostrar como foi essa visão do mundo lá fora que determinou as relações humanas em geral, tanto quanto as relações dos homens com o todo através dos séculos em grande parte das civilizações ocidentais. Diante disso, o que fazer? Será que estamos fadados para sempre ao espólio do desamparo em nossas relações pueris? Talvez uma possível saída fosse, como sugere Sennett (1992), cuidarmos de preservar e “reviver a dimensão do fora como uma dimensão da experiência humana” (SENNETT, 1992, p.12).

Essa posição aponta para a necessidade do desenvolvimento de estratégias de intensificação da experiência humana do espaço externo como um espaço de morada, de encontro, de amparo mútuo. “Porosidade” talvez seja o adjetivo que melhor ilustre nossa compreensão dessas questões; intensificar a consciência dos olhos em sua experiência visual e, ao mesmo tempo, permitir-se o encontro com o inusitado, a experiência de afetar e de ser afetado. Esse horizonte de sentidos que abarca o mundo como espaço de experiência e de criação da subjetividade, sustenta essa pesquisa sobre a disposição clínica da Psicologia. Nesse caminho, surge uma questão de extrema importância: quais as consequências psíquicas da despersonalização dos espaços no mundo contemporâneo e da “idiotização” das relações humanas?

O foco de Sennett (1992) em suas pesquisas voltadas para o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo das cidades e sobre a tecnologia da vida urbana delinea os contornos e as especificidades do medo e da experiência urbana, mostrando como esses dois elementos esquematizaram o desenho físico da cidade. “Porque desviar nossos olhos quando nos deparamos com o inusitado?”<sup>2</sup> (SENNETT, 1992). O autor nos diz que a resposta para essa pergunta é encontrada nos vestígios históricos do desenvolvimento e das transformações das cidades e das relações humanas. Assim, busca investigar as transformações do olhar humano em relação ao outro e ao urbano, explorando o que ele próprio chama de *políticas da visão*. Em sintonia com essa pesquisa, que nasce transdisciplinar, buscamos acompanhar a conexão entre as suas políticas da visão e os transtornos existenciais causados pela situação atual de nosso modo de habitar a cidade. Desse campo temático vêm à tona algumas questões primordiais: Em que medida a cidade nos adoce e nos exclui? Até que ponto é possível construir modos diversos de ser na cidade? Qual a relação entre violência e cidade e seus efeitos sobre o nosso existir?

Em suas investigações sobre a cultura urbana, especialmente as relacionadas às transformações na intimidade da vida, Sennett (1988) elabora elucidaciones coerentes sobre a vida na esfera pública e no ambiente privado, explorando as variantes que caracterizam e produzem a dinâmica da cultura, destacando a tese principal que justifica como causa do sofrimento do homem moderno a fratura entre a experiência subjetiva e a vida privatizada que caracteri-

---

<sup>2</sup> Tradução nossa do original em inglês: “Why do we avert our eyes when encounter the unaccustomed?” (SENNETT, 1992).

za agora o contato com o público. Por um lado, temos o sujeito encapsulado, fechado em si mesmo, com sua rede restrita de interesses e ligações; por outro, temos a sua mobilidade na cidade, a sua interação com os espaços públicos. Como o homem se aproxima dessas interações sem deixar de lado a sua situação inicial, surge um ponto de tensão incontornável. Como contrapartida, Sennett sugere que a experiência mais significativa e completa do homem é aquela capaz de dinamizar e apreender o máximo da complexidade e das experiências com a alteridade, algo que supõe um novo modo de habitar a cidade.

Uma conjuntura de fatores sócio-políticos foi determinante para o esvaziamento da vida pública, dentre os quais merecem destaque a Revolução Industrial no século XVIII, com a multiplicação e uniformização da produção e do trabalho. A nova forma de secularização trouxe novos códigos que alteraram as relações entre os homens e o novo desenho urbano. Temos aqui uma interface entre urbanismo e história. Nesse mesmo movimento de esvaziamento do espaço público rumo à privatização de uma vida mais íntima surgiu a classe burguesa. Essa classe destacou-se imediatamente das ameaças de uma vida caótica, dos acontecimentos inusitados do indivíduo que não se conhecia e que representava uma ameaça em potencial. Ao mesmo tempo, ela procurou incessantemente escapar de possíveis acontecimentos “mundanos” que ameaçassem sua moralidade intimista e conservadora. Como bem relata Josephson (1997), o século XIX caracteriza-se como

[...] o momento em que se produziu uma supervalorização dos espaços privados, cujo modelo tornou-se a casa burguesa, por sua funcionalidade e racionalidade, já estabelecidas desde o século XVIII. A separação dos quartos, a existência de corredores de comunicação entre os cômodos, as camas fixadas nos quartos, tomaram lugar do espaço indiferenciado da época anterior. Essas transformações físicas trouxeram consigo uma nova forma de lidar com o cotidiano: a necessidade de *isolamento e de intimidade*, propícios para a disciplina dos sentimentos e emoções e para o crescimento da personalidade (JOSEPHSON, 1997, p.144),

O domicílio como uma “cápsula”, como bem ilustra Benjamin (1994), passa a funcionar como espaço de preservação da intimidade e das particularidades da vida, afastando o espaço privado do ambiente público, cada vez mais identificado como lugar de uma ameaça em potencial. Distante de uma simples funcionalidade da moradia, a casa passa a constituir-se como um elemento da estratégia política e moral de controle e vigilância da vida, destacada dos espaços de promiscuidade que representavam os espaços das ruas.

Os demais espaços da cidade, desmoralizados e insalubres, passaram então a também se mostrar como alvos da estratégia de controle. Nesse período, as modificações no desenho urbano e a aplicação de estratégias de higienização na cidade de Paris, planejadas pelo Barão Haussmann, tornaram-se modelo de organização dos centros que punham em prática critérios funcionais e racionais com promessas de organização. Esse projeto de cidade repercutiu em diversos países pelo mundo, inclusive no Brasil, a exemplo das obras de remodelação das vias públicas no centro do Rio de Janeiro no período de gestão do então prefeito Pereira Passos. Diante dessa situação histórica precisamos perguntar: quais as consequências desse processo para os modos de existir humanos? Seguindo Benjamin: até que ponto os rastros desse processo se encontram marcados na materialidade histórica dos espaços e continuam atuando sobre nós? Até que ponto é possível pensar a influência do espaço sobre a existência de todos nós?

A homogeneização dos espaços – alcançada pela dissipação das massas populares e pela separação das classes sociais, espaços esses isolados em seus respectivos bairros segmentados, a produção do espaço para o excluído – esquematizou a nova forma urbana a exemplo dos princípios urbanísticos de Haussmann. Estratégias políticas de manipulação do espaço, destituídas de qualquer ingenuidade meramente “arquitetônica” que, de acordo com Josephson (1997),

[...] operaram todo o tempo com dois mecanismos básicos: o da exclusão e o do isolamento. A cidade, o espaço urbano – traçados segundo a máxima higienista de “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar” – procurou evitar os aglomerados, separando física e moralmente os elementos que, juntos, aproximariam tradições sociais e políticas explosivas e perigosas, e que precisavam ser controlados (JOSEPHSON, 1997, p.147).

A cidade atravessada pela ideia de que o corpo urbano é um todo de “artérias e veias modernas”, uma paisagem favorecida pelas descobertas sobre a circulação sanguínea e a respiração humana, influenciou diretamente nos programas de saúde pública e conseqüentemente sobre a criação de uma política de troca de moralidade por saúde, identificada a partir de então com o mecanismo de circulação. Poderíamos citar diversas dessas estratégias utilizadas nesse período, atualizadas no contemporâneo, e que continuam de forma cada vez mais eficiente alcançando a regulação do espaço e levando ao extremo o isolamento e a exclusão.

## A clínica e o “encontro” com o mundo

À luz de reflexões heideggerianas, José Carlos Michellazo (2001), que também compartilha do nosso incômodo, observa que dicotomias do tipo “dentro e fora”, “mundo interno e mundo externo”, no âmbito da clínica fenomenológica, não faz sentido. Michelazzo (2001) afirma, também, que as preocupações de Hillman com relação a essa dicotomização reproduzida pela Psicologia reafirma uma vez mais o quanto a Psicologia e a psicoterapia pertencem aos quadros da tradição metafísica. É importante salientarmos o grande valor e a extensão das contribuições que o pensamento de Heidegger dispõe sobre a clínica em diversos pontos de sua obra, não os restringindo unicamente à obra *Ser e Tempo* (1989), embora tenha um valor expressivo.

A Psicologia em sua vertente clínica, de um modo geral, trabalhará com objetivações, atuando como um saber especializado na aplicação de técnicas. Em contrapartida, a analítica existencial está vinculada ao exercício ou prática da clínica, não com o intuito de estabelecer intervenções a partir de observações causais. O que está em jogo na clínica fenomenológico-existencial é a perspectiva da liberdade frente à restrição do ser. Nessa direção, os fenômenos são compreendidos como possibilidade de abertura de sentidos para maior liberdade e diminuição das restrições existenciais. O olhar do terapeuta é um convite para uma relação de abertura de sentidos, diminuindo espaços entre existência e liberdade. A aposta da *Daseinsanalyse* – analítica da existência – sugere a nossa compreensão enquanto uma compreensão dos fenômenos, dos encontros entre ser e mundo e da superação dessa dicotomia.

Para Heidegger (1989), o ser humano é um ser junto às coisas e essa abertura de sentidos não é algo pessoal que remete à interioridade, mas a uma exterioridade que sempre aparece de modos diferentes e permite que as relações com as coisas e com o mundo sempre se deem diferentemente. O modo de ser do homem é sempre “ser-com”, “ser-junto-à”. O autor utiliza

e designa o termo *Dasein* (Ser-aí), reservando-o ao modo de existência do homem, como abertura experiencial para o tempo e para as coisas e seu modo de estar no espaço, diferente dos objetos do mundo. Aos demais entes não humanos, Heidegger atribui a denominação de “ser simplesmente dado”. Somente o homem se relaciona com o ser coisas das coisas. O sentido não está nas coisas nem é produzido pelo sujeito, só há sentido em que se torna aberto nessa relação. Nesse sentido, “o *Dasein* é mundano, co-originário ao mundo, diferenciando-se dos entes simplesmente dados, intramundanos, mas destituídos de mundo” (SÁ, 2006, p.326). A “existência”, no contexto das colocações de Heidegger, identifica-se como modo específico do ser. Viver é a designação de um modo específico de ser e não sinônimo de ser em geral. Ao termo “existir”, Heidegger (1989) designará o modo específico de ser da existência do homem. Apresenta e compreende o homem como *ser-no-mundo*, como ser que não encerra sua existência em si próprio ou em sua interioridade psíquica, mas está destinado para sempre a atuar em um contexto relacional com os demais entes.

Nesse sentido, o homem se apreende nas relações com as coisas – “ser-com” – e faz surgir a questão: é possível se apreender como *ser-aí* sem estar junto às coisas? O homem não é um ser subsistente em si mesmo, pelo contrário, é um âmbito de possibilidades de experiências e de realizações. O modo de “ser-com” é um modo de estar sempre em relação. Sendo esse o modo de “ser” do homem, questionamos: o modo de estar na cidade é um posicionamento físico ou uma experiência? Para Heidegger (1989), ser homem é compreender; estamos sempre numa pré-compreensão das coisas. Nós não interpretamos para compreender, nós só interpretamos porque antes compreendemos. A compreensão é sempre uma apropriação não temática de uma pré-compreensão, caso contrário, não haveria interpretação.

Segundo Sá (2002), a modalidade clínica fenomenológico-existencial possibilita a abertura de um espaço de meditação do modo histórico de existência do ser. Para Heidegger (2000), o “pensamento meditante” se coloca como alternativa ao “pensamento calculante”, de caráter dominante e representacional. O pensamento calculante, também chamado pelo autor de “indigência do pensamento”, põe em risco a própria existência humana na medida que também põe em risco a possibilidade de pensar, já que busca percorrer caminhos ditos mais objetivos e práticos do ponto de vista tecnológico-científico. Poderíamos dizer que a base sobre a qual a Psicologia emerge e se estrutura enquanto disciplina científica obedece a essa tendência mais objetivada.

No texto *A questão da técnica*, Heidegger (2001a) procura revelar a essência da técnica a partir de duas concepções básicas: uma antropológica, que concebe a técnica como uma construção do homem, e outra instrumental, que aponta a técnica como instrumento. O teórico pensou a técnica como um modo específico de experiência da realidade, considerando a natureza como fundo de reserva para extração, tal que, sem essa configuração seria impossível a experiência do ser na realidade. Trata-se de uma reflexão sobre o horizonte histórico de sentidos em que estamos inseridos hoje, atravessando todo território existencial e produzindo imbricações sobre a existência do homem.

Próximo ao que nos diz Heidegger (2001a) quando fala sobre técnica e pensamento calculante, identificamos algumas possíveis correlações nas colocações de Georg Simmel (1987) em seu texto *A metrópole e a vida mental*. O autor demonstra com clareza e coerência como as especificidades do espaço urbano incidem sobre a vida de seus habitantes, utilizando como método de compreensão desses fenômenos uma análise sociopsicológica da cultura, das correntes sociais e da técnica para investigação dos ajustamentos que se dão na personalidade mediante as

exigências do *socius* e os efeitos dessas produções sobre o psíquico. Massimo Canevacci (1993), por sua vez, em suas pesquisas e experiências na cidade de São Paulo, nos mostra como a multiplicidade de estímulos que atravessam o espaço urbano, da mesma forma e intensidade, invadem os estados psicológicos de seus habitantes.

As reflexões desses autores sobre o assunto nos dizem que a cidade não irá apenas exercer uma influência secundária sobre a vida de seus habitantes, mas modifica a vida mental, exigindo e apontando novas referências. A gravidade na vida da metrópole irá exigir ainda novos arranjos ao indivíduo para que ele possa manter uma relativa autonomia e individualidade, tendo em contrapartida os vetores histórico-culturais e os efeitos dos mecanismos da era da técnica. Segundo Simmel (1987), a base sensorial da vida psíquica na cidade é imersa em um emaranhado de imagens nunca estáticas, que convergem sempre em injunções e descontinuidades apreendidas pelo olhar que capta essas impressões de um todo híbrido. Essas impressões exigem uma conscientização crescente para protegê-las das ambiguidades de caráter ameaçador do meio externo, implicando um tipo de consciência especificamente desenvolvida para a adaptação do indivíduo. O autor também destaca a variabilidade e a complexidade das relações da vida metropolitana e as especificidades oriundas da multiplicidade e da ordem econômica como exigências de um tipo de atitude calculista, que se alinhe com a esquematização funcional da lógica exterior. Os objetos, as coisas e os outros homens são destituídos de sua alma e valor por essa tendenciosa intelectualidade que opera no espaço um distanciamento das formas materiais e do homem, que passam a ser vistos como triviais. Essa racionalidade da metrópole, que vê no homem a possibilidade do ser como uma variável passível de compor a equação espacial, é indiferente em si e pauta as relações humanas como um grande negócio.

Embora essas especificidades estejam veiculadas diretamente às atividades desenvolvidas no ambiente, irão suprimir os impulsos que objetivam ordenar a vida de acordo com razões subjetivas e internas, onde quem passará a assumir o controle e a gestão dos modos de vida serão os equipamentos técnicos que movimentam a grande cidade. Esses esquemas determinarão um estilo de vida que produz um tipo de homem que reage perante o mundo, as cidades e as sensorialidades, com uma espécie de consciência mais elevada, insensível, que desenvolverá um tipo de intelectualidade para lidar com os acontecimentos e com os fenômenos da cidade. O indivíduo metropolitano tende, então, a reagir “com a cabeça, ao invés de com o coração” (SIMMEL, 1987, p.13). O resultado dessa exigência calculista e exata sobre o indivíduo inaugura um tipo de comportamento humano, denominado por Simmel de “atitude blasé”. Uma espécie de perda ou incapacidade de reagir aos estímulos e às sensações que a vida metropolitana desperta e que gera certo sentimento de estranheza. Acompanhando a descrição dessa atitude, sem perder de vista o seu caráter sociopsicológico, afirma-se que:

A essência da atitude blasé consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa blasé num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada (SIMMEL, 1987, p.16).

As grandes cidades e os estilos de vida presentes em seus modos materializam-se como matrizes dessa atitude, que funcionam como potentes estimuladores. Não poderíamos carac-

terizar a “atitude *blasé*” como um tipo de “má consciência” ou egoísmo. O indivíduo torna-se *blasé* porque o corpo não suporta a desproporção entre interior e exterior e, como recurso para o desvio dessa intensificação psíquica, ocorre uma recusa que tende a uma desvalorização do mundo objetivo – desvalorização que funciona como um dispositivo de autopreservação. Alguns indivíduos optam por adotar uma atitude mais introvertida que Simmel (1987) chama de reserva. O outro que senta ao lado no ônibus na volta para casa, o vizinho que mora ao lado ou as pessoas que dividem a mesma calçada lhe são indiferentes. “A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada” (SIMMEL, 1987, p.18). Nesse sentido, a indiferença que produz as distâncias e que ao mesmo tempo pauta os modos de vida na metrópole irá compor um estilo tipicamente metropolitano de viver, que instaura o paradoxo de um movimento de socialização com base em um modelo dissociativo. São criados verdadeiros abismos que não permitem a criação de uma rede de relacionamentos mais significativa, ou que tenha mais sentido pessoal, o que traz a esse indivíduo metropolitano uma imensa solidão, mesmo diante de uma multidão de pessoas e da imensidão de estímulos que atravessam esses espaços.

Tanto Simmel (1987) quanto Sennett concordam e tangenciam suas discussões em torno das modificações tecnológicas que compõe a esfera urbana e as relações com o corpo do homem ocidental. Nesse mesmo sentido, Heidegger (2001a) caracterizou como superficial e atordoada essa ambiguidade do homem moderno diante de sua realidade.

[...] vivemos numa época estranha, singular, inquietante. Quanto mais a quantidade de informações aumenta de modo desenfreado, tanto mais decididamente se ampliam o ofuscamento e a cegueira diante dos fenômenos. Mais ainda, quanto mais desmedida a informação, tanto menor a capacidade de compreender o quanto o pensar moderno torna-se cada vez mais cego e transforma-se num calcular sem visão, cuja única chance é contar com o efeito e, possivelmente com a sensação (HEIDEGGER, 2001a, p.101-102).

Segundo Sennett (2008), uma das marcas da cidade do século XIX é uma forte tendência ao individualismo. O projeto urbanístico das cidades, favorecendo a velocidade e uma melhor locomoção do corpo no meio urbano, fez com que a relação do corpo perdesse o sentido de pertencimento ao lugar, desenraizado pela velocidade da locomoção. Isso de certa forma rompeu com a noção de um senso de pertencimento social, onde assume certo sentimento da existência de si desvinculada dos sentidos e do convívio público. “Juntos, individualismo e velocidade amortecem o corpo moderno; não permitem que ele se vincule” (SENNETT, 2008, p.265). Para o autor, a história do homem segue, através dos séculos, entrelaçada à história das cidades e do mundo, como um campo de possibilidades constantes de mutações e novas atribuições de papéis e de significados ao homem e a sociedade. São essas mesmas condições técnicas que Simmel (1987) nos conta que determinam e continuará a determinar, com sua poderosa rede de significações, todo invólucro da vida mental do homem. Nossas intenções apontam para a importância da análise das repercussões desses fatos sobre a cidade e a subjetividade e, nos apela pela problematização da postura da clínica psicológica diante dessas questões.

O “pensamento meditante” – base da compreensão fenomenológica Hermenêutica de Heidegger – ao contrário do “pensamento calculante”, rompe com o horizonte do cálculo, ao contrário, propõe um novo enraizamento. Os artifícios da técnica, do “pensamento calculante”, rompem com as raízes as quais originaram nossa civilização, afastando o homem de suas

referências ancestrais, substituídas por uma compreensão do real baseada no controle e na mensuração. Como afirma Heidegger (2000),

o pensamento meditante exige de nós que não nos fixemos sobre um só aspecto das coisas, que não sejamos prisioneiros de uma representação, que não nos lancemos dentro de uma única via, dentro de uma só direção. O pensamento meditante exige de nós que aceitemos nos deter sobre as coisas que à primeira vista parecem irreconciliáveis (Heidegger, 2000)

Nesse sentido, a perspectiva fenomenológico-existencial enquanto espaço de meditação, é entendida como abertura à reflexão que se distancia da linguagem técnica e calculante que constitui o modo talvez mais comum do pensamento da medianidade bem como do ponto de vista da Psicologia em suas vertentes clínicas mais tradicionais. Em relação à técnica, Heidegger (2000) propõe uma via de meditação que aponta para um modo de abertura que designa como *Gelassenheit*, palavra traduzida para o português como “serenidade”. No contexto da obra, o conceito explicita uma “uma postura em que a alma se coloca igualmente aberta e desapegada em presença de todas as coisas”. Para ele, através dessa disposição de “serenidade” torna-se possível dizer sim e não simultaneamente à técnica moderna (SÁ, 2002). A serenidade, perante a técnica, permite ao homem uma abertura para sair da condição de fascínio que a técnica oferece e, a saber dizer “sim” ou “não” ao seu uso circunstancialmente inevitável. É o “pensamento meditante” que irá buscar a experiência de sentido.

## Considerações parciais

A principal ocupação dessa pesquisa objetiva contribuir para uma Psicologia que encontre na clínica sua aplicabilidade para a vida humana vinculada a cidade e ao mundo. Uma clínica psicológica que assuma sua inflexão com o mundo vivo, que produza outros dispositivos e posturas que não se restrinjam somente ao *setting* terapêutico em sua forma tradicional. Isso, de certa forma, envolve rediscutir e incluir a cidade como também foco e objeto de análise da Psicologia.

Outra intenção desse trabalho é pensar de forma crítica sobre essa modalidade específica da clínica contemporânea, que não considera os acontecimentos do mundo e as formas do habitar humano que surgem no tratamento clínico e não encontram espaço de expressão; sobre os jogos de verdade presentes na constituição dessa clínica, que lhe fornecem sentidos e que legitimam essa visão; sobre estar atento aos sentidos que atravessam as cidades, que se permite escutar essa psique exteriorizada. Em resumo, analisamos e criticamos aqui o *modus operandi* dessa clínica psicológica intimista e inerte em seu modo privado da sensibilidade das experiências que se fazem do/no mundo.

O desafio posto é o de assumir uma forma de compreensão da existência do ser que realmente consiga superar essa dicotomia. Dessa forma, a direção do cuidado clínico não seria cuidar do sujeito ou cuidar do mundo, cuidar da alma seria simultaneamente cuidar desse *ser-no-mundo-com-o-outro*. A perspectiva fenomenológico-existencial nos auxilia nesse trabalho quando amplia as perspectivas com relação ao ser em um horizonte de sentidos existenciais mais coerentes com as formas e os enraizamentos históricos do habitar humano.

Quanto às cidades, vemos na busca sobre seus sentidos uma história que não é somente individual; é também a existência de si, é a existência do mundo. Pensando dessa forma, avistamos



uma possibilidade de reapropriação e de articulação com sentidos que se estabelecem nessa relação originária de copertinência. As relações do homem com a cidade – do ser-com-o-mundo – constituem o próprio campo de relações do que o homem é em sua existência e, nos desvela a dimensão dos acontecimentos da vida. Elas nos contam mais do que meramente enunciados visíveis aos olhos e desenhos objetivados. Sua temporalidade nos revela um movimento constante da vida humana e social que continua a desenhar não somente seu entorno geográfico, mas que nos diz sobre os enraizamentos históricos do *ser-no-mundo*.

Quem conhece melhor as almas urbanas, conhece as almas humanas  
(Luis Antônio Baptista)

## Referências

- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Serenidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001a.
- HEIDEGGER, Martin. **Seminários de Zollikon**. Petrópolis: Vozes, 2001b.
- HILLMAN, J. **Cidade e alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- HILLMAN, J.; VENTURA, M. **Cem anos de psicoterapia...e o mundo está cada vez pior**. São Paulo: Summus, 1995.
- JOSEPHSON, S. C. Espaços Urbanos e Estratégias de Hierarquização. In: EIRADO, A. et. al (Orgs.). **SaúdeLoucura** nº 6. São Paulo: Hucitec: 1997.
- MICHELAZZO, J. C. **Daseinsanalyse e “doença do mundo”**. Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse, nº10, 2001, p.47-71.
- SÁ, R. N. **A psicoterapia e a questão da técnica**. Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia vol. 54, n. 4, 2002, p. 348-362. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFRJ/ Imago.
- SÁ, R. N. As influências da fenomenologia e do existencialismo na psicologia. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F.T. (orgs). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro. Nau, 2006.
- SENNETT. R **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. **The Conscience of the Eye: the design and social life of cities**. London: W.W. Norton & Company Inc., 1992.
- \_\_\_\_\_. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

# **EIXO 2**

## **1º lugar - Categoria Estudante**

# Um encontro e várias problematizações: escrita dos desassossegos acerca da questão da “deficiência”

*Adrielly Selvatici Santos, graduanda pela UFF*

## Resumo

O presente trabalho é fruto de uma experiência de estágio na Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e conta um pouco desse percurso, além de discutir as questões que emergiram em três partes. Na primeira parte é realizada uma visita à história afim de desvelar os discursos/práticas dos produtores de uma subjetividade pautada na normalização da vida. Depois, faz-se um mergulho nos conceitos de vida, normalidade, doença e saúde, trazidos por Canguilhem na obra *O Normal e o Patológico*, para se pensar a conceituação de “pessoa deficiente”, proposta pela Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O terceiro momento, por sua vez, traz reflexões acerca de uma aposta ética da presença.

**Palavras-chave:** : Deficiência. Ética. Normatização. Normalização.

## Introdução

Discursos/práticas acerca da Deficiência foram se constituindo de diferentes formas no decorrer da história. O modo como determinada sociedade lida com suas questões é produzido pelas relações e valores criados a partir de seus processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Desse emaranhado configuram-se formas provisórias de semiotização das problemáticas, denominadas por Guattari e Rolnik (2010) de processos de subjetivação: “[...] sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI E ROLNIK, 2010, p. 35). É importante ressaltar o caráter provisório das mesmas, pois, quando se fala em processos de subjetivação, lida-se com movimentações, construções e desconstruções de territórios existenciais que ocorrem no tempo e no espaço.

A história da deficiência vai se configurando já no início da Idade Moderna pela identificação dos “monstros”. No período do século XVI, a monstruosidade estava ligada à questão da raridade, a tudo que fosse desconhecido, e sua causa tinha a ver com a glória ou a ira de Deus. Pouco mais tarde, no século XVIII, foi-se formulando um trato vinculado ao desvio das leis da natureza. Essas irregularidades aconteciam a partir de coitos antinaturais ou até mesmo por uma força imaginativa das mães durante a gestação. Ainda neste momento, os desvios e raridades não se associavam a uma ideia de ameaça a tara hereditária da sociedade, como foi, mais tarde, no século XIX, quando foram criados instrumentos e estabelecimentos de reclusão com práticas ortopédicas no intuito de banir as “perturbações” ao que estava regulamentado (LOBO, 2008).

Nos séculos XX e XXI, no entanto, pode-se perceber discursos/práticas pró-inclusão dos indivíduos tomados como deficientes. Os movimentos sociais foram ganhando força e suas reivindicações por efetiva participação política e cultural dos “antigos excluídos”, por suas características diferentes, passaram a ser temas de debates em órgãos importantes no mundo, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Tratados foram assinados e leis e programas de governo foram criados com o intuito de que os direitos humanos dessa população fossem garantidos.

Em 2007 foi promulgada no Brasil a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, lançada com o propósito de “promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade” (BRASIL, 2007), apresentando a definição de “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2007). A conceitualização trazida pela Convenção nos dá pistas do modo de subjetivação em torno da questão da deficiência quando apresenta em sua redação três palavras que podem ser usadas como sinônimas: “impedimentos”, “barreiras”, “obstruir”. Esses termos possuem um sentido negativo, com um direcionamento para aquilo que não se pode, evidenciando uma parte faltosa. O que se cria como entendimento, por sua vez, faz-se a partir do que Foucault (1979) denomina relações de poder. Essas são múltiplas, atravessam, caracterizam e constituem o tecido social, funcionando pelas operações discursivas que, segundo o autor, também se referem a uma prática. Assim sendo, o processo de criação de sentido é sempre positivo mesmo tendo caráter negativo, ou seja, a ideia de falta não tem a ver com o fato de existir mesmo uma realidade faltosa, mas com certa produção subjetiva de “falta” como uma realidade possível.

A palavra “deficiência” é efeito de discursos/práticas produtores de certo sentido deficitário, bem como uma ferramenta que ratifica essa construção, como nos traz Santos (2012), que discute “os sentidos dicionarizados de deficiência”. Segundo a autora, “podemos dizer que o funcionamento da palavra *deficiência* é marcado pelo memorável da enunciação, da etimologia quando mobiliza as acepções *insuficiência, falta, fraqueza, limitação, incapacidade*” (SANTOS, 2012). Assim, surge uma questão quanto aos efeitos político-subjetivos e aos discursos/práticas criados sobre o dito “portador de deficiência”, já que essas maneiras de qualificação também falam de modos de atuação no trato das questões ligadas à deficiência, estando presente nos programas de governo, nas leis, nas intervenções, bem como nas relações mais informais. Pois acredito, servida de Foucault (1979), que discurso e prática são indissociáveis, ou seja, os discursos são produtores de realidades.

Tais questionamentos advêm de uma experiência de estágio na Unidade de Educação Infantil da UFF, com uma criança “portadora de múltiplas deficiências”. A experiência de um ano e meio é perpassada por momentos-chaves que guiarão a construção dessa escrita. Um primeiro episódio diz respeito a minha adesão a uma demanda hegemônica, que ilustro pela seguinte situação: “entregar uma pasta cheia de tarefinhas para a mãe”. Outro apresenta um acontecimento produtor de desvios no processo de adesão ao qual estava inserida: “a mordida marcou para mim um limite e, nesse momento, vi sua potência”. Por fim, a possibilidade de pensar meus modos de fazer, produzindo uma postura diferente daquela com a qual iniciei o percurso: “proponho uma postura ética na possibilidade, que vai ‘pintar’ uma paisagem com o pincel e tinta que tem”.

Para discutir essa trajetória, tomarei a deficiência não como algo natural, mas como “acontecimento”, conceito proposto por Foucault (2008), podendo ser entendido como “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada” (FOUCAULT, 2008, p 28). Ou seja, um acontecimento é aquilo que gera rupturas nas formas concretizadas e abre um campo para a produção de novas relações. Isso implica assegurar à deficiência sua historicização, admitindo que, no mesmo momento em que surgiram certos cuidados com ela, começaram a engendram-se não só os sentidos que hoje lhe atribuímos como a preocupação com seus destinos (LOBO, 2008). Afirmar o caráter construtivo da deficiência significa “questionar-se acerca das condições que nos permitam, de acordo com regras de estabelecimentos de verdades e erro” (LOBO, 2008, p.21), reconhecer o sujeito portador de deficiência como aquele possuidor de impedimentos que obstruem uma “participação plena” na sociedade, tal como traz a Convenção”. Mas, o que seriam esses impedimentos e de que participação plena está se falando? Qual o modo de conceber a vida em jogo quando se afirma uma forma padrão saudável de existir? O que se pretende com essa modelização da vida e em que contexto ela se tornou uma aposta social?

A partir das inquietações apresentadas, pretendo – através de análise de textos, do relato da experiência na creche universitária e do estudo de teses – problematizar algumas questões que circunscrevem o campo da deficiência. Para isso, traçarei um percurso que buscará cartografar<sup>1</sup> os discursos/práticas criadores e ratificadores de certa normalização da vida e pensar as contribuições da obra *O normal e o patológico* de Georges Canguilhem a essa problemática.

## Sombra do que não pode ou do que ainda não está conforme

Cheguei na creche e ele estava ‘apagado’ na cadeira. Depois acordou e espalhamos tatames, chocalhos, macarrão e ele começou a interagir muito. Era uma criança com baixa visão, que não andava, não falava, e que tinha espasmos musculares constantes, acompanhados de crises de ausência.

Esse é o relato da primeira vez em que vi a criança que ficaria sob minha responsabilidade. Olhei para tudo o que ela não fazia e para as características que dificultavam o curso das ações e surgiram alguns questionamentos: O que eu faço? Qual será o meu trabalho? Como vou incluí-la nas atividades do grupo de crianças com tanta dificuldade apresentada? Fui desenvolvendo com ela e com o grupo alguns “projetos de sensações” para explorar os diversos modos de perceber o mundo, provocar/disponibilizar conversas com as demais crianças para pensarmos os estranhamentos que o encontro com o diferente causava, fazendo contações de história mais sonoras, etc. Mas, junto a essas ideias mais amplas, uma sombra me acompanhava. A denomino “sombra do que não pode” ou “daquilo que ainda não fazia conforme”, como pegar um lápis de cor e pintar o papel ao invés de colocar na boca, fazer bonecos de massinha, colar papeis. O fim do semestre se aproximava e eu entregaria uma pasta quase vazia para a

---

<sup>1</sup> Cartografia é um método de pesquisa proposto por Felix Guattari (2010), no qual é fundamental o traçado do plano problemático. Este se constitui a partir da concepção que pensa o processo do viver como campo de forças, linhas que, ao se encontrarem/emaranharem, tem por efeito processos de subjetivação. Daí, então, a possibilidade de cartografar os traçados que constituem certas configurações sempre provisórias. O pesquisador que utiliza esse método precisa estar atento às costuras, aos pontos problemáticos, pois, segundo Kastrup (2008, p. 470-471): “o ponto problemático é um ponto sensível, ponto de bifurcação. Ele revela com nitidez a complexidade do conceito problema, que significa tanto obstáculo e complexidade, quanto experiência de problematização, ponto de abertura e reativação do processo de invenção”.

família. Isso foi gerando um desconforto em mim e, além de trabalhar as múltiplas formas de expressão (tato, sons, gestos) da criança, comecei a tentar corrigir algumas nuances apresentadas: “O lápis é no papel e não na boca!”. Entretanto, de que demanda me falavam essas sombras? De que tratava essa vontade de incluir deixando igual?

Estas indagações despertaram o interesse em investigar os diversos vetores que se entrecruzaram no correr da história e que tiveram como efeito a formulação do deficiente tal qual apresentada na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. É um pouco desse percurso que apresentarei, uma vez que pretendo pensar o processo de constituição dos sentidos negativos, de “falta” e “déficit” dos discursos em torno dos ditos “portadores de deficiência”, os quais aparentemente se dão em um contexto não simplesmente “da diferença, mas da desigualdade social. Ou melhor: da diferença sempre reduzida à desigualdade e, quando manipulada pelos ideais de igualdade, laminada pela normalização” (LOBO, 2008).

Para apreender melhor essas construções, faz-se importante pensar a passagem da Idade Medieval à Clássica. Solicito, então, algumas observações trazidas por José Carlos Rodrigues em *O Corpo na História* (1999). Segundo o autor, essa passagem se dá do amalgamento para a fragmentação. No período medieval quase tudo era de domínio público, seriedade e riso se apresentavam ao mesmo tempo no espaço sacro, mortos e vivos conviviam nas festas realizadas em meio às covas – uma cultura com aspectos de mistura. A Idade Clássica, por sua vez, foi constituindo um processo de separação e desmembramento dos destinos, dos tratos, dos espaços, do conhecimento, do corpo e da alma. Ela se deu, antes de tudo, “pelo aparecimento de esferas, mais ou menos, autônomas, nas quais supõe residirem experiências relativamente independentes” (RODRIGUES, 1999).

Nesse trânsito, configura-se certa repulsa às misturas e, com isso, um desejo de ordenação. Pretende-se, na conformação moderna, “destinar para cada modo de vida, para cada tipo de ser, para cada condição social, para cada forma de atividade, para cada função social, um lugar específico e um tempo predeterminado” (RODRIGUES, 1999, p.111). Neste processo, segmentos foram deslocadas de maneira que os bairros das populações pobres, ainda mais profundamente envolvidas pelas mentalidades e sensibilidades anteriores, fossem afastados dos quarteirões destinados às elites e a palavra “limpo” começou a adquirir conotações morais, significando distinção, elegância e ordem. A limpeza e a organização das coisas tornaram-se indicadores da higiene da alma e, crescentemente, admitiu-se que um povo limpo era também sensato e disciplinado. Fez-se necessário, então, retirar o lixo, os restos mortais, os cacoc. Foi preciso identificar, retirar e/ou corrigir tudo aquilo que recorde sujeira, desordem, uma possível perturbação no complexo produtivo. Com o lixo e os mortos, também foram banidos, de certo modo, os pobres, os desviantes e os doentes.

Retidão, limpeza, conformidade e utilidade inscreveram-se no cenário moderno como bens sociais importantes ao fazer frutífero do capital, a partir dos quais serão constituídas as leis, as técnicas de intervenção médicas e educacionais, as formatações industriais, os estabelecimentos prisionais e hospitalares. Toda a aparelhagem física e discursiva foi composta para ratificar esses ideais. Assim, fez-se necessária a criação de estratégias de controle sobre os corpos, tempo e espaços para fazer funcionar o modo capitalista. A sociedade composta por esses elementos foi denominada por Foucault (2001) como “sociedade de normalização”.

Em seu curso *Os Anormais*, ministrado no *Collège de France* no período de 1974-1975, Foucault fez uma exposição acerca da emergência das técnicas de normalização na sociedade

Clássica. O autor descreveu dois modelos nos quais essas práticas se tramaram: o da exclusão do leproso e o da inclusão do pestífero. Ambos dizem respeito às experiências de normalização, no entanto explanam caracterizações diferentes, sendo a segunda uma certa sofisticação da primeira.

O modelo de exclusão do leproso, datado no século XVII, tratou-se de uma prática em que “o indivíduo é expulso para purificar a comunidade” (FOUCAULT, 2010, p. 55). Este começou a surgir como um dos efeitos das práticas higienistas de purificação do espaço urbano, feitas a partir de uma identificação e retirada dos loucos, monstros, doentes da cidade para locais isolados e completamente controlados com a função de não deixar que houvesse uma mistura e conseqüente provocação de desordem. Aqui, uma vez que se recebia o estereótipo, com ele se permanecia por toda vida. Já o modelo de inclusão do pestífero começou a se configurar ao final do século XVIII, e não se tratava de uma marcação definitiva de uma parte da população, mas do exame perpétuo de um campo de regularidade no interior do qual se avalia sem cessar cada indivíduo para saber se está conforme à norma de saúde definida. Não era o caso de expulsar, mas de estabelecer, fixar, definir presenças e nuances, aproximar-se delas, conhecê-las em suas singularidades. Como diz Foucault (2010), a prática de inclusão do pestífero trata-se de “[...] um processo de individualização, por conseguinte, divisão e subdivisão do poder, que chega a atingir o grão fino da individualidade” (FOUCAULT, 2010, p.57).

O trato com a peste tinha a intenção de produzir saúde e alongar a vida da população e não simplesmente purificar uma parcela da comunidade sadia. As ações eram positivas, de inclusão, formatação e formação de saber, enquanto aquelas sobre a lepra eram de cunho negativo, de rejeição e exclusão (FOUCAULT, 2010). Ambos os modelos diziam dos cuidados da Idade Clássica com aquilo que era visto como ameaça à estrutura social-política-econômica. Ambos tinham a intenção de instaurar e/ou preservar certa regularização social. Ressalto os dois, pois, apesar de o modelo da peste ser hegemônico, ainda encontramos nessa época muitos mecanismos de exclusão. O surgimento do modelo da peste não supera o modelo da lepra, ele é uma sofisticação das práticas de disciplina e enclausuramento do século XVII, mas herdeiro da mesma.

O que o século XVIII instaurou mediante o sistema de disciplina para normalização, [...], parece-me ser um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo – a repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que criam, mecanismos que produzem (FOUCAULT, 2010, p. 64).

A partir disso, foi se constituindo todo um aparato normalizador para garantir uma ordem social produtiva. Mas como ele funciona? A partir de que se instaura? Canguilhem (2011), na segunda parte de seu livro *O Normal e o Patológico*, vinte anos depois de sua primeira tese mais voltada à biologia e à fisiologia, traz algumas contribuições para pensar o processo de normalização na sociedade moderna. Segundo o autor, o próprio termo “normal” passou para a língua popular e se naturalizou a partir de vocabulários específicos da instituição pedagógica e sanitária cujas reformas coincidiram sob a ação da Revolução Francesa. Essas reformas, já mencionadas no início do artigo com Rodrigues (1999), expressaram certa exigência à racionalização que se manifestou tanto na política, quanto na economia, sob influência de um maquinismo industrial nascente.

A hegemonia da razão é tradicional do pensamento cartesiano, o qual se caracteriza por ser dualista, tendo o pensar/saber/conhecer a soberania sobre algo estrangeiro que está

para ser conhecido, observado e medido. Esta cisão entre pensamento e corpo, o saber e o sabido, também reverbera no processo de fragmentação da sociedade moderna. Além disso, essa concepção alicerça o modo de produção de conhecimento científico positivista, o qual será o modo de excelência nas práticas de pesquisa, seja nas áreas exatas, biomédicas ou humanas. A ciência positivista busca a previsibilidade dos fenômenos, procura investigar o que é regular neles, suas verdades, sendo tudo o que foge/desvia à verdade preestabelecida visto como erro. Por exemplo, o corpo humano “normal” possui uma quantidade de membros, órgãos, sinapses, etc. Qualquer organismo que nasça fora dessa moldura ou funcione de forma estranha será visto como um equívoco.

A pergunta que se faz é: o que o organismo desviante está equivocando? Afirmo, afetada pelo pensamento de Canguilhem (2011), que esse organismo equivoca o normal enquanto padrão, resultado de prevalência do igual. Este valor surge como consequência de uma escolha e de uma decisão exteriores ao objeto assim qualificado. Por essa razão, retornei anteriormente ao modo cientificista de produção de conhecimento já que esse parece produzir as constantes normais. Neste enredo, a normalização é processo de instauração de fatos padronizados, os quais são tomados como referencia em relação a objetos ainda à espera de serem qualificados. A normalização é expressão de exigências coletivas cujo conjunto define, em determinada sociedade histórica, seu modo de se relacionar com aquilo que considera seu bem particular (CANGUILHEM, 2011). Desse modo, “normalizar é impor uma exigência à uma existência” (CANGUILHEM, 2011, p. 189), sendo o desvio qualificado de forma negativa. “A normalização é considerada como uma solução para evitar a confusão dos esforços, a singularidade das proporções, a dificuldade e a demora da substituição de peças, a despesa inútil”. (CANGUILHEM, 2011, p. 194)

Retorno agora às questões formuladas no início deste ponto: De que demanda me falavam essas sombras? De que tratava essa vontade de incluir deixando igual?

Ao chegar ao final do primeiro semestre, quando entregamos aos pais relatórios sobre a criança e a pasta das atividades delas, percebi que a pasta da criança que eu acompanhava estava quase vazia. Aquilo gerou em mim um desconforto. Logo a pasta dela vazia? Essa questão me remeteu ao primeiro olhar que tive, em que ela já se apresentava em um patamar diferente e “menor” que as demais crianças. Como, nessas condições, entregaria uma pasta quase vazia? Aparentava que eu não conseguia realizar o meu trabalho. E o que era “conseguir” nesse contexto das sombras? Era responder a uma demanda hegemônica do que é uma criança de pré-escola e, além disto, demonstrar e atestar o funcionamento de um processo educativo. Foi curioso que, apesar desta Unidade de Educação Infantil não trabalhar neste viés produtivista, não me vi livre do mesmo. Esse vetor atravessou o processo e, de alguma forma, “grudei nele”.

Não ter os registros do resultado final me fez, por instantes, esquecer o processo: reconhecer a escova de dente, segurar e escovar sozinho, os sorrisos e a dança nas canções preferidas (sapo, capelinha de melão) e o dia do celofane azul companheiro, barulhento, mordido, amassado, bem curtido. A pasta vazia era tudo o que via. Então, antes que a entregasse assim, comecei a tentar enchê-la: “Lápis no papel, na boca, não! Tinta no papel, na boca, não!” Estava capturada por uma organização, por aquilo que deve ser. Entrei na “onda” da normalização.

Um dia, no entanto, aconteceu, depois da rotina de “engordar pasta”, uma mordida dolorida de quase arrancar pedaço. Uma não, duas! Pude fazer a próxima pergunta: No que essa criança está se equivocando no modo como se apresenta ao mundo? O que ela está apresentando? Parece que equivoca um processo de subjetivação que pretende regulamentar um ideal de

vida e saúde. Equivoca o esperado do “ser criança”, os estágios do desenvolvimento. Equívoco é sinônimo de erro e a diferença enquanto erro/deficiência está arraigada a certos discursos/práticas que foram se produzindo a partir do século XVII. Desse modo, reformulo a pergunta: Esta existência interroga seu ambiente, meus pressupostos, a normalização?

O “acontecimento mordida” permitiu-me olhar e trabalhar com minúcias que, apresentadas pela criança, ficaram mais acentuadas, possibilitando ver as imagens perpassadas por seus tremores. Rompeu-se com o jogo de “um ou outro”, criando “um e outro”. Fui começando a entender a vida e o vivo como um emaranhado em fluxo de diferenças que estão sempre em processo de afirmação a partir das condições em que se definem. Utilizando a metáfora das duas lentes (focal e multifocal), trago ao menos duas concepções de vida e é sobre elas que falarei agora. Antes, no entanto, gostaria de lançar a observação de que a separação entre momentos é puramente didática: na realidade, me via oscilando nos modos de sentir e praticar.

## Um olhar acostumado a uma imagem congelada

A primeira lente é unifocal. Com ela, vê-se o processo da vida de forma direcionada e linear, obtendo um sentido específico, que segue certas fases. Isso remete àquela história que se ouvia e se ouve na pré-escola: “a gente nasce, cresce, se reproduz e morre!”. Um ciclo de vida esperado para os seres, que obedece a uma sucessão temporal de acontecimentos. Não anseio negar que esses fatos ocorram no processo da vida, mas quero colocar em questão o caráter de obrigatoriedade das etapas, seguidoras de um tempo cronológico instituído. Quais discursos/práticas legitimaram e legitimam essa linearidade evolutiva por fases?

Com o Renascimento, a partir do século XVI, há um deslocamento de foco de Deus para o homem. A figura onipotente de um Deus criador e mantenedor sofre um desbotamento e o homem torna-se senhor de seus atos, dono do saber, detentor de propriedades privadas e sujeito das decisões políticas e econômicas. Vai se conformando, aos poucos, um centralismo no ser humano e nas crianças como seu futuro. Nesse processo, que foi dando solo as revoluções burguesas do século XVII e XVIII, maquinou-se um grande campo de saber, as ciências humanas, com intuito de investigar o homem em suas relações: sociedade, política, trabalho, economia, arte, religião. Num primeiro momento, esta nova ciência utilizou a maneira de conhecer inspirada pelo Positivismo – “produtor e produto” de certo individualismo – forma de conformação dos indivíduos em “unidades serializadas, registradas e modeladas” (GUATTARI; ROLNIK, 2010, p.88). “Produtor e produto” pelo entendimento de que não foi o Positivismo que fundou o indivíduo. Essa conformação vem se construindo desde o século XVI, sendo um fruto da Modernidade. O movimento positivista, no entanto, é “produtor” na medida em que ratifica esse modelo em suas práticas. Por essa maneira de conhecer, marca-se uma separação do humano com as coisas do mundo, tendo como efeito “o indivíduo” possuidor de uma forma própria sem interferir e/ou sofrer interferências no/do que lhe é exterior – como se existisse independente do ambiente que o cerca e vice-versa. Assim, as Ciências Humanas engendram-se em meio a práticas discursivas e não discursivas que criaram/criam um “modo homem” – centro dos saberes e fazeres – envolvido em processos de totalização e individualização homogeneizadores.

A Psicologia foi mais um desses campos de sapiência sobre o humano que surgiu nessa época e partiu de seus teóricos que interessaram-se pelo desenvolvimento desse homem uno,

central, senhor. Influenciados por um pensamento de evolução pela superação, alguns estudiosos do desenvolvimento conceberam a constituição do indivíduo por estágios. Em cada etapa surgem características novas e esperadas, correspondentes àquele período instituído correspondente, sendo que, na passagem de uma fase para a outra, pode ter resquícios da anterior, o que não é nenhum problema se essas características permanecerem por pouco tempo ou se forem menos prevalentes. Acontecendo uma demora, uma aceleração muito acentuada e/ou uma permanência forte de sinais da antiga fase, faz-se necessário uma investigação, pois isso é indicativo de um erro no desencadeamento do processo.

As primeiras teorias desenvolvimentistas formularam uma série de comportamentos ideais para momentos específicos, os quais obedecem certa cronologia. Percebe-se, nesses estudos, o controle de três variáveis: tipo-comportamento, etapa, duração. Para isso, os teóricos observaram suas amostras e delas colheram fatores comuns – mais prevalentes – de onde retiraram um valor padrão. Destaco os saberes e as práticas que se produziram em torno do viver humano, os quais, em determinada ocasião, enquadraram os processos da vida em ductos. Estes possuiriam um lugar de entrada e outro de saída, onde qualquer furo que apareça no meio e que faça transbordar a água seja visto como um problema.

Isto posto, pode-se relacionar o modo de pensar a vida, trazido por essas teorias, a uma linha de montagem *fordista*, composta por uma esteira, que passa por várias alas. Cada ala corresponde a um momento da montagem: em uma se coloca a peça central, na outra os parafusos, depois estes são apertados e assim por diante. A esteira possui uma velocidade constante e o objeto que está sobre ela tem um tempo certo para passar pelas etapas correspondentes. Esse é um apanhado grosseiro e geral dos primeiros estudos do desenvolvimento, uma vez que suas observações possuem outras nuances. Meu objetivo é pôr em cena o modo de pensar que opera esse processo, pois é a lógica do desenvolvimento humano ocorrendo da seguinte maneira: fecundação-gestação (nove meses); bebê (até um ano); criança (de um a onze anos); adolescência (doze a dezoito anos); adulto (dezoito a quarenta anos); maturidade (quarenta a sessenta anos) e; idoso (sessenta para cima). Cada fase tem um conjunto de acontecimentos essenciais para a formação de um indivíduo autônomo e saudável. Seguindo este raciocínio, Ford montou milhares de automóveis. É claro que, se no processo de montagem, o motor do carro for esquecido, tendo ele a única função de locomover pessoas, será um erro de produção. Mas se este funcionar como abrigo, brinquedo, cenário, ainda é legítimo tratá-lo como um equívoco?

Uma ressalva importante é fato das teorias desenvolvimentistas terem contribuições significativas e não serem em si mesmas normativas, apesar desse ter sido o modo como suas pesquisas foram capturadas. Ou seja, os pesquisadores acompanharam os processos em suas condições e direcionamentos para criar suas teorias. E, para receber reconhecimento de suas pesquisas como científicas, foram praticando um reducionismo. Os comportamentos observados foram destacados de suas condições de produção e transformados em norma universal, em parâmetros para análise de vidas que se expressam em outras condições e até mesmo em outros momentos históricos. É como se a lente unifocal agisse recortando parte da realidade e só se pudesse ver o resultado disso. E as sombras? As linhas soltas? As tremidas dos contornos?

Mesmo assim, não se pode negar que as postulações dessas teorias não sejam, de fato, o normal da amostra observada. Mas o normal naquelas condições e não como uma média. Canguilhem (2011), citando Ey, fala da noção de normal como uma noção limite que define o

máximo de capacidade dentro de determinadas condições, de valor e, não como uma média correlativa a um conceito ou como um julgamento de realidade.

Um ser vivo é normal em um determinado meio, na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio. Em relação a qualquer outra forma da qual se afasta, esse ser vivo é normal, mesmo se for relativamente raro, pelo fato de ser normativo em relação a essa forma, isto é desvalorizando-a antes de eliminá-la (CANGUILHEM, 2011, p.95-96).

Parece que no campo das Ciências Humanas, no que tange também às teorias desenvolvimentistas, a lente unifocal ganhou prevalência. Foi como se houvesse uma organização de tudo o que foi observado em certa imagem, com contornos determinados e cores certas e qualquer perturbação posterior, ao olhar a figura, produzisse um desconforto negativo: “algo não está certo!”; “não era retângulo, era quadrado!”; “está sem cor!”. Há um sentimento de nostalgia, efeito da aparição da imagem recente diferente da anterior fixada como a matriz. Como se a nova figura ferisse a própria vista e a lente unifocal a protegesse de tal agressão. Mas o que essa agressão diz sobre processo da vida que a lente unifocal, de alguma forma, exclui? Diz justamente da circunstância do curso do viver se fazendo entre seres e acontecimentos que diversificam o que está posto o tempo todo, sinalizando que se vive no mundo dos acidentes possíveis, onde tudo ocorre sob forma de acontecimentos que desestabilizam e ditam rearranjos.

A agressão flagra a infidelidade do meio em que se constroem os processos da vida, sendo justamente esse caráter que permite o movimento de devir/tornar-se/criar-se/“outrar-se”/diferenciar-se. O organismo vivo não vive em um meio regulamentado por uma ordem sem furos, muito pelo contrário, vive no fervor dos encontros.

Desse modo, ver o mundo e os processos da vida por um único foco é uma diminuição e um destaque de uma entre várias forças que os atravessam e não o descobrimento da verdade das coisas. Como afirma Canguilhem (2011), não se pode pensar a vida de maneira indiferente às condições em que se encontra, uma vez que esta é polarizada às variações do meio no qual se desenrola. Por esta concepção, o indivíduo seria mais um organismo efeito de processos que ocorrem em um meio infiel mutante do que uma unidade fechada, neutra e exterior ao mundo em que vive. A definição da imagem se dá a posteriori e é provisória.

## **Desacostumando o olhar, brincando de inventar imagens**

A lente multifocal, por sua vez, possibilita uma visão ampliada para além da figura. Uma lente que pode ver figura, sombra, curvas nos traços, pontilhados e vultos, que compõem e a desestabiliza a mesma, formando outras conformações imagéticas. Por esta lente é possível enxergar a vida em maquinação, em movimento de “criação de sentido e construção de modos de existir” (EIRADO, 2012), como um conjunto de peças que compõem engrenagens diversas. Seguindo esta corrente, Canguilhem (2011) apresenta uma concepção de vida como um processo com multidireções e formatações possíveis, não seguidora de uma unidirecionalidade. Por esse viés, o organismo não se encontra jogado em um meio ao qual ele tem se dobrar, ao contrário, estrutura seu meio ao mesmo tempo em que desenvolve suas capacidades de organismo. Sua deformidade não é vista como algo prejudicial à imagem, não é um ferimento

da estrutura, ao contrário, é um desvio potencial para criação de novas formas, um vetor que aponta para novas composições e construções. Por essa perspectiva, não cabe pensar na formação de um indivíduo por etapas certas a serem vividas, apesar das relações distintas em que se desenvolve. Não há como determinar previamente fases gerais pelas quais se deve passar, nem tampouco afirmar que o ocorrido de forma diferente se configura em erro.

Pode-se pensar o surgimento da categoria “deficiente” como efeito do uso da lente unifocal, como produto de uma perspectiva determinista tradicional de uma maneira de conhecer realista, segundo a qual toda generalidade é indício de essência. A definição “deficiente” se configura a partir de um padrão do que é ser humano saudável e com uma participação plena na sociedade. O deficiente é comparado a um modelo visto e fixo e, a partir desse, afirma-se: “Não anda!”; “Não enxerga!”; “Não fala!”. Ele está em déficit com relação a um passado ou a um futuro, àquilo que ele não é e não será. Não sei ao certo se posso falar que essas categorizações estão no passado ou no futuro, mas não estão na imanência daquela vida. São transcendentais a ela.

O normal, enquanto média, é um dos efeitos do uso da lente unifocal. Os caracteres prevalentes nas espécies tornam-se os ideais saudáveis e o normal, longe de ser mera expressão de uma forma de vida normativa que consegue de alguma forma se estabelecer no meio variável, torna-se um valor padrão que deve ser seguido. Este valor é constituído não só a partir de uma normalização do ser, mas também do meio em que vive, já que ambos estão sendo considerados separadamente. Como se existissem duas peças que se relacionassem por encaixe ao invés de se produzirem no encontro e qualquer irregularidade apresentada fosse marcada como um erro, uma limitação.

Canguilhem (2011), ao pensar o normal como certa expressão de limites que podem se reformulados, põe em questão a formulação do anormal como estado de desordem patológica. Afirmará, ainda, que não existem formações orgânicas que não estejam submetidas a leis (ordens), ou seja, que não existe vida sem regra ou fora de regra. Algumas formações só são vistas como desregradas por uma fixação, um destacamento artificial de uma forma esperada. Não existe o informe – já que todo organismo obedece a uma ordem – mas uma ordem criada no agenciamento<sup>2</sup> e não por uma estrutura pré-estabelecida.

Tal panorama entende a anomalia como um desvio da regra que produz rachaduras na forma estabelecida, a partir do qual se inicia um processo de reformulação. Uma inversão de sentido é feita: a presença de uma anomalia deixa de ser um fator de impossibilidade, patológico, e torna-se viabilizador de diversidade. O anormal deflagra o processo de diferenciação por transbordar os limites da forma, inventando outras. Neste cenário, as patologias não são determinadas por uma simples aparição de uma característica diferenciada. Elas têm relação com certa dimensão da capacidade normativa do sujeito. Se o surgimento de uma anormalidade não compromete a disposição normativa criadora do organismo, não se pode falar em enfermidade, moléstia, doença. “Na medida em que seres vivos se afastam do tipo específico, serão eles anormais que estão colocando em perigo a forma específica ou serão inventores a caminho de novas formas?” (CANGUILHEM, 2011, p.93). Reformulando-a para pensar a questão da deficiência: os deficientes estão colocando em risco um tipo específico de indivíduo

---

<sup>2</sup> As criações se dão por meio de agenciamento. Segundo Souza (2012), no agenciamento, múltiplas forças entram em ação, podendo ser de natureza humana, inumana, corpórea ou incorpórea, produzindo realidades, a partir das conexões que fazem. O agenciamento, então, é a maneira como se criam emaranhados existenciais, os quais permitem com que nos reconheçamos, por exemplo, a partir de uma identidade sempre provisória.

sadio, produtivo, trabalhador ou serão eles inventores e questionadores do que os modos hegemônicos vigentes atestam como limite em nossa sociedade?

Para pensar essa questão, afirmo: “[...] em matérias de normas biológicas, é sempre o indivíduo que devemos tomar como referência, porque, [...] determinado indivíduo pode se encontrar à altura dos deveres resultantes do meio que lhe é próprio” (CANGUILHEM, 2011, p.125). O que se anuncia na frase anterior é a impossibilidade de fazer uma generalização das normas biológicas, sem correr o risco de cair no equívoco de pensá-las enquanto média. As normas falam sobre construções muito singulares a partir das quais se estabelece um estado normal para dada existência em dado momento. Vale lembrar que o normal é um valor qualitativo criado a partir das normas do organismo em relação às normas de seu meio. Desse modo, o valor normal não possui uma rigidez: é flexível e se produz a partir de uma norma que se transforma na relação com as condições. O limite entre normal e patológico torna-se impreciso, pois o normal é passível de reformulação.

O caráter patológico é caracterizado por uma redução da capacidade normativa. Redução e não extinção, sendo a segunda a própria morte do organismo. A patologia traz a formulação de uma norma inferior, menos adaptativa mas, ainda, uma norma de vida. Por esse viés, a doença é concebida como uma solução inventiva, de certo modo, positiva, sendo sua instauração um alerta do que não funciona mais e a tentativa de invenção de normas inéditas. O corpo doente é um corpo em estado de vigília que está resistindo a certa entropia e, mesmo com dificuldades, não se caracteriza por estar estagnado, está em luta pela preservação no ambiente. Na doença é acionado todo um sistema imunológico a fim de combater “o parafuso que emperrou a engrenagem”, ela não é um caminho para a morte, mas uma luta pela vida.

[...] é verdade que, segundo Goldstein, a doença é um modo de vida reduzido, sem generosidade criativa, já que é desprovido de audácia, mas apesar disso, para o indivíduo, a doença não deixa de ser uma vida nova, caracterizada por novas constantes fisiológicas, por novos mecanismos de obtenção de resultados aparentemente inalterados (CANGUILHEM, 2011, p. 131 e 132).

Essa concepção de doença traz uma noção de cura diferenciada que não traduz um retorno ao estado normal anterior, mas a criação de uma nova circunstância. Por esse viés, uma reconstituição funcional satisfatória para o doente e para o médico pode ser obtida sem *restituo ad integrum* na ordem anatômica, mas por combinações que configurem uma nova ordem adaptativa.

Canguilhem (2011) afirma que a vida não conhece a reversibilidade, ela é um desencadear a partir do qual não é possível voltar ao passado, mas com o material dele cria-se presente e futuro. A vida está sempre em modo de partida por conexões, inventando-se em organizações passageiras. Neste contexto, ser saudável é ser capaz de inventar novas normas biológicas em meio às infidelidades impostas no processo da vida; é poder, com as tintas, pincéis e papéis disponíveis criar obras de arte, ao invés de tentar recuperar as que se desfizeram. Pode-se pensar o ser sadio como um artista que cria com os elementos de sua vida e faz dela uma obra de arte.

Serão os portadores de deficiência, anormais, que estão colocando em perigo um tipo específico de indivíduo ou serão eles inventores e questionadores? Serão eles formas de vida fracassadas ou formas de vida intrigadas?

A categorização “deficiente” talvez só possa ser usada no mesmo sentido de doença que traz Canguilhem (2011): quando uma vida tem diminuída sua capacidade criativa. Tal noção relaciona-se com a função normativa de um organismo que se refere justamente ao fato de se poder inventar disposições afirmativas no mundo nas condições emergentes. Essas disposições são afirmativas, pois funcionam como potências que ativam forças inventoras de arranjos existenciais. A partir dessas noções, pode-se pensar também em saúde dos organismos caracterizados como “deficientes”, na medida em que, com suas diferenças, produzem modos fortes de viver.

Acho importante enfatizar que as invenções não são feitas sozinhas nem comandadas e condicionadas pelos organismos. Pensando a vida por agenciamentos, um organismo sempre será uma composição de muitos. Por exemplo, a criança sob minha responsabilidade apresenta um contorno (uma forma de expressão) a partir das costuras que foi fazendo em sua vida: com a mãe, avó, escola, amigos, ônibus, comigo, cadeira de rodas, universidade, etc. Suas criações se darão a partir dessas alianças. Pode-se pensar que ela é deficiente por precisar de ajuda, por requerer adaptações nos lugares para ela habitar; por não fazer as atividades sozinhas. Poder criar alianças, vínculos, como visto, é justamente o que caracteriza a eficiência de uma vida em se firmar no mundo. Isso mexe um pouco com uma noção qualificada em nossa sociedade, por uma perspectiva liberal-individual: a autonomia. O indivíduo é autônomo na medida em que prescinde dos outros para viver, podendo exercer “seu ser” independentemente, como uma conquista pessoal. No entanto, proponho a autonomia como um processo de afirmação das criações que se dão no coletivo. Autonomia se exercendo no plano de imanência, pelas conexões que faz no emaranhando de velocidades, lentidões, barulhos, forças que o organismo encontra<sup>3</sup>.

## **Tremores na crença cristalizada**

No percurso desenvolvido no estágio fui percebendo uma transformação na maneira de ver e fazer meu trabalho, nas intervenções, nas relações com as crianças e colegas. Esta foi se construindo no tempo à disposição dos acontecimentos e trocas de experiências, tanto teóricas quanto cotidianas. Iniciei a escrita recorrendo às produções históricas a fim clarear os jogos de força que constituem e ratificam discursos/práticas normalizadores, os quais operam uma captura dos corpos e de seus saberes “naturais”. O saber natural de um corpo, no entanto, não é uma aglomeração de características naturalizadas e cristalizadas como modelo e sim o fato dele ter uma capacidade normativa, uma prática criativa que se dá nos encontros de forças em relação e seus efeitos de afetação.

No aprofundamento dos conceitos de vida, anomalia, doença/patologia e saúde, pude pensar a deficiência no que ela traz como questão para a própria sociedade e suas formas de lidar e produzir indivíduos impotentes por uma “falha” aparente. Estudar Canguilhem (2011) possibilitou-me um olhar multifocal. Multi, mas focal também, pois não olha para um conjunto desagregado e sim para processos em agenciamento.

Pode parecer, quando trago essas afirmações, que não existe a deficiência e a dificuldade e que elas são invenções de um capitalismo pessimista. A existência de uma pessoa deficiente é real, porém não corresponde necessariamente àquela esquadrinhada pela lei ou a teorias médi-

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, a autonomia é pensada como um processo de construção, de invenção de si e do mundo que só se faz por experimentação. Os efeitos do processo não têm como serem previstos ou determinados, ou seja não é possível estipular aprioristicamente o que é ser autônomo numa dada situação. Seus caminhos e efeitos produzidos se dão a conhecer no dia a dia, na convivência.

cas e psicológicas, mas a que tem reduzida sua capacidade de criar alianças, cumplicidade, de fiar junto. Pelas discussões apresentadas até o momento, considero a deficiência categorizada, marca de espécie ou ainda um tipo, um equívoco que produz antolhos. Em vista disso, aspiro desvelar relações, composições de elementos que resultam em despotencialização de uma vida.

Para esse percurso, retomo a definição proposta pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 1º: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2007). Esta asserção, por sua vez, quando confrontada com minha prática de estágio, provoca questões: Que impedimentos são esses e como se configuram enquanto tais? No que consistem essas barreiras?; O que se pretende afirmar por uma plenitude obstruída?

## **A fórmula: impedimentos do indivíduo + barreiras do mundo = impossibilidade de afirmação plena e efetiva na sociedade**

Para iniciar a análise desta fórmula, talvez seja melhor começar pelo resultado. Pode-se pensar a afirmação de uma plena e efetiva participação na sociedade como uma generalização? Uma das definições de “plenitude”, trazidas pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a estabelece como “estado do que se acha completo, inteiro, cheio”. A palavra “efetiva”, por sua vez, possui dois sentidos: o de estabilidade/permanência e o de realidade, explanando que ser efetivo é também afirmar que existe, que é real. Pensar uma plena e efetiva participação na sociedade articula-se com ações que ocorrem de forma completa, inteira, cheia, real e estável. Todavia, isso faz interrogar as práticas que têm como finalidade o fechamento, o que elas pretendem concluir, o que se configura como verídico em certa configuração social e a serviço de que vem a necessidade de estabilidade.

O primeiro ponto deste trabalho traz algumas pistas sobre as ideias postas nessas definições. Tanto a crença na inteireza quanto a vontade de estabilidade são produções subjetivas de uma sociedade de normalização, que busca uma padronização e regularização da vida em prol de um controle sobre os corpos. O que é definido como participação plena e efetiva numa sociedade capitalista – fundamentada num princípio de igualdade e liberdade, mais do que fraternidade – é poder, por exemplo, votar, estudar em escolas normais, fazer uma faculdade, ser um trabalhador flexível e produtivo, ter uma família estruturada em pai, mãe e filhos e ser independente/autônomo. Dentro dessa lógica de objetivação dos fazeres e saberes, das relações e dos corpos, um indivíduo que não possa ter um envolvimento íntegro, concreto e que não obedeça, de certa forma, a uma regularidade de características corriqueiras da sociedade, tem potencial de ser categorizado como deficiente. A obstrução da vivência ideal na sociedade, entretanto, se dá, segundo a Convenção, como resultado da soma dos impedimentos do indivíduo com as barreiras do mundo e é esse conjunto que definirá um sujeito deficiente. Mas do que fala essa adição?

Canguilhem (2011) afirma que o meio é infiel e trai a constância. Trair, segundo Kundera (2008), é sair da ordem e partir para o desconhecido. Pode-se pensar em um ambiente perpassado, o tempo todo, por forças disruptivas que racham a ordem estabelecida e abrem um campo novo e incógnito disponível à criação de outras consolidações. Relacionando esta afirmação com o conceito de pessoa deficiente, pode-se dizer que as infidelidades do meio são barreiras

para um desenvolvimento saudável? Ou seriam elas desafios, novos problemas postos para aquela vida que precisa se reinventar a partir disso?

Aparentemente, a formulação trazida pela Convenção trata o disruptivo como barreira. Mas, o que o faz se tornar barreira é, justamente, a crença cristalizada em uma forma única possível de existir, tornando uma alternativa diferente do modelo, problema de índole patológica. Um cadeirante, em uma rua sem rampas e com calçadas esburacadas, vê-se confrontado por alguns obstáculos. Nessa situação, é possível imaginar que, se ele andasse, essas questões não seriam empecilhos. Acontece que ele se movimenta em cadeiras de roda – esta é sua norma de vida –, vale acrescentar, não é necessariamente patológica. Canguilhem (2011) explica que existem normas sãs e patológicas, mas o fato de uma norma diferir da maioria da população ou da própria existência costumeira do indivíduo, não caracteriza doença. Uma anomalia – aquilo que foge do regular – é consequência da variação que impede dois seres de poderem se substituir um ao outro de modo completo, e sua existência permite a diversificação e a possibilidade de reformulação da vida diante de novas configurações. De modo que a concretização de um estado patológico se faz por uma sensação direta e concreta de vida contrariada, impotência e sofrimento, e não por mera divergência com um estado majoritário e/ou anterior.

Pode haver um enfermo (um anormal) uma atividade possível e um papel social condigno. No entanto, a limitação forçada de um ser humano a uma condição única e invariável é considerada pejorativamente, em referencia ao ideal normal humano que é a adaptação possível e voluntária a todas as condições imagináveis (CANGUILHEM, 2011, p.92).

Uma barreira torna-se obstrução/emperramento, a partir do momento que impede o seguimento de um caminho. Ela, por sua vez, não funciona somente como fechamento mas, como marcação. Voltando ao exemplo do cadeirante, o meio-fio marca que ele não pode seguir seu caminho por ali, apresenta um limite muito claro. Contudo, não diz da impossibilidade de seguir/criar outros caminhos. A barreira bloqueou um caminho mas não as alternativas. Ela delimitou uma pausa, mas não necessariamente o fim. Assim, afirmar o caráter de ser “cadeirante” como um impedimento vem do fato de compará-lo a um “andante”, a partir do qual se configura grande parte da espacialização urbana. Mas focar a experiência do cadeirante na relação com a área urbana sem compará-la aos estereótipos “ótimos” permite que se façam outras aferições. Por exemplo, quando ele anda em uma rua sem rampa e se depara com barreiras, vendo-se impedido de seguir aquele caminho, e, ao mesmo tempo, com desafios: Que outros arranjos são possíveis para seguir? Sigo pela rua ao lado que sei que tem rampa? Peço ajuda da pessoa ao lado para levantar a cadeira?

Diante dessas questões, que também são aberturas para outros campos, pode-se afirmar que este cadeirante é deficiente? Ele tem diminuída a capacidade de fazer arranjos? Encontrase despontecializado de sua capacidade normativa? Na situação ilustrada, houve uma experiência de limite de uma ação mas, não de todas. Logo, a estética organizacional “andando em rodas” não torna o usuário de cadeira de rodas, por esta característica, um impedido que vai se encontrar com barreiras que vão obstruir, impossibilitar, bloquear o fluxo da vida. Isso, entretanto, não é igual afirmar que barreiras não possam também obstruir e vêm as próximas questões: como tratar isso que obstrui/ que está obstruído e dali criar fluidez? Como tocar aquela pedra até fazê-la outra forma? Como fazer do limite um material de produção ao invés de torná-lo entulho?

## Escapes a fórmula...

As questões anteriores fazem-me recordar um teatro no encerramento do ano de 2011. Havia um oficinheiro na Unidade de Educação Infantil que trabalhava dramatização com as crianças e, no fim do ano, foi criada uma apresentação que enlaçava três histórias trabalhadas nos grupos. A história do grupo do qual fazíamos parte (eu e a criança que cuida) foi a da lebre e da tartaruga, adaptação da fábula atribuída ao grego Esopo.

Essa é a história de uma lebre muito veloz, ágil e faladeira, e de uma tartaruginha lenta toda a vida, que andava sobre quatro patas bem devagarzinho. A lebre espoleta vivia perturbando a tartaruga, convidando-a para competir em uma corrida, pois achava que o bicho de casco grosso iria perder fácil. A lebre tinha convicção que a tartaruga jamais seria tão ágil quanto ela. Um dia, a tartaruga enjoada de tanto ‘blá, blá, blá’, resolveu aceitar o desafio quase que outorgado pela lebre.

Chegou o momento da corrida, e todos os animais foram assistir. Dona co-ruja deu a largada. A lebre saiu como um tiro e a tartaruga como uma pena caindo pelo ar. No meio da pista a lebre, só para tirar sarro da tartaruga, resolveu tirar um cochilo. Acontece que quando ela acordou a tartaruga já havia atravessado a largada.

No teatro quem fazia o papel da lebre era a professora de referência do grupo e as crianças e eu éramos tartarugas. A apresentação foi num auditório da universidade com um palco grande e tínhamos que atravessá-lo, já que ele era o percurso da corrida. Quando olhei para o tablado me veio a seguinte pergunta: qual a maneira que arranjará para que a criança – que não anda, não enxerga, as vezes apoia os braços de modo solto e cai – participasse da peça atravessando um palco enorme em um dia muito barulhento? Ela se incomodaria bastante com excesso de ruídos? Logo que a encontrei, surgiu a solução: um agenciamento “cuidadora – criança”: juntas fomos tartaruga, eu corpo e ela casco, uma sustentando a outra. Fomos a última tartaruga a chegar, paramos para descansar umas três vezes e outra tartaruga veio nos ajudar até finalizarmos nosso percurso. Emociono-me ao lembrar dessa imagem, pois podíamos não ter participado, podíamos ter deixado a criança no canto para sair na foto, mas conseguimos nos agenciar e nos divertir muito com a forma que nos tornamos. E isso foi possível por estarmos disponíveis para o encontro.

Essa lembrança veio da pergunta: como fazer do limite um material ao invés de torná-lo entulho? Não tenho resposta pronta para essa questão. Na verdade, tenho a questão e algumas pistas que se construíram na trajetória a partir da qual proponho uma ética no que se apresenta. Um investimento ético no que está presente. Essa aposta não é outra coisa senão um misto de disponibilidade para o encontro com um anseio por brincar<sup>4</sup> com o que emerge no processo. São essas – disponibilidade e o brincar no curso – as pistas que se constituíram para mim no auxílio de transformar limites em material de trabalho. Um estado de disponibilidade requer uma soltura dos pré-requisitos, dos pré-conceitos, que permite um acolhimento e aproximação para o que irá se apresentar e, dali, a construção dos arranjos irão constituir a própria caminhada. Essa,

---

<sup>4</sup> Segundo Winnicott (1975), o brincar refere-se a uma experiência criativa que acontece na continuidade espaço-tempo e que possibilita a habitação/acesso a um espaço externo compartilhado. O exercício do brincar implica confiança e dele vem a possibilidade de criação das experiências culturais, pois nele se partilha experiências constituintes de si e de mundo.

por sua vez, edifica-se a partir do acolhimento da própria trajetória muito mais do que seu fim, implicando então um leque de possíveis fins e começos.

Um entulho é algo que não serve mais, que fica encostado no canto porque nem para lixo é útil. É uma coisa que “já deu o que tinha que dar”. Entretanto, pode ser que um dia ele seja olhado e se vislumbre um brilho<sup>5</sup> diferente e mova-se em conjunto com quem o olhou. Esse cruzar de olhos flagra o que está presente. Não é só uma forma passada, como também enunciação de uma questão que muda o estatuto dos elementos próprios do encontro. O que se pode fazer com isso? Pegar na mão, cheirar, movimentar do lugar, juntar umas tintas e criar um enfeite de jardim, um banco, uma outra vivência que não de um entulho que parece tão sem brilho. Para tratar o entulho por uma perspectiva daquilo que chamei “aposta ética no que se apresenta”, é preciso um interesse que não se faz por esforço consciente, mas que surge a partir de uma disponibilidade para o que difere e desassossega o olhar. É preciso apanhá-lo, manuseá-lo e acompanhar as alianças do entulho e suas novas normas: artesanato, banco, roda, etc.

Com esta metáfora, trago uma aposta de nos tornarmos artesões de limites no trabalho no campo da “deficiência”. Dos limites como marcas dos possíveis das relações (creche-criança ‘deficiente’-cuidadora-família-etc). Enfim, um artesão que vai “pintar uma paisagem com o pincel, a tinta e a tela que se apresentam”, isto é, que vai experimentando materiais e compondo sua obra nesse processo vivencial. Sendo a obra, mesmo pronta momentaneamente, sempre aberta a novos entrelaçamentos já que está em movimento de devir, em uma dança de composições incessantes.

As aferições apresentadas são algumas elaborações advindas de muitos desassossegos do cotidiano de trabalho e da vida. A partir deles tenho pensado meu trabalho na linha da “artesanagem”, que diz de alguém ou algo que se dispõe a brincar junto de existir.

O que é normatizar, senão brincar de existir?

Fazer estripulias com o corpo

Andar com as mãos em pé de vela

Fechar os olhos e soltar a imaginação

Transformar limites em limiar.

---

<sup>5</sup> “Brilho” trata-se do próprio movimento de diferir que se faz no encontro de corpos. O que brilha no entulho quando é olhado por outrem, é a própria transformação deste em um outro, um banco, um adereço de jardim, etc.

## Referências

- BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2007.
- CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=pleno>>. Acesso em: 18 de fevereiro.
- EIRADO, A. Maquinar. FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Orgs.) In: **Pesquisar na Diferença: Um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- FOUCAULT, M. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.
- KUNDERA, M. **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LOBO, L.F. **Os Infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- RODRIGUES, J.C. **O Corpo na História**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- SANTOS, V. F. Sentidos dicionarizados de deficiência. In: **Diálogo das Letras, Pau dos Ferros**, v. 01, n. 01, p. 204 –217, jan./jun. 2012.
- SOUZA, P. Agenciar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na Diferença: um abecedário** Porto Alegre: Sulina, 2012.
- WINNICOTT, W.D. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

# **EIXO 2**

## **2º lugar - Categoria Estudante**

# As múltiplas marés na Maré: processos de desterritorialização e singularização a partir da Análise do Vocacional

*Lara Soutto Mayor Vieira, graduanda pela UFRJ*

*Thiago Colmenero Cunha, graduando pela UFRJ*

## Resumo

O artigo propõe-se a desconstruir o discurso recorrente da falta de liberdade de escolha associada a jovens moradores de comunidades a partir da problematização da noção de território e da realização de grupos de Análise do Vocacional em três comunidades no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Entende-se território enquanto um vetor de atravessamento que, agenciado a outros vetores, produz multiplicidades de ser e estar no mundo. Percebe-se que não se pode dizer de uma subjetividade que é única, que emerge de um território também entendido como único. Nesse sentido, o próprio território como uma produção que se dá a partir do encontro de múltiplos agenciamentos e que, dessa forma, se articula à noção de produção de subjetividade. Desse modo, tendo em vista as problemáticas levantadas, pode-se dizer que o presente trabalho busca respaldar a desconstrução de um discurso que naturaliza caminhos para um tipo cristalizado de morador de favela.

**Palavras-chave:** Território. Produção de Subjetividade. Maré. Análise do Vocacional.

## Introdução

A imagem de uma pessoa pensativa com dois caminhos à frente para seguir parece uma boa representação da ideia que geralmente trazemos à tona quando pensamos no momento de uma escolha. Para escolher, será que devo seguir este ou aquele caminho? Qual é o mais certo? Qual garantirá mais sucesso? Qual irá trazer menos prejuízos para mim? Qual tem mais prós do que contras? São perguntas como estas que tradicionalmente povoam a cabeça dos indecisos e os fazem sentir-se angustiados. Aliás, esta é outra ideia geralmente associada às escolhas no mundo contemporâneo: de que a incerteza é um estado que se deve evitar e de que, uma vez estando nela, deve-se sair dela o mais rápido possível e encontrar, rapidamente, o caminho certo para não perder tempo.

O campo da escolha profissional também é atravessado por questões e conceitos como os levantados acima. A preocupação em encontrar o caminho profissional adequado para determinada pessoa passa a ser endossada por um mundo cujos ideais se referem ao lucro e à produtividade e por uma sociedade que dirige seus esforços no sentido de otimizar a produção,

perdendo o mínimo de tempo, para que este possa ser gasto mais uma vez em produção. Nesse contexto, a prática de orientar vocações, cunhada sob o nome de Orientação Vocacional e exercida por educadores e psicólogos, aparece como forma de descobrir as aptidões e vocações de cada pessoa, canalizando-as para o trabalho e, com isso, “preparar e qualificar o homem para assumir seu devido lugar na produção” (FROTTE, 2001, p.22).

Notamos que esta prática de desvelar vocações acaba por enquadrar o sujeito em uma identidade única, cristalizando-o em modos de ser fechados e previamente determinados. A Análise do Vocacional, por outro lado, aparece como uma alternativa a este modo institucionalizado de orientação. Ao entender os sujeitos como produzidos historicamente, abre-se espaço para a problematização das forças que estão em jogo, tanto na produção deste próprio sujeito quanto dos saberes e práticas a ele relacionados, como o processo de escolhas. Quando afirmamos, através de construções histórico-sociais, caminhos já pré-definidos para os quais o sujeito seguiria, estamos retirando deste a capacidade de escolher, isto é, a capacidade de criar caminhos singulares nunca antes pensados. Se ofertamos um leque pronto de escolhas, não abrimos caminho para um processo de singularização e de criação de alternativas outras para além dos processos de enquadramentos.

As questões que serviram como disparadoras para este artigo dizem respeito às noções acima apresentadas e partem da intervenção do projeto de pesquisa *Construindo um processo de escolhas mesmo quando “escolher” não é um verbo disponível* do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em funcionamento desde 2006 no curso Pré-Vestibular da Redes de Desenvolvimento da Maré, realizando grupos de Análise do Vocacional.

O trabalho da Análise do Vocacional propõe-se a analisar ideias como vocação e escolha profissional. A questão profissional é utilizada como disparador para pensar os processos de escolha não só referentes a profissão, mas também a outros âmbitos da vida. Atravessando o imperativo da escolha profissional, ganham visibilidade questões que dizem respeito não só à carreira, mas também a todas as escolhas da vida. Portanto, esta intervenção acontece também como movimento de escuta dos anseios dos jovens, não tentando indicar-lhes receitas de como proceder para melhor escolher, mas desestabilizando pontos endurecidos e permitindo movimentos de invenção. Desta forma, a vocação não é entendida como um dom natural ou uma essência dada que deve ser desvelada, ou como aquilo que define um lugar certo para cada sujeito.

Problematiza-se, nesse sentido, além da noção da não escolha, quem são esses sujeitos que não escolhem. Dizer que há sujeitos que escolhem a medida que estão se permitindo criar e experimentar modos de vida singulares e que há aqueles que apenas constituem uma subjetividade dominante, reproduzindo modos de vida modelados, é também uma forma de enquadramento, inclusive dos sujeitos ditos não enquadrados. Assim, neste artigo busca-se questionar quem são estes sujeitos para os quais um trabalho de intervenção é dirigido no sentido de potencializar formas singulares de vida, através da problematização do território em que eles vivem. Será que estes sujeitos compartilham de uma mesma subjetividade? Reformulando a pergunta: será que os moradores da Maré são atravessados pelas mesmas questões e agem, pensam, sentem e veem o mundo de forma semelhante?

## **Hegemonia de modos de ser e estar no mundo: produção de subjetividade**

Este projeto de pesquisa centra suas discussões na análise dos processos de escolha de jovens de um território específico, a Maré. Nesse sentido, faz-se necessário o entendimento dos conceitos “escolha”, “território” e “sujeito” e; como estas noções se articulam com as práticas e saberes característicos de um determinado contexto histórico-social. Segundo Maciel Jr (2005), atualmente assistimos a formas de padecimento que se caracterizam por uma incapacidade de escolha, tais como compulsões, pânico, depressões, etc. Os sintomas destas ditas “doenças” estão atrelados às transformações sócio-políticas que se processam na atualidade. Nas sociedades disciplinares, as instituições – a família, a escola, a fábrica, o hospital e a prisão – moldavam os corpos, adestrando-os para torná-los mais úteis à produção. Dessa forma, o poder disciplinar moldava comportamentos a evitar o mínimo de desvio, a adequar os sujeitos a uma norma.

Nas sociedades atuais, por outro lado, não há mais dialética entre corpo e razão, entre civil e natureza. Verifica-se a privatização dos meios públicos como a maneira de controlar encontros casuais capazes de gerar divergências e possibilitar o surgimento de alternativas outras. O poder característico destas sociedades de controle é o biopoder que, segundo Deleuze (apud MACIEL JR., 2005), incide sobre as potencialidades da vida, sobre aquilo que antes pertencia à esfera do privado afim de modular movimentos.

Através de observações como estas, percebe-se como é importante a tentativa de pensar sobre a subjetividade, para poder afirmar sua produção. Quando falamos em subjetividade não devemos entendê-la como algo vinculado a uma “natureza humana” já dada, mas sim referida a modos de perceber, pensar, sentir e estar no mundo, produzidos por dispositivos econômicos, sociais, políticos e tecnológicos existentes nas sociedades. Falar de produção de subjetividade é falar sobre uma determinada forma de estar no mundo, fabricada pelo agenciamento de forças que ultrapassam a ordem individual, forças estas que são o efeito de uma multiplicidade de agenciamentos históricos e sociais (FROTTE, 2001).

Pensando em um contexto contemporâneo, marcado pela determinação do sistema capitalístico (não só capitalista, uma vez que mesmo as sociedades cujo sistema econômico é socialista possuem um sistema capitalístico de produção), Guattari e Rolnik (2005) irão dizer que a subjetividade é uma produção capitalística, cuja principal característica é a tendência a bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização, ou seja, uma tendência a impedir que movimentos de rupturas, de desvios, de criação, de sensibilização do caráter processual da vida se façam, instaurando, formas modelares de vida e, criando um indivíduo esvaziado, cristalizado, contornado.

Assim, afirma-se a ordem capitalística como a produtora da relação do homem com o mundo e com ele mesmo; é ela quem dita o modo como trabalhamos, como falamos, como se é ensinado. Tudo deve se encaixar nos registros de referências dominantes, sendo que o que é da ordem da ruptura, da surpresa, do desejo, do desvio devem ser classificados em alguma zona de enquadramento, de referência. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (2005) apontam a produção de subjetividade como sendo a indústria-base do sistema capitalista, à medida que se inscreve não apenas em um plano econômico ou político, como pensava Marx, mas em um plano do desejo.

## Cartografando e desconstruindo a natureza dos objetos

Dessa forma, para que haja transformações e se produzam bifurcações e desvios, não se deve lutar apenas no plano da economia política, mas no plano da economia subjetiva. E uma das formas de luta pode ser encontrada em uma pesquisa que se pautem não em descobrir algo ou conhecer um objeto a partir de formulações teóricas já dadas de antemão, mas que se permita a criação no “entre”, no processo, uma pesquisa-intervenção. O projeto *Construindo um processo de escolhas mesmo quando “escolher não é um verbo disponível* realiza este modelo de pesquisa. A pesquisa-intervenção utiliza o método da cartografia, que consiste em acompanhar os processos que se dão no plano das experimentações, sendo este um plano de produção que agencia sujeito e objeto, prática e teoria. “A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação” (PASSOS; BARROS, 2010, p.28).

Este tipo de pesquisa pressupõe que não há um objeto, um sujeito pesquisador ou mesmo um conhecimento já dados. Todos estes se produzem no campo da experimentação. É nesse sentido que os autores preferem chamar o campo de plano, já que a direção de que se trata o método da cartografia é aquela que se refere aos processos, ao que se passa entre os estados ou formas instituídas, ao que está cheio de energia potencial. Nesse sentido, toda pesquisa é intervenção, a partir do momento em que afirmamos que

[...] conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção (PASSOS; BARROS, 2010, p.31).

Reconhecendo, portanto, que o sujeito pesquisador não está dissociado do objeto que pesquisa e do conhecimento que produz, passamos a entender a pesquisa como um ato político, pois à medida que se trabalha com uma análise dos desejos, passa-se a falar da escolha e da criação de novos mundos, de novas formas de viver. Nesse sentido, faz-se importante colocar em análise que efeitos são produzidos a partir da intervenção em um plano de experiência, já que um pesquisador nunca poderá ser neutro. Faz-se necessária a realização da “análise das implicações”: se nós pesquisamos aquilo que está de acordo com nosso desejo e, produzimos conhecimento com base nesta intervenção pautada no desejo, passamos a entender esse desejo como um artifício produtor de sociedade e passamos a entender o nosso papel político de criadores de mundos.

## Acompanhando processos de escolhas em uma prática que não ‘orienta vocações’

Todas as noções e discussões apresentadas acima atravessam nosso trabalho nos grupos de Análise do Vocacional. Tomando como analisador os construtos “vocação” e “escolha profissional”, buscamos, através da análise, potencializar no indivíduo as forças criadoras, abrindo um processo de construção de caminhos profissionais a partir da experimentação de possíveis encontros, sem enquadrar os sujeitos em uma fôrma.

Quando pensamos em escolhas atualmente, sempre pensamos em alternativas excludentes, escolhendo com base no que achamos mais ou menos provável, sendo esta escolha determinada por um pensamento racional e lógico a partir de saberes cujas representações e hipóteses tomamos como dadas. Segundo Maciel Jr (2005), esses saberes determinados culturalmente são os que escolhem os possíveis, isto é, o que se apresenta como possibilidades para nós – e que nós excluimos ou não em virtude de nossas escolhas – já são, na verdade, alternativas pré-determinadas. As possibilidades de escolha chegam produzidas, uma vez que “as escolhas, na condição de alternativas determinadas, são produzidas no indivíduo como um campo das expectativas imaginárias é referido aos saberes integradores das forças políticas” (MACIEL JR, 2005, p.54).

Se as alternativas para escolher são impostas, também podemos pensar a própria escolha como uma imposição. É nesse sentido que Maciel Jr (2005) traz a noção de “escolha da escolha”, isto é, escolher não entre um arsenal possível de soluções, mas a partir da criação de novos possíveis. As escolhas verdadeiras são aquelas que se produzem abrindo possibilidades de vida para o sujeito, permitindo a ele criar novos modos de existência. “Falamos de escolhas nos referindo a um pensamento que cria a diferença, que inventa modos inéditos de existir, resistindo aos impasses subjetivos produzidos socialmente” (MACIEL JR, 2005, p.51).

Os jovens que procuravam a chamada Orientação Vocacional buscavam soluções, luzes no fim do túnel, sentidos já prontos, afim de construir uma identidade profissional e se fazerem reconhecidos enquanto sujeitos sociais, ou seja, traziam aquela noção de escolha como a consumação de alternativas dadas de antemão. Na Análise do Vocacional, por outro lado, busca-se provocar movimentos de estranhamento ao que já é tomado como naturalizado; propomo-nos a provocar estranhamento ao que nos atravessa no dia-a-dia, que suga nossas potências e nos faz acomodados. Busca-se, dessa forma, apresentar-se como uma fonte de questionamentos capaz de conduzir o indivíduo à escolha da escolha.

Procurando escapar do que se apresenta como fato, pode-se então criar um campo problemático, percebendo que tramas foram compostas, principalmente aquelas não anunciadas como relevantes, desatando os nós e criando outras composições (FROTTE, 2001, p.62).

E como fazer isso? A intervenção se inicia por uma entrevista realizada com cada participante, individualmente, como uma forma de levantamento das demandas e expectativas que o sujeito tem em relação ao trabalho. Em seguida, são realizados aproximadamente dez encontros em grupo. O trabalho em grupo permite outros modos de experimentar as situações cotidianas, produzindo desestabilizações em sentidos dados a determinadas experiências e proporcionando a invenção de outras maneiras de lidar com a dificuldade da escolha.

Os encontros são preenchidos por dinâmicas construídas a partir das discussões realizadas pelos próprios participantes, que servem como disparadores para a abertura de linhas e cruzamentos que escapem ao já constituído, produzindo diferenças. Dessa forma, as atividades são construídas com base nas demandas trazidas para o grupo ao longo dessas discussões, não havendo um roteiro pré-estabelecido. Dentre as atividades no grupo podemos citar dinâmicas de grupo, jogos, leituras, produções e discussões de textos, além de atividades com músicas e até mesmo desenhos. Ao final dos encontros em grupo, como forma de devolutiva do processo, cada participante recebe um laudo psicológico, no qual não há uma direção ou caminho indicado e definido para o sujeito em questão mas, uma reflexão de como foi o processo daquele sujeito dentro do grupo, conforme a Resolução CFP nº007/2003.

Um dos locais onde estes grupos de Análise do Vocacional são realizados é o Complexo da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, na instituição Redes de Desenvolvimento da Maré. Esta instituição possui sedes em diferentes locais dentro do Complexo – Nova Holanda, Vila do João e Baixa do Sapateiro –, sendo realizados grupos de Análise do Vocacional nessas três comunidades.

## **Maré: Dos movimentos das águas do mar ao atual caleidoscópio urbano**

A Maré é uma região que margeia a Baía de Guanabara e se estende desde a Fiocruz até o Aeroporto Internacional Tom Jobim, localizada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. Por ser originariamente um local onde a vegetação era de manguezal e pântanos – que foram sendo progressivamente aterrados pelo Poder Público a partir da década de 1940 – a população local, juntamente com o Governo, cunhou o local sob o nome “Maré”, referindo-se ao fenômeno natural que afligia os moradores locais.

Esta região foi ocupada desde o início do Período Colonial, quando exercia um importante papel econômico, tanto no escoamento de produtos através dos portos localizados na proximidade quanto no aproveitamento da geografia local com os mangues. A criação das ferrovias no século XIX e o deslocamento da importância dos portos para a Estação Ferroviária da Leopoldina fez com que este lugar entrasse em declínio, sendo apenas na década de 1940 a retomada de um desenvolvimento com a abertura da Avenida Brasil e a criação de indústrias na região. Devido a esta facilidade de transporte e proximidade dos locais de trabalho (indústrias), o espaço passou a ser ocupado por trabalhadores, registrando uma aglomeração de casas construídas com palafitas – pedaços de madeira ou estacas usadas para sustentar habitações em ambientes alagadiços (SILVA, 2006).

Na década de 1980, com o chamado *Projeto Rio*, houve a erradicação deste tipo de moradia pelo Governo, acompanhado de um projeto de reassentamento de famílias também encontrado na década de 1990. Apenas em 1994, com o Projeto de Lei nº 2119, no Governo César Maia, a Maré foi fundada como um bairro, teoricamente passando a ser tratada pelo Estado não mais como favela, mas como área totalmente urbanizada. Entretanto, nota-se que, mesmo sendo reconhecidamente um bairro, muitos moradores ainda se identificam com bairros vizinhos, como Bonsucesso ou Manguinhos.

Além disso, vale ressaltar que o Complexo da Maré abriga atualmente 132 mil habitantes, segundo o Censo Maré 2000, divididos em 16 comunidades, entre favelas originais e conjuntos residenciais construídos para abrigar a população removida das palafitas. Desse modo, podemos nos perguntar o que são essas comunidades, como elas se assemelham ou diferem umas das outras. Neste caso, é importante destacar três delas – Nova Holanda, Vila do João e Baixa do Sapateiro – por terem sido os locais onde os grupos de Análise do Vocacional foram realizados.

Nova Holanda foi a primeira a ser totalmente construída pelo Governo, em 1962, durante a gestão de Carlos Lacerda. Foi um local de confluência de moradores removidos de outros locais do Rio de Janeiro durante a política de remoção de favelas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro na década de 1960. Nota-se que, inicialmente, Nova Holanda foi concebida como um Centro de Habitação Provisória; posteriormente, as casas provisórias de madeira acaba-

ram por se tornar definitivas e, na década de 1970, solidificam-se grupos de apoio à comunidade, como o grupo de mulheres e o grupo de jovens da Igreja Católica. A Vila do João teve uma origem um pouco diferente, sendo erguida com a construção de conjuntos habitacionais pelo Projeto Rio na década de 1980. A constituição desta comunidade foi marcada por polêmicas relativas ao projeto, uma vez que se questionava a justificativa usada para as remoções: a erradicação das áreas alagadas estava deixando os moradores sem moradia.

Neste contexto, cabe também explicar um pouco sobre a instituição na qual os grupos de Análise do Vocacional (AV) foram realizados – a Redes de Desenvolvimento da Maré. Sua criação é resultante de um antigo processo de envolvimento de seus fundadores com o movimento comunitário da Maré. De acordo com o site desta instituição, sua maior missão é “promover a construção de uma rede de Desenvolvimento Territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural da Maré e que produzam conhecimentos e ações relativas aos espaços populares, que interfiram na lógica de organização da cidade e combatam todas as formas de violência” (REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ).

A atuação da presente pesquisa centrou-se em três comunidades diferentes do Complexo da Maré e, a partir destas atuações, puderam ser percebidos nestes locais modos diferentes de construção e produção de subjetividades. Nota-se duas percepções importantes relacionadas a esta produção: a de que o território é uma força que atravessa os sujeitos, produzindo um certo modo de ser e estar no mundo, e, aparentemente, um mesmo território pode produzir diferentes subjetividades. Nesse sentido, podemos nos perguntar: que forças naquele território se agenciam para fazer emergir um tipo determinado de sujeito? São estas as mesmas forças presentes em um mesmo território? Quando falamos de modos de territorialização, o que estamos querendo dizer?

## Reverberações do território como um atravessamento

Segundo Vilhena (2002), o território é entendido enquanto “um campo de construção da vida social onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, o fluxo de acontecimentos” (VILHENA, 2002, p.50), um importante agenciador de subjetividades. É no lugar, enquanto construção social, que os sujeitos produzem sua subjetividade. Os “lugares” são fundamentais porque são relacionais, identitários e históricos, aos quais os sujeitos se ligam e os reconhecem durante a vida, isto é, há o lugar onde o sujeito trabalha, onde mora, onde nasceu e é a partir destas referências que os sujeitos constroem condições de pertencimento a determinados grupos sociais – condições que podem estar inscritas dentro e fora do lugar. (Augé apud Vilhena, 2003). Podemos afirmar “nenhuma subjetividade, individual ou coletiva, pode ser construída fora de um território, que compõe o “ser” de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua” (VILHENA, 2004, p.9).

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 323).

Ao pensarmos em “cidade” podemos questionar acerca as formações subjetivas produzidas a partir de relações de sociabilidade que traçam mapas territorializados dentro da cidade. Qual é o efeito ao falarmos em produção de subjetividade, ao dividirmos a cidade entre zonas e atribuírmos a uma delas, a favela, uma imagem estereotipada de lugar da falta, da carência, da violência, da desordem? Há, em relação à favela, a produção de uma imagem de ameaça e perigo, o que produz uma naturalização do medo e da violência e reforça preconceitos sociais e raciais. Muitas vezes, usando esta ideia de que a subjetividade está vinculada ao lugar onde se mora, acabamos produzindo formas naturalizadas de moradores de favela, tido como perigosos, mal educados, preguiçosos e, criando caminhos pré-definidos para este sujeito ser e seguir. Segundo Vilhena,

a cidade teme o favelado. Permite que seu olhar seja impregnado pelas construções históricas sobre as favelas, cristalizando o seu cotidiano e sentido. Pouco as conhece, mas teme seus moradores e responsabiliza-os pela violência da cidade (VILHENA, 2002, p.49).

Desse modo, podemos observar de que forma a produção de um determinado discurso recorrente sobre o território favela produz modos de encarar os seus residentes. Ao interferir na forma como estes próprios se veem, estes discursos acabam por se tornar um atravessamento na produção da subjetividade destas pessoas. Vilhena e Zamora (2004) discutem a favela como um território capaz de dar sentido e identidade, sendo esta última geralmente atravessada pelas significações imaginárias presentes na sociedade, associando seus moradores a marginais, delinquentes ou bandidos. A atual relação entre os diferentes segmentos sociais na cidade do Rio de Janeiro acontece atravessada pelo temor do outro, pela desconfiança, e é marcada por intensa falta de comunicação, sendo que esta incomunicabilidade, entendida pelas autoras como uma modalidade de violência construída no interior das contradições sociais, implica em determinadas formas de apropriações subjetivas.

Esta imposição de limites e condições, produzida pelo olhar do outro a partir de certa territorialização e estigmatização de algumas áreas da cidade, pode referir-se não somente a uma identidade já presumida do habitante dos espaços condenados, mas também a caminhos pré-definidos que ele deve seguir. A estes habitantes, além de terem uma vivência já definida em categorias dadas de antemão, atribui-se uma história de vida já presumida: talvez, na infância, o pai de fulano bebesse; talvez a mãe tivesse muitos parceiros e a família fosse desestruturada; talvez a criança tenha assistido a cenas de violência; talvez ela só sirva para o trabalho rude e braçal (VILHENA, 2002).

Nesse sentido, nota-se que o território, ao mesmo tempo em que pode possibilitar um reconhecimento social dos sujeitos, é capaz de criar uma imagem unificada de suas populações, cristalizando em torno de certos caminhos e de certas imagens, modos presumidos de viver, anulando, dessa forma, qualquer movimento de invenção e negando qualquer singularidade. “Construímos, assim, uma realidade de uma única face, sem diferenças, nuances, ou contrastes. Ao morador de favelas não é permitida uma voz diferente do que desejamos escutar” (VILHENA, 2003, p.80).

E a criação desta realidade única acaba por atravessar a construção de caminhos e de projetos de vida dos habitantes destes lugares, à medida em restringe as alternativas de escolha. A esses jovens é desenhado um projeto de vida cujo objetivo deve ser a rápida entrada no mercado de trabalho e, nesse sentido, a eles coloca-se como uma possibilidade mais real a participação em um curso técnico em oposição à entrada na universidade.

Entretanto, faz-se necessária a observação de que a afirmação acima é também uma forma de unificar a imagem destes habitantes, cristalizando-os em um modo de existência. A única diferença está na qualidade de imagem criada: ao invés de colocá-los como perigosos, bandidos ou delinquentes, eles são colocados como aqueles que não podem escolher, como aqueles aos quais o mundo impõe limites. É bem verdade que isto acontece mas, criar uma imagem generalizada disto é, também, uma forma de impedir seus processos de singularização, de liberdade de escolha. Nesse sentido, o trabalho da Análise do Vocacional que, ao “possibilitar o novo e a compreensão da multiplicidade inerente ao ser, ativo, na construção desse espaço, é ferramenta política, é assim, território e territorialidade, a propulsionar multiterritorialidades.” (MARTINS, 2001).

## **Análise das implicações nas escolhas**

A partir da atuação dos grupos de Análise do Vocacional em três comunidades diferentes dentro do Complexo da Maré (Nova Holanda, Vila do João e Baixa do Sapateiro) pode-se colocar em análise tanto as diferentes dinâmicas que ocorrem naquele território, frequentemente entendido como um território único, quanto a relação que o território estabelece com os processos de escolha dos jovens moradores.

Em relação ao último ponto, a fala de uma aluna durante a entrevista prévia à realização do grupo permite-nos tanto pensar as forças em jogo ao categorizar alguém como “morador da Maré” quanto problematizar o surgimento desta categoria de pessoa relacionando-se com os processos de escolha dados como os únicos possíveis. “Toda vez que vou para uma entrevista de emprego e perguntem meu endereço, digo que é Bonsucesso. Se eu falar que moro na Maré já me olham torto ou mesmo nem me contratam”. A aluna traz neste discurso a ideia de que diferentes escolhas e modos de vida já estão traçados para um determinado tipo de pessoa, tipo este ditado pelo local de moradia.

Ainda em relação à existência de certos caminhos naturalizados, que vão sendo traçados para as pessoas a partir de um território específico, outras falas dos participantes do grupo de Nova Holanda trouxeram esta noção. Durante a entrevista inicial, ao ser perguntado se todos esperam que um aluno de terceiro ano fará faculdade, um participante nos disse: “Até acho que sim, mas na minha família minha mãe e meu tio não acreditam nisso, falam que é melhor eu fazer um curso técnico, pois, como somos pobres, o curso acaba mais rápido e dá a possibilidade de um emprego garantido e em menos tempo”. Notamos em ambos os discursos a ideia do morador de favela possuir alternativas pré-definidas para escolher, isto é, o discurso imperativo e explícito é o de que todos têm liberdade para escolher o que quiser dentre todas as alternativas possíveis, mas na prática o que se verifica é que há forças que se agenciam no sentido de definir que alternativas são estas e, para quem elas servem.

É interessante notar, neste sentido, como estes discursos são apropriados pelos próprios moradores, tornando-se um fator que atravessa a produção de subjetividade destas pessoas, ou seja, eles próprios passam a se ver e a se definir como “moradores de favela” e a pensar em seu futuro apenas dentre uma gama de futuros possíveis para um morador de favela. Um exemplo desta afirmação pode ser encontrado na fala de uma aluna que, referindo-se à educação pública do Rio de Janeiro, comentou: “as pessoas da comunidade têm preconceito com os moradores de favela que estudam em escola particular, pois acham que, se estes têm

dinheiro para pagar a particular, não deviam estar querendo tirar a vaga de alguém que não possa mesmo pagar. Os próprios moradores de favela acham que têm de estudar em escola pública”. Outra participante complementou: “dentro da escola há também o preconceito contra o morador de favela. Há coordenadoras que têm medo dos moradores de comunidade, que deixam de brigar ou reclamar quando estes fazem bagunça porque têm medo de eles agirem violentamente”.

Nessas falas podemos observar uma naturalização tanto da subjetividade do morador de favela quanto das escolhas a serem feitas por ele: sua subjetividade já é presumida, isto é, são pessoas violentas (por isso a coordenadora não pode brigar com eles) e suas escolhas são restritas e determinadas, ou seja, um morador de favela não pode estudar em uma escola particular. Outra fala interessante a respeito da estigmatização da subjetividade dos moradores de favela foi de uma aluna, comentando sobre a diferença entre as pessoas do território favela e do território não-favela: “a pessoa rica, quando anda descabelada, é estilo, mas se eu, que moro na favela, andasse descabelada na rua, iriam falar: ‘tinha que ser pobre/favelada mesmo’. Então, o rico pode ficar desarrumado, mas o pobre não pode”.

A partir das considerações apresentadas, pode-se pensar de que forma e por que o local em que alguém mora passa a se afirmar como um critério para a categorização de um determinado tipo de pessoa, isto é, como um território específico passa a falar de um modo de ser específico. Ou ainda, como este território, sendo ele mesmo produzido a partir de forças e discursos que estão em jogo em determinado momento histórico passam a produzir diferentes modos de ser. Dessa forma, notamos como as falas trazidas por estes alunos ilustram as reflexões acerca da relação entre uma certa territorialização que é física e uma territorialização da ordem do simbólico.

## **A desconstrução da favela como lugar único**

Neste contexto, além de problematizarmos os caminhos já pré-definidos, podemos também nos questionar sobre que território é esse de que se fala com tanta propriedade. Como os discursos sobre este lugar se produzem, como e por que alguns ganham força e outros não? Questões como essas foram trabalhadas anteriormente ao trabalho. Cabe destacar que o resultado de todas as falas contemporâneas diz respeito ao olhar sobre a favela como um espaço único, no qual vive um tipo único de sujeito, no qual as relações sociais estabelecidas são as mesmas. Fala-se de aspectos gerais de sociabilidade na favela, por exemplo, como um todo único em oposição às formas de socialização no asfalto. Mas será que dentro de uma mesma favela as formas de socialização são idênticas?

Através de nossa atuação em três lugares distintos da Maré, observamos que este todo grande e único possui dentro de si dinâmicas muito particulares que dizem respeito a lugares específicos. No início de nossa intervenção, abriu-se a possibilidade de fazer um grupo de Análise do Vocacional na sede da Redes, em Nova Holanda, mas contando com a participação dos alunos da turma localizada na Vila do João. Diante desta possibilidade apresentada para eles em uma conversa conosco, a resposta que tivemos foi a de que eles não iriam para a Nova Holanda e que possivelmente os alunos de Nova Holanda não iriam para a Vila do João, pois entre essas comunidades há uma espécie de barreira invisível que divide a favela. Um professor, ao conversar conosco também sobre essa possibilidade de realizar grupos mistos, isto é,

com alunos dos diferentes lugares da Maré, endossa o discurso dos alunos: “Acredito que um grupo misturando alunos da Baixa (do Sapateiro) e da Vila (do João) não vá apresentar problemas, pois as pessoas destes dois lugares estão sob o domínio de um mesmo tráfico. Agora, misturar as pessoas da Nova Holanda com as da Vila, aí fica complicado, eles não querem ir nem vir, porque são facções de tráfico diferentes”.

Notamos que o tráfico – um dos elementos usados como fator característico do que conhecemos como “favela” e responsável muitas vezes pelo estigma que dela se cria – funciona também como uma força que provoca rupturas e divisões dentro deste mesmo espaço ‘favela’. O(s) tráfico(s), relacionados a lugares específicos dividem o Complexo em áreas diferentes, impondo diferentes dinâmicas de funcionamento e produzindo, dessa forma, modos diferentes de ser sujeito e formas diferentes de estar no mundo.

Outra discussão que ocorreu em um dos grupos e que corrobora com as afirmações anteriores foi em relação ao preconceito existente dentro da própria Maré. Os participantes disseram que o Parque União é considerado a Zona Sul da Maré, enquanto a Nova Holanda é vista com preconceito. Quando perguntados sobre o porquê disso, disseram que acham que tem a ver com infraestrutura, que as ruas do Parque União são mais “arrumadinhas, asfaltadas, mais largas”. Uma das participantes disse: “uma pessoa arrumadinha, se disser que mora em Nova Holanda, ninguém acredita, pois acham que se ela é arrumadinha devia morar no Parque União”. Disseram também que o baile funk em Nova Holanda é considerado ruim, ao passo que no Parque União é visto como ótimo. Além disso, outro participante, em uma dinâmica cujo tema era ‘favela’, levantou uma discussão dizendo que nas favelas há coisas parecidas e diferentes. Disse que o cartaz feito com o tema “favela” não se referia a todas as favelas, apenas ao Parque União, pois as favelas são diferentes entre si, e argumentou: “por exemplo, eu e Fulano somos muito parecidos, temos olhos, nariz, boca, moramos no mesmo lugar, mas também somos muito diferentes”.

Em uma discussão sobre as diferenças entre a favela e os lugares fora dela, outra afirmação corrobora com a desconstrução da Maré como um território único. Um dos participantes nos disse que não costuma circular muito pela Maré, que foi à Nova Holanda uma ou duas vezes, sempre acompanhado, por não gostar de ir a lugares perigosos sozinho. Nesta conversa, ele não se referiu à Vila do João, comunidade onde mora, como se a Nova Holanda fosse um lugar à parte, diferente.

É também interessante notar que esta diferença entre os lugares na Maré pode ser observada em relação à própria postura dos alunos, passando a ser um ponto frequente de pauta na reunião dos professores, da qual a equipe de AV participa. Os professores trouxeram repetidas vezes a percepção dos alunos da Vila como mais participativos, interessados e mais atuantes na construção do projeto do CPV. Por exemplo, em uma assembleia realizada no dia 24 de março de 2012, em que o ponto de pauta principal era a construção coletiva dos caminhos futuros do CPV da Redes, houve uma participação muito maior dos alunos da Vila do João e da Baixa do Sapateiro em relação aos alunos de Nova Holanda.

Essa diferença também pode ser observada em relação ao trabalho da Análise do Vocacional. De todas as entrevistas agendadas, os alunos da Vila foram os que menos faltaram e os mais interessados em participar do projeto: de uma turma com 50 alunos, 22 se interessaram, enquanto em Nova Holanda, de três turmas com 50 alunos cada, apenas 19 alunos no total se mostraram interessados.

O que se pretende não é criticar uma postura de ser aluno ou uma determinada comunidade da Maré, muito menos endossar o discurso naturalizado de que moradores de favela não querem nada da vida, não estudam e não dão valor às oportunidades que aparecem. O que é pretendido com estas considerações é ter subsídios para pensar a favela como um lugar plural, desconstruindo a ideia de que todo morador de favela age de uma mesma forma por morar em um mesmo lugar. O que se pretende pensar é que dentro de um mesmo território produzem-se diferentes modos de ser e estar no mundo, possibilitando assim a própria desconstrução da noção de território como espaço fechado e único e permitindo um movimento de abertura para que as relações sociais características de nosso país sejam repensadas.

## Considerações finais

Singularização, potência, processos, multiplicidade, desconstrução, criação, bifurcações, devir... Estas e muitas outras palavras foram usadas ao longo deste trabalho para se referir a ideias que apontam para a afirmação do fluxo da vida em oposição a estruturas, situações, discursos, momentos que cristalizam o sujeito em determinados modos de ser; que decompõem o movimento nestas e naquelas variáveis já dadas; que territorializam lugares em movimento de transformação. Ideias que seguem em direção oposta aos fechamentos, às finalizações, aos lugares de chegada.

Nesse sentido, gostaríamos de reservar este espaço do trabalho não para apontar conclusões definitivas e colocar pontos finais, mas para deixar algumas reflexões, produzindo reticências. Isso não significa dizer, entretanto, que sejam considerações feitas em algum movimento aleatório do pensar; significa dizer que, embora elas tenham surgido a partir das discussões apresentadas ao longo do trabalho, não são o fim único que estas podem ter. São mais uma reflexão sobre o processo, passíveis de serem contestadas, aproveitadas, recriadas, utilizadas para outras conexões.

Desse modo, tendo em vista as problemáticas levantadas no trabalho, pode-se dizer que esta Maré que é múltipla, isto é, essa desconstrução da favela como um lugar único, é forma de respaldar a desconstrução de um discurso que naturaliza caminhos para um tipo cristalizado de morador de favela. Se não há um típico morador de favela, como dizer que há um caminho único que deve ser seguido por ele? Romper com a subjetividade dominante é afirmar uma multiplicidade, é potencializar um processo de singularização. E por que não afirmar essa multiplicidade também naquela categoria que tendemos a unificar – os moradores de favela? Quando falamos que existem pessoas para as quais “escolher” não é um verbo disponível, parece que cristalizamos em torno do que chamamos “pessoas”, um só ideal, um só estigma. Contudo, mesmo essas pessoas que não podem “escolher” fazem parte de um grupo heterogêneo, que inclui moradores de favelas, pessoas do asfalto, enfim, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, acabam não escolhendo a escolha.

## Referências

DIMENSTEIN, M., ZAMORA, M. H. & VILHENA, J. Da vida dos jovens nas favelas cariocas: Drogas, Violência e Confinamento. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v.16, n.1, p.23-39. 2004.

FROTTÉ, M. D. **Analítica do Vocacional: percursos e derivas de uma intervenção**. Niterói, 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

GUATTARI, F. Subjetividade e História. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MACIEL JÚNIOR, A. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do Biopoder. In: **Polifonias: Clínica, política e criação**. MACIEL JÚNIOR, A; KUPERMANN, D; TEDESCO, S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

MARTINS, I. M. M. Liberdade e desejo na construção de identidades: múltiplos espaços, múltiplos migrantes. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v.2, nº 2 p. 07-25, 2001.

PASSOS, E. BARROS, R.D.B. A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓZIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p.17-31.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. Site oficial. Quem somos? Disponível em: <[http://redesdamare.org.br/?page\\_id=2429](http://redesdamare.org.br/?page_id=2429)>.

ROLNIK, S. O cartógrafo. In: \_\_\_\_\_. **Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p.65-72.

SILVA, C. L. R. **Maré: a Invenção de um Bairro**. 2006. 238 f. Trabalho de conclusão de curso – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2006.

VILHENA, J. Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. **Pulsional Revista de Psicanálise**. São Paulo. Escuta, v. XV, n.163, p.48 – 54. 2002.

\_\_\_\_\_. Da claustrofobia à agorafobia. Cidade, confinamento e subjetividade. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.9, p.77 – 90. 2003.



# Pareceristas

Adriana Rosa Cruz Santos (CRP 05/20034)

Ariadna Patricia Estevez Alvarez (CRP 05/34967)

Bruno Giovanni de Paula Pereira Rossotti (CRP 05/39986)

Carlos Henrique Martins Teixeira (CRP 05/31417)

Crisostomo Lima do Nascimento (CRP 05/28878)

Heloisa Helena Ferraz Ayres (CRP 05/4822)

João Delfim de Aguiar Nadaes (CRP 05/12202)

José Henrique Valentim (CRP 05/2234)

Jurema Barros Dantas (CRP 05/28879)

Marcia Cristina Estarque Pinheiro Da Silva (CRP 05/17721)

Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729)

Marcia Oliveira Moraes

Maria Alice Lustosa De Abreu (CRP 05/1719)

Maria Cristina Fontes Urrutigaray (CRP 05/3893)

Maria Paula Cerqueira Gomes (CRP 05/14485)

Paula Land Curi (CRP 05/20409)

Paulo Eduardo Viana Vidal (CRP 05/9913)

Priscila Pires Alves (CRP 05/19967)

Rosane de Albuquerque Costa (CRP 05/19123)



## XIII Plenário do CRP-RJ

Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409) - Conselheira efetiva  
Alexandre Ferreira do Nascimento (CRP 05/33108) - Conselheiro efetivo  
Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809) - Conselheiro efetivo  
Ana Carla Souza Silveira da Silva (CRP 05/18427) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 26/04/13  
Analia Martins de Sousa (CRP 05/31168) - Conselheira efetiva  
André Souza Martins (CRP 05/33917) - Conselheiro suplente  
Carla Silva Barbosa (CRP 05/29635) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 22/03/13  
Carla Boy de Siqueira (CRP 05/26659) - Conselheira suplente  
Claudete Francisco de Sousa (CRP 05/35806) - Conselheira efetiva  
Cristiane Knijnik (CRP 05/39275) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 22/03/13  
Cristina Cláudia Queiroga Rocha (CRP 05/6832) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 14/03/11  
Eliana Olinda Alves (CRP 05/24612) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 29/01/11  
Elizabeth Pereira Paiva (CRP 05/4116) - Conselheira efetiva  
Fátima Siqueira Pessanha (CRP 05/9138) - Conselheira efetiva  
Fernanda Mendes Lages Ribeiro (CRP 05/31251) - Conselheira suplente  
Giovanna Marafon (CRP 05/30781) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 24/05/13  
Helena Fialho de Carvalho Torres (CRP 05/34864) - Conselheira efetiva  
Lia Toyoko Yamada (CRP 05/30850) - Conselheira efetiva  
Lindomar Expedito Silva Darós (CRP 05/20112) - Conselheiro efetivo de 25/09/10 a 22/03/13  
Luciana Vanzan da Silva (CRP 05/35832) - Conselheira suplente  
Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832) - Conselheira efetiva  
Marco Aurelio de Rezende (CRP 05/27536) - Conselheiro efetivo  
Maria Helena do Rego Monteiro Abreu (CRP 05/24180) - Conselheira efetiva  
Paula Rego Monteiro Vieira (CRP 05/34842) - Conselheira suplente  
Samira Younes Ibrahim (CRP 05/7923) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 13/08/11  
Saulo Oliveira dos Santos (CRP 05/31988) - Conselheiro efetivo  
Vanessa Siqueira Manhães (CRP 05/38340) - Conselheira efetiva de 25/09/10 a 13/07/12  
Vilma Diuana de Castro (CRP 05/7281) - Conselheira efetiva  
Vivian de Almeida Fraga (CRP 05/30376) - Conselheira efetiva  
Wilma Fernandes Mascarenhas (CRP 05/27822) - Conselheira suplente



**Rio de Janeiro**  
**2014**



Conselho Regional de Psicologia  
do Rio de Janeiro